



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

LARISSA LEITE COLARES

**DA VIDA PARA A HISTÓRIA: CRISE DO GOVERNO
DEMOCRÁTICO E REPERCUSSÃO DO SUICÍDIO DE GETÚLIO
VARGAS NA IMPRENSA AMAZONENSE**

**MANAUS
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

LARISSA LEITE COLARES

**DA VIDA PARA A HISTÓRIA: CRISE DO GOVERNO
DEMOCRÁTICO E REPERCUSSÃO DO SUICÍDIO DE GETÚLIO
VARGAS NA IMPRENSA AMAZONENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C683v Colares, Larissa Leite
Da vida para a História : crise do governo democrático e repercussão do suicídio de Getúlio Vargas na imprensa Amazonense / Larissa Leite Colares . 2024
139 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: César Augusto Bubolz Queirós
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Getúlio Vargas. 2. Amazonas. 3. Política. 4. Imprensa. I. Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LARISSA LEITE COLARES

**DA VIDA PARA A HISTÓRIA: CRISE DO GOVERNO
DEMOCRÁTICO E REPERCUSSÃO DO SUICÍDIO DE GETÚLIO
VARGAS NA IMPRENSA AMAZONENSE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM), como exigência para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Presidente – UFAM

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu
Membro Externo- PUCRS

Prof. Dr. Davi Avelino Leal
Membro Interno – UFAM

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, Lana e Reginaldo Colares, cuja dedicação incansável à nossa família foi a base de inúmeras batalhas vencidas e momentos preciosos compartilhados.

À Dorothy Carriço (*in memoriam*), que me apoiou em todos meus sonhos e projeto. Sua presença sempre foi luz em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Cada passo dessa trajetória acadêmica foi essencial para o meu crescimento pessoal e profissional, entendendo o espaço de produção acadêmica não como linear, mas um processo sinuoso, árduo, recheado de superações e aprendizados. Nessa estrada, o caminho fora agradável graças ao acompanhamento, paciência e compreensão daqueles que fizeram parte desta importante etapa da minha vida.

Aos meus pais, centro de toda minha existência e amor, Lana Mara Leite Colares e Reginaldo de Almeida Colares. Cresci observando as suas difíceis batalhas de criar quatro filhos, e sinto muito orgulho da nossa família. Com honestidade, sabedoria e amor, vocês me guiaram pelos caminhos da vida, fortalecendo-me nas mais difíceis batalhas e apoiando-me, mesmo quando nossas vontades eram divergentes. Mãe, sua determinação me ensinou que batalhas foram feitas para serem vencidas e que a perseverança é a força de nossa família. Pai, você é meu maior exemplo de honestidade e dignidade. Seus conselhos embalados pelos sons de uma kombi velha a caminho da escola são as memórias doces de uma infância simples, porém rica de amor.

Aos meus queridos avós, Maria Colares, José Amilton e Jamice Leite (*in memoriam*): suas presenças em minha vida foram marcadas de momentos de leveza, alegria e ensinamentos. Ouvir suas histórias vividas pelos interiores do Amazonas, permeada de aventuras, dificuldades e visões de uma outra realidade são as mais ricas heranças de nossas raízes, através delas compreendi a força do nosso sangue nortista. Vocês me ensinaram o valor da união da família, e que esses são os momentos mais especiais da nossa vida.

Aos meus irmãos, Rodrigo Colares, Rafael Colares e Ruben Colares, por compartilharem comigo as memórias únicas e íntimas de uma infância sem preocupações. Como irmã mais nova pude vivenciar o cuidado, o amor e as “implicâncias” dignas de irmãos e sou grata por tudo isso. Vocês são a parte essencial da minha vida, uma ligação que vai além do sangue: é o laço formado por nossa parceria, nossa cumplicidade e incontáveis memórias.

Continuamente agradeço aos meus irmãos pela parte mais doce da minha vida, meus sobrinhos. Gabriel, Rafaelly, Harvey, Liz e Luna, vocês são o puro sentimento de paz e alegria. Seus olhares, falas e risadas acalmam os mares que existem em mim e por isso eu sou absolutamente grata pela existência de vocês. Pois graças a ela, eu existo na minha melhor versão: a tia Larissa.

Um agradecimento especial à minha amiga-irmã Dorothy Carriço (*in memoriam*), pelas conversas leves, risadas sinceras e os ricos conselhos durante os piores dias de uma pandemia. Sua breve passagem pela terra marcou com muita luz àqueles que te amam.

Ao meu companheiro de vida: Alexandre Castilho, cujo apoio inabalável foi a pedra angular deste empreendimento acadêmico. Assim como um engenheiro habilidoso projeta estruturas sólidas e duradouras, você esteve ao meu lado, fornecendo suporte inestimável em cada fase deste processo. Sua visão clara, sua paciência incansável e seu compromisso incessante foram alicerces essenciais nesta jornada. Seu apoio não apenas fortaleceu meu trabalho, mas também enriqueceu minha vida de maneiras incontáveis. Agradeço por ser meu pilar de apoio, meu guia e meu melhor amigo ao longo desta jornada desafiadora.

Aos amigos, cujo apoio e encorajamento foram uma fonte constante de força e leveza para nos dias difíceis: Evelyn Marcele, Maria Paula, Kívia Mirrana, Ayla Couto, Jessica Lima, Luana Farias, Sami Figueiredo. A Universidade foi o ponto inicial dos nossos encontros, e a vida continuou a tecer os fios da nossa amizade em um belo padrão, unindo-nos em momentos de alegria e desafio.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, por ter sido o palco de meu maior crescimento pessoal e acadêmico. Foi nesta instituição que a jovem Larissa encontrou os alicerces para se tornar uma mulher acadêmica, pesquisadora e apaixonada pela História. Cada instante vivido dentro dos muros desta universidade foi um capítulo essencial em minha jornada de desenvolvimento. Agradeço profundamente a cada professor que dedicou seu tempo e esforço em minha formação. Seus ensinamentos transcenderam as páginas dos livros, permeando minha vida diária e moldando minha compreensão das complexidades de nossa sociedade. Seus conselhos sábios e as conversas enriquecedoras foram luzes orientadoras em meu caminho, guiando-me rumo ao conhecimento e à reflexão.

Agradeço sinceramente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pela concessão da bolsa de estudo que desempenhou um papel fundamental em minha jornada acadêmica e profissional. Esta bolsa não apenas me proporcionou os recursos necessários para a aquisição de materiais essenciais à pesquisa, mas também abriu as portas para a exploração de novos estudos e experiências.

Por fim, ao meu estimado orientador, Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós, quero expressar meu profundo e sincero agradecimento por sua orientação, apoio e inspiração ao longo deste percurso acadêmico. Suas preciosas trocas de conhecimento

não apenas ampliaram minha compreensão da área que escolhi, mas também me instigaram a apaixonar-me ainda mais por ela. Este projeto, que nasceu e cresceu sob sua orientação, foi concebido com grande dedicação e carinho, refletindo uma inspiração antiga que me enche de orgulho em retomar e dar continuidade aqui. Sem a sua orientação e apoio, nada disso teria sido possível. Sua crença em mim foi um catalisador para meu crescimento e desenvolvimento, permitindo-me superar desafios e alcançar objetivos que pareciam inalcançáveis.

Gratidão é a essência que enriquece cada passo de nossa jornada, iluminando os caminhos percorridos e os corações tocados. Aos que compartilharam desse trajeto comigo, meu eterno agradecimento.

RESUMO

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou o início de uma era de mudanças profundas nas políticas nacionais e regionais no Brasil. No estado do Amazonas, essas mudanças foram especialmente marcantes ao longo dos vinte e quatro anos de domínio e influência getulista. Durante esse período, os periódicos desempenharam um papel fundamental na formação de opiniões, tornando-se peças essenciais para a pesquisa histórica. Assim, esta dissertação se propõe a explorar a dinâmica política do Amazonas nessa época crucial, concentrando-se na análise dos jornais *A Crítica* e *Jornal do Comércio*.

Ao examinar esses periódicos, buscamos não apenas compreender as composições políticas em constante evolução, mas também os acordos e desacordos que moldaram a paisagem política da região. Através da investigação das trajetórias individuais e coletivas dos atores políticos, pretendemos lançar luz sobre as complexidades e nuances das disputas políticas no estado. Particular atenção será dada a eventos-chave, como o movimento queremista e a crise dos anos 1950, destacando especialmente a crise política que se seguiu à eleição de Vargas e Maia. Nossa análise também abordará o impacto do suicídio de Vargas na imprensa e nas eleições subsequentes, revelando a desconfiança entre os apoiadores de Vargas e o distanciamento das alianças partidárias ao longo de seu governo.

Esperamos que este estudo contribua significativamente para uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas no Amazonas durante este período crucial da história brasileira. Ao oferecer insights valiosos sobre os eventos e transformações que marcaram essa época, esperamos enriquecer o conhecimento existente sobre a política regional e nacional no Brasil.

Palavras-Chaves: Getúlio Vargas, Amazonas, Política.

ABSTRACT

Getúlio Vargas' rise to power in 1930 marked the beginning of an era of profound changes in national and regional politics in Brazil. In the state of Amazonas, these changes were especially striking over the twenty-four years of Getulista rule and influence. During this period, periodicals played a fundamental role in shaping opinions, becoming essential pieces for historical research. Thus, this dissertation aims to explore the political dynamics of Amazonas at this crucial time, focusing on the analysis of the newspapers *A Crítica* and *Jornal do Comércio*.

By examining these periodicals, we seek not only to understand the constantly evolving political compositions, but also the agreements and disagreements that have shaped the region's political landscape. By investigating the individual and collective trajectories of political actors, we intend to shed light on the complexities and nuances of political disputes in the state. Particular attention will be given to key events, such as the Querista movement and the crisis of the 1950s, highlighting especially the political crisis that followed the election of Vargas and Maia. Our analysis will also address the impact of Vargas' suicide on the press and subsequent elections, revealing the distrust among Vargas' supporters and the distancing of party alliances throughout his government.

We hope that this study contributes significantly to a deeper understanding of the political dynamics in Amazonas during this crucial period in Brazilian history. By offering valuable insights into the events and transformations that marked this era, we hope to enrich existing knowledge about regional and national politics in Brazil.

Keywords: Getúlio Vargas, Amazonas, Politics

LISTA DE IMAGENS

IMAGENS	PÁGINA
Figura 1- Jornal do Comércio, 02 de set.1950, p. 4.....	51
Figura 2- Jornal do Comércio, 23 de set.1950, p. 2.....	52
Figura 3- A Crítica, Manaus, 14 mai. 1954, p. 2.	111
Figura 4: A Crítica, Manaus, 11 de jun. 1954, p. 1.....	113
Figura 5: A Crítica, Manaus, 25 de jun. 1954, p. 6.....	115
Figura 6: A Crítica, Manaus, 02 jul. 1954, p. 1.	116
Figura 7 - A Crítica, Manaus, 20 jul. 1954, p. 1.	119
Figura 8 - A Crítica, Manaus, 26 ago. 1954, p. 3.	122
Figura 9: A Crítica, Manaus, 06 set. 1954, p. 1.....	123

SUMÁRIO

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1. Capítulo I – O cenário político amazonense durante os primeiros governos de Getúlio Vargas (1930-1950).....	15
1.1. Álvaro Maia e a política amazonense (1930-1945)	17
1.2. Articulações para as eleições de 1950.	34
1.3. Vargas e a imprensa do Amazonas	46
2. Capítulo II – “Saio da vida para entrar na História”: a repercussão da crise e suicídio de Vargas no estado do Amazonas	56
2.1. A Crise do governo democrático e crise do alvarismo	65
2.2. O suicídio de Vargas e a comoção nacional	84
2.3. Repercussão do suicídio de Vargas no Amazonas.....	90
3. Capítulo 3 – O estado do Amazonas após o suicídio de Getúlio Vargas	96
3.1. Os discursos pelo legado político de Vargas e a postura dos jornais no <i>post mortem</i> 99	
3.2. O suicídio de Vargas e as eleições no Amazonas	108
3.3. O suicídio de Vargas e a reorganização política no Amazonas	121
Considerações finais.....	129
Referências bibliográficas.....	132
Anexos	138

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Poucos foram os homens que ficaram tão conhecidos e marcados na história brasileira como Getúlio Dornelles Vargas. Sua trajetória permeou grandes feitos e inúmeros dramas na política Brasileira. É conhecido até hoje por sua política reformadora a partir de projetos de leis trabalhistas e atuação inovadora com implementação de projetos de cunho econômico-social, além das contraditórias alianças políticas locais e internacionais. Por outro lado, seu nome está intimamente associado ao autoritarismo e ao corporativismo, sendo ele o responsável pela implementação da ditadura do Estado Novo. Vargas deixou a presidência em 1945 e voltou nos “braços do povo” nas eleições de 1950, aclamado pelos seus, que o consagraram como grande líder democrático de seu tempo. Porém, dessa vez, o cenário político não era favorável ao nosso personagem e o cerco se fechava cada vez mais. As disputas políticas abriram espaço para calúnias e infâmias a respeito do presidente, que acaba por perder inúmeros fortes e velhos aliados. Traído e desolado, recolhe-se aos seus aposentos na manhã de 24 de agosto de 1954 e atira contra o próprio peito, mudando assim, o curso da história.

Das acusações de criminoso e corrupto, o então falecido presidente se “transforma” em vítima de uma horda de conspiradores. O discurso muda rapidamente. Vilas Boas Correa, jornalista no Rio de Janeiro na época do suicídio, escreve o primeiro capítulo do livro “*Vargas e a crise dos anos 50*” chamado “Eu Vi”, onde o autor descreve a mudança de ares do fatídico dia 24 de agosto. Nos primeiros alvoreces daquela manhã, quando questionado por seu Manuel, dono e garçom do boteco onde o jornalista fazia sua primeira refeição, sobre a possível queda de Vargas, Vilas Boas confirma a renúncia negociada do presidente. Logo a notícia se espalha e há um intenso e comemorativo alvoroço. Saindo dali momentos depois, é anunciada no rádio a notícia do suicídio e tudo muda. A comemoração se torna espanto e tristeza, o ódio se transpõe em juras de vingança a quem prejudicou o governante. Sobre o clima que se sucedeu ao suicídio de Vargas, Vilas Boas Correa afirma que:

E vi a cidade virar. Nunca assistira cena igual. O ar de festa, o clima de desafogo que percebia nos pedaços de conversa afinada pelo tom de repulsa do “já vai tarde”, incendiado pela chispa da tragédia, transformou-se instantaneamente.¹

¹ CORRÊA, Vilas Boas; GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 16.

O texto se insere no contexto do Rio de Janeiro e descreve como a notícia se espalhou e estrondou pela cidade: “a cidade ardeu em incêndios, desatinou-se no quebra-quebra e na pilhagem, até que se exauriu o ímpeto da desforra”².

Por outro lado, o mesmo alvoroço não chegou a acontecer no Maranhão, como menciona o professor José Ferreira Junior em “*A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís*”, que analisa 6 jornais locais e conclui apenas alguns transtornos cotidianos como o cancelamento da procissão pelo dia de São Luís de França e o decreto de 3 dias de luto. O autor apresenta um interessante panorama político de cada jornal escolhido. Apesar de uma análise curta, é considerável para percebermos que a morte de Vargas mudou a posição política de alguns periódicos conforme o desenrolar dos acontecimentos, como por exemplo o jornal “*O Combate*”. No dia 24 de agosto, o periódico publica a seguinte nota: “A presença de Vargas tornou-se insuportável. E os que o acompanham têm também de dar lugar à coisa melhor”. No entanto, em edição publicada após a divulgação da notícia do suicídio, o jornal busca abrandar sua posição escrevendo no dia 26 de agosto “No balanço de tudo que há feito o homem que dominou o País, com mais veemência, nesse quarto de século, somos dos que achamos um acentuado saldo a seu favor”³.

No que diz respeito à historiografia acerca da morte de Vargas, sabe-se que sua morte teve grande impacto para a política nacional, bem como na vida particular de seus opositores, como Carlos Lacerda, que teve que se exilar e a UDN⁴ que ficou coagida⁵. Nesse contexto, minha curiosidade se volta para o cenário amazonense, quais foram suas consequências para a política local e seu impacto social dentre a população.

Este trabalho está dividido em três capítulos fundamentais que traçam uma linha temporal do governo nacional, porém, com foco nas mudanças regionais, destacando tanto as interconexões quanto as distinções entre as diferentes realidades dadas por seus contextos particulares.

O primeiro capítulo concentra-se no cenário político do Amazonas durante a interventoria de Álvaro Maia, explorando suas transformações político-administrativas

² CORRÊA, Vilas Boas; GOMES, Ângela de Castro. Vargas e a crise dos anos 50. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 16.

³ FERREIRA, JUNIOR. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís.V.1, Niterói. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008, p. 5.

⁴ A União Democrática Nacional, de orientação conservadora, foi a principal opositora às políticas de Getúlio Vargas. Sobre a UDN ver: BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁵ FAUSTO, Boris, 1930. História do Brasil. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

destinadas a equilibrar o orçamento do Estado. Além disso, examina-se a emergência de novas elites que se reorganizaram para os pleitos de 1947 e 1950, negociando acordos e desacordos que melhor se adequassem aos interesses particulares. Os periódicos desempenham um papel crucial como fonte e objeto de estudo neste contexto, oferecendo uma visão fundamental dessas transformações e permitindo uma compreensão mais profunda dos discursos políticos durante os períodos eleitorais.

No segundo capítulo, aprofundamos a crise que se seguiu ao início do novo governo de Vargas em 1950, culminando no seu suicídio em 1954. Durante esse período de intensas transformações, o suicídio reverberou por todo o país de maneiras particulares. Nosso estudo foca nos impactos ocorridos no Amazonas, analisando como a crise afetou a região. Exploramos as nuances dessa crise e como ela influenciou o cenário político local, examinando as reações e transformações ocorridas na região durante esse período tumultuado.

No terceiro e último capítulo, analisamos os discursos que se seguiram ao suicídio de Vargas, destacando as mudanças no poder e na retórica política que emergiram em meio à reação da população. Investigamos as transformações no cenário político que se delineavam na época, especialmente no contexto das eleições locais, examinando as dinâmicas de poder e discurso que surgiram após a morte de Vargas. Esta análise contextualiza o governo nacional e local, ressaltando as transformações políticas na região e o surgimento de novas elites políticas em um período de transição significativa na história política do Brasil.

Assim, Esta pesquisa se propõe a investigar o impacto da morte de Getúlio Vargas no contexto específico do Amazonas, com foco nas interações complexas entre os desenvolvimentos políticos locais e nacionais. A análise empreendida busca estabelecer um quadro contextual abrangente, examinando tanto o cenário político nacional quanto o local, a fim de elucidar as transformações políticas que se desenrolaram na região amazônica.

1. Capítulo I – O cenário político amazonense durante os primeiros governos de Getúlio Vargas (1930-1950)

“[...]As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a magestade trágica dos prélios travados contra o destino. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta – foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória. A cidade de Manaus não é a menor delas. Outras muitas nos reserva a constância do esforço e a persistente coragem de realizar. [...] Vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico... sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã [...] O Amazonas deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e... tornar-se-á um capítulo da história da civilização...”⁶

O discurso conhecido como “O discurso do Rio Amazonas”, proferido por Getúlio Vargas em outubro 1940, retrata claramente a missão de seu governo para com a Amazônia: a política de ocupação e dominação dos seus “espaços vazios”. Representada pela literatura como “inferno verde” ou “el dourado”, a Amazônia era retratada no imaginário nacional como um território estático por seu clima tropical e desfavorável ao crescimento econômico devido à sua impetuosa selva, necessitando de coragem e bravura para adentrar suas terras e explorá-las.

A visão dos intelectuais do governo Vargas em relação à Amazônia, conforme observado por Rômulo de Paula Andrade, refletia uma construção conceitual preexistente, influenciada pelas obras de autores como Euclides da Cunha e Alberto Rangel. A exploração da Amazônia por esses autores no início do século XX resultou em obras excepcionais que narravam a região de forma marcante. Tais narrativas, caracterizadas por uma perspectiva “pragmática”, moldaram uma interpretação da Amazônia permeada por um viés enviesado e determinista⁷. A retórica, apropriada pelos intelectuais do governo, expressava a estagnação e a situação endêmica que caracterizavam a região. Assim, isso explicaria a “urgência” da necessidade da intervenção do governo em levar a “civilização” e cultura a esse território.⁸

⁶ VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Revista Brasileira de Geografia. Abril-Junho de 1942. Vol. 4, Nº2. P. 259-262, p. 259.

⁷ QUEIROZ, José Francisco da Silva. Amazônia: inferno verde ou paraíso perdido? Cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha. Nova Revista Amazônica, v. 5, n. 3, p. 13-35, 2017.

⁸ ANDRADE, Rômulo de Paula Andrade. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a flores”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.5, n.2, p. 453-468, maio-ago. 2010, p. 454.

Destarte, ainda na altura da “Revolução de 1930”, a Amazônia representava se não uma terra longínqua, mas uma terra estrangeira e desconhecida dentro do próprio país. Somente no curso desta década e, mais precisamente na década seguinte, foram remanejadas políticas de colonização e saneamento para a região. Longe de entender a incorporação à nação como um processo linear, o fato é que esse movimento permitiu inúmeras transformações socioeconômicas que dirigiram outros desdobramentos de ordem institucional e estrutural do país nos períodos que se seguiram.

Nas narrativas de uma historiografia tradicional sobre a região, a Amazônia existira somente durante o período da borracha, desaparecendo junto da mesma. A região começa a se apresentar na literatura em princípios do século XX pela *hévea brasiliis*, vivendo uma ascensão econômica, social e cultural, e atraindo imigrantes estrangeiros e nordestinos. Devido a isto, a região começou a apresentar uma paisagem requintada composta de luz e bondes elétricos, água encanada e uma arquitetura imponente que se contrapunha com a miséria à margem urbana. Conforme Edineia Mascarenhas:

“[...] a modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pelas avenidas, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.”⁹

A efêmera “modernidade”¹⁰, marcada por complexas relações se desmanchou com a transferência da borracha para a Ásia que engoliu a produção amazônica, provocando seu retorno à margem do desenvolvimento nacional. O ressurgimento da Amazônia só é descrito em princípios do governo Vargas, a partir da visão dele como salvador de uma terra abandonada.

Os próprios discursos do futuro presidente serviram como fundamento para a ideia de um novo começo para a região, com promessas de estratégias que visavam superar a situação econômica em que se encontrava. Para o governo, era essencial revitalizar a economia do extrativismo da borracha e promover a integração econômica e política do

⁹ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920*. Manaus: Valer, p. 29, 1999.

¹⁰ Esse termo se refere a esse momento vivenciado pela cidade durante o auge da exportação da borracha. A capital que foi planejada e construída para atender à uma demanda internacional, vivenciando um cenário luxuoso, porém, efêmero.

território brasileiro. Segundo Andrade, essa visão refletia a vocação extrativista da região, destacando-a como uma contribuição crucial para a construção da nação brasileira.¹¹

Em um discurso proferido em 02 de janeiro de 1930, na Esplanada do Castelo, Vargas deixara claro quais os passos e as necessidades efetivas para o início dessa transformação:

“Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. (...) Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica(...) Uma das dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes emigratórias. Mas, isso, afinal, será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos foros de povo civilizado, se, preliminarmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena”¹²

Como percebemos, havia uma grande preocupação em relação à valorização da região Amazônica e o reestabelecimento econômico dos seringais através da imigração. A promessa de reestruturação econômica aos moldes do que se vivera nos tempos áureos do “ouro negro” permeou o imaginário da população que urdia pelo seu retorno.

Assim, esse capítulo busca analisar os aspectos políticos e econômicos em que estava inserido o Amazonas durante os primeiros governos de Getúlio Vargas. A nova dinâmica das relações políticas instaladas a partir da “Revolução de 30” foi marcada por muitas tensões, acordos e desacordos que reverberaram durante por mais de duas décadas. Assim sendo, este trabalho buscou compreender a formação de uma nova política amazonense, bem como suas transformações diante do cenário nacional.

1.1. Álvaro Maia e a política amazonense (1930-1945)

A vitória dos revolucionários em outubro de 1930 foi recebida com grande alvoroço no Amazonas. No dia seguinte à vitória, o *Jornal do Comércio* anuncia a seguinte manchete: “O POVO SOBERANO, usando do direito da revolução, confraterniza com as forças armadas e faz victoriosa a causa nacional”¹³. A notícia segue informando como estavam as ruas da cidade: “a avenida Eduardo Ribeiro no trecho entre o Leão de Ouro e

¹¹ ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2007, pg. 33.

¹² Getúlio Vargas/ organização, Maria Celina D’Araujo. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 793p. – (Série perfis parlamentares; n.62), p. 296-297.

¹³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de out. 1930, p. 1.

a pharmacia Studart, encheu-se de povo e surgiam de todos as bocas os comentarios á inesperada nova”. Além disso, houve um protesto aos antigos governos, onde foram removidos e depredados objetos ou espaços que remetessem aos ex-presidentes do Estado, como a remoção das placas Avenida Ephigenio Sales¹⁴ que fora substituída pelo nome de Juarez Távora.¹⁵

Essa mobilização na cidade reflete significativamente as expectativas depositadas no novo governo: uma busca por mudanças substanciais em uma região que historicamente recebia pouca atenção do governo nacional. Após um período de República marcado por promessas vazias e governos ineficazes, havia uma grande ansiedade por mudanças efetivas na administração nacional.

Conforme Boris Fausto argumenta, a ascensão de Vargas ao poder nacional por meio da “Revolução de 30” provocou mudanças políticas e econômicas em todo o país, caracterizadas pela reorganização hierárquica que gerou oposições político-partidárias e instabilidade no novo governo. Para enfrentar esses desafios, o Governo Federal adotou uma intervenção política centralizadora, nomeando interventores estaduais com o objetivo de reestruturar a máquina administrativa nos estados.¹⁶

No norte do País, esta reorganização dos Estados ficou a cargo de Juarez Távora¹⁷. Fora Instituída a Delegacia do Norte¹⁸ por Getúlio Vargas, e a Távora ficava a missão de alinhar militar e politicamente o governo do Norte às políticas do Governo Provisório. Das atividades atribuídas ao seu cargo, Juarez teve a missão de organizar politicamente os estados do norte, indicando interventores¹⁹ de confiança que estivessem alinhados com o projeto nacional de centralização política²⁰. Nesse contexto, devido ao histórico de oposição ao antigo sistema oligárquico e de atuação nas frentes contra a tradicional

¹⁴ Professor, deputado federal, senador e governador do Amazonas de 1926 a 1930.

¹⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 out. 1930, p. 1.

¹⁶ FAUSTO, Boris, 1930. *História do Brasil*. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 333.

¹⁷ Cearense e militar que participou do movimento tenentista em 1922, da Coluna-Prestes em 1925, entre outros movimentos revolucionários pelo país contra a república, chegando a liderar o movimento na Paraíba de deposição do governo e se tornando o chefe militar do norte¹⁷

¹⁸ Apesar do curto período de atuação de delegacia do Norte, ela foi imprescindível para a consolidação do novo governo na região, representando um espaço oficializado de comunicação e mediação entre as demandas locais e o governo provisório.

¹⁹ A nomeação de interventores buscava o cerceamento dos poderes locais, a restrição de forças militares, entre outras ações que visavam diluir as articulações políticas das oligarquias regionais e aumento da capacidade de centralização de poder do governo federal

²⁰ PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: *Regionalismo e centralização política*. Coord. Ângela Maria de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 347.

República Velha, no Amazonas foi indicado por Juarez Távora o nome de Álvaro Botelho Maia para interventor do Estado²¹.

Maia fez parte de uma longa trajetória de transformações no estado do Amazonas durante o início do século XX. Nascido em 1883, em um seringal nas proximidades de Humaíta, acompanhou as transformações econômicas, políticas e sociais vividas pela febre do ouro negro, bem como seu declínio que culminou com a marginalização do estado. Formou-se advogado, mas sua sina era de poeta. Notado como um intelectual das letras, teve sua carreira iniciada como jornalista em periódicos como *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias e A imprensa*.

É importante ressaltar que, durante esse período, as principais figuras políticas frequentemente surgiam do meio jornalístico. Como observado pelo historiador amazonense Daniel Rodrigues, a formação das elites intelectuais e culturais estava diretamente vinculada à produção de conhecimento, à imprensa e às instituições acadêmicas. Composta muitas vezes por escritores, artistas, acadêmicos e jornalistas, essas elites desempenhavam um papel crucial na disseminação de conhecimento, ideias e valores, contribuindo para a construção de uma identidade regional e influenciando as opiniões em defesa dos interesses econômicos e políticos das elites²².

A imprensa era ninho de intelectuais letrados, assim, das folhas jornalísticas, Maia irradiou para os centros de poder. A construção de sua carreira de forma próxima com sujeitos das elites dominantes e conservadoras do estado permitiu estender suas relações coletivas que mais tarde viabilizaram sua base política.

Como literário e político formado durante o auge da borracha, Maia almejava o retorno dos tempos áureos que vivera. No trecho de uma das suas mais famosas obras literárias, “*Canção de Fé e Esperança*”, Maia pretende passar a mensagem de um apelo para o futuro. Declamado no Teatro Amazonas no ano de 1923 em homenagem ao centenário da adesão do Amazonas à independência nacional, a obra exalta a justiça, a liberdade e a esperança de um futuro melhor, talvez até um futuro glorioso como fora o passado:

²¹ Maia não fora o único interventor no Estado. O período de grande instabilidade do governo nacional e local, refletiu na troca constante da administração do Estado, chegando ao total de 5 interventores no período de 1930 a 1935, dentre eles Maia vai ter grande destaque devido seus constantes retornos ao poder nos anos futuros, além de sua boa relação com Getúlio Vargas. Superar a instabilidade política e estabelecer um governo centralizado e forte na Amazônia passara a ser o desafio de Vargas durante os próximos anos.

²² LIMA, Daniel Rodrigues de. Elites em confronto: as disputas pelo poder político durante a belle époque no Amazonas (1889-1912). 2023. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023, pg. 26.

Tomaremos por base as cidades embryonarias antes da derrocada financeira, quando uma vida incessante e vertiginosa corria num deslumbramento, e a fartura, decorrente de uma simples monocultura, entornada a alegria e a felicidade por estas ribas torrenciais²³.

E continua:

Mas eramos o Eldourado, estendendo planicies fecundas para pedestaes de cidade de ouro ; mas eramos o paraído verde com círculos azues de atividade, florindo em campos geraes como em florestas virgens em chapadões de terras firmes como em vales humosos, mas eramos o oases sumarente, fadado para acolher os perseguidos de todos os desertos e de todos os simuns, mas; mas eramos o tracto infinito, onde ainda se ouvia, revelado pelas vozes das aguas e das selvas, o estrepito de nossas avós-centauras; mas eramos o Amazonas, princípio e fim, berço e tumulo, riso e lagrima, cárcere e redempção de nossa vida!²⁴

No entanto, o declínio da borracha impactou não somente o poder econômico, mas no cerne daqueles que viveram o apogeu econômico, social e cultural do Estado. A vivência da transposição desse cenário urbano marcou a personalidade do político varguista, que buscou através das suas investidas políticas o retorno do poderio econômico da borracha. No entanto, os diferentes projetos econômicos para o Estado vindos da União se chocavam com a vontade da população do retorno economia da borracha²⁵

O cenário no Amazonas no início da década de 1930 era caracterizado por uma intensa crise econômica, atribuída à queda do preço da borracha, que se arrastava desde a década de 1910 e foi agravada pela crise mundial de 1929. O ambiente urbano também enfrentava desafios devido ao êxodo dos seringais, o que resultou no crescimento desordenado da cidade e na falência de muitos negócios comerciais. Essa situação foi frequentemente denunciada ao governo, conforme apresentado pelo historiador Rômulo de Andrade. Segundo Andrade, esses discursos buscavam, acima de tudo, chamar a atenção das autoridades para as necessidades urgentes que, até 1930, não haviam sido atendidas pelo poder central, como apresenta o relatório:

...os seringais dos altos rios, atingi-o-eis na quadra invernososa, devido ás cachoeiras, são os maiores produtores. Habitam-nos milhares de homens. Cada um dos extratores representa um soldado, um desbravador, um propulsor do progresso nacional. O inverno prolonga-se até maio, e o comércio aviador não poderá enviar mercadorias para os pontos habitados. Ficarão aqueles homens no isolamento das florestas, á borda de igapós e barrancos, sem alimento, sem remédio e sem roupa. Dar-se-á, fatalmente, a fuga em canoas, em balsas, em

²³ MAIA, ÁLVARO. Canção de Fé e esperança. Academia Amazonense de Letras, Manaus- 1923. Biblioteca Pública Mário Ypiranga, pg. 5.

²⁴ MAIA, ÁLVARO. Canção de Fé e esperança. Academia Amazonense de Letras, Manaus- 1923. Biblioteca Pública Mário Ypiranga, pg. 6.

²⁵ DUARTE, Jéssica Cristine de Jesus. Trabalho e cidade em Manaus nos anos de 1930: O patronato e as relações de trabalho. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, p. 10.

jangadas, correnteza abaixo. Teremos o despovoamento dos seringais, o abandono das fronteiras, a acumulação dos sem trabalho nos povoados e nas cidades, e, apesar da índole ordeira, pacífica de nosso povo, o saque em vários lugares. Apenas os habitantes dos baixos rios, onde a produção é menor, poderão resistir, apoiados a rudimentar agricultura.... Os comandantes dos vapores, que trafegam o Juruá e outros rios, afirmaram-me ter visto, aqui e ali, canoas tripuladas, ao léu da correnteza. São os primeiros fugitivos, os vedetes das legiões que se arremessarão depois. Vêm magros, doentes, quase nus, os anos sucessivos de crise enfraqueceram e despiram a população. É mister alimentá-la e vesti-la pela vagabundagem no homem válido. Enquanto descem isolados, infundem piedades. E se apelarem para o saque, como, em situações menos graves, há sucedido no Amazonas? Em janeiro deste ano, tivemos um arremedo de invasão na Labrea, felizmente subjugado em tempo,... trata-se de um estado falido e de uma população profundamente atingida pela necessidade.²⁶

O relatório descreve o estado de abandono da economia local, o qual afetava profundamente a dignidade humana e resultava em atos de desespero na busca pela sobrevivência em meio ao caos. Portanto, naquele momento, crescia a urgência de uma atenção por parte do poder central.

Devido a esses fatores e ao significativo interesse comercial na região, a partir da “Revolução de 1930”, o Estado Nacional começou a buscar estratégias de integração da Amazônia. Para isso, foi necessário exercer controle sobre as administrações estaduais e municipais, ampliando suas atribuições de planejamento e execução por meio da criação de diversos órgãos voltados para o desenvolvimento regional, além de intensificar a fiscalização sobre essas administrações.

Eloína Santos nos elucida acerca desse momento de transformações na interventoria de Álvaro Maia, concluindo uma série de mudanças político-administrativas que visavam equilibrar o orçamento do Estado. Para isso, Maia levantou as dívidas do estado, promoveu a diminuição dos gastos públicos, se colocou na posição de regulador das despesas públicas, onde ele deveria aprovar qualquer despesa que surgisse. Além disso, unificou os serviços públicos do Estado e a administração da polícia civil deixando-a a cargo do irmão de Juarez Távora, Francisco Távora. Maia Anulou também as aposentadorias, as disponibilidades remuneradas e reformas de funcionários administrativos.

²⁶ ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2007, pg. 23.

Por fim, como um defensor exímio do retorno da economia da borracha, pedia providências a Juarez Távora para promover o seu retorno, sugerindo então que o estoque existente fosse comprado, bem como exigia também amparo em relação à população do interior que dependia diretamente da economia extrativista sugerindo o remanejamento das terras pertencentes ao Estado.²⁷

Maia buscou através da reorganização política e econômica reerguer o Estado, alinhando-o às políticas nacionais e às demandas locais, principalmente pelo retorno da borracha. As normativas implementadas através dos atos governamentais se chocaram com os interesses dos juizes locais, que logo entraram em desacordo, a disputa resultou na exoneração de Maia em agosto de 1931, voltando ao poder somente em 1935 no governo constituinte de Vargas²⁸.

Maia retornou ao governo do estado somente em 1935 através da Assembleia Constituinte, dando continuidade ao projeto de recuperação econômica no Estado através das atividades extrativistas, que eram de sua grande preocupação desde o início de seu primeiro governo. Em 1937, devido ao sucesso da sua relação com o governo central, foi o precursor da implantação do regime ditatorial de Vargas no estado. Maia deu seguimento à política centralizadora, reorganizando novamente as administrações políticas do Estado, indicando seu irmão Antônio Botelho Maia para a prefeitura da cidade, e Rui Araújo²⁹ para Secretário Geral do Estado.³⁰

O interventor atuou durante o Estado Novo centralizando o poder dos municípios diretamente com a capital, formulando programas de saneamento, saúde e educação, comunicação e fiscalização de fronteiras no interior e na capital. Alinhado com a proposta trabalhista do momento, desenvolveu iniciativas que incentivassem a organização e cooperação dos trabalhadores em torno do Estado, como a sindicalização dos trabalhadores e construção de vilas operárias.

Eloína Santos nos chama atenção para outra característica conciliatória entre a política nacional e local durante o Estado Novo que é a questão do “trabalhismo”. Ponto esse de muita divergência no governo Vargas, no Amazonas ele aparece sendo implementado por

²⁷ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 87.

²⁸ A instabilidade se devia em partes pela continuidade política de grupos políticos tradicionais, herdeiros da política oligárquica que impediam uma coesão entre as decisões governamentais.

²⁹ Rui Araújo foi um advogado, Juiz de direito, promotor e político amazonense, irmão de André Araújo que futuramente constituiriam o PSD no Amazonas.

³⁰ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 105.

Maia nos chamados “círculos operários” que tinham o objetivo de “fornecer instrução primária, profissional, educação social, trabalhista e cívica, assistência médica e dentária e, desta maneira, orientar os trabalhadores para uma estreita cooperação com o poder público”³¹. Assim, a política amazonense reflete a política nacional centralizadora e trabalhista como ponto primordial para o desenvolvimento.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1943, o Estado Novo, que até então mantinha sua aparente estabilidade, começou a evidenciar suas primeiras rachaduras³². Essa instabilidade se deveu à incoerência entre a batalha dos soldados brasileiros pela derrota dos regimes ditatoriais na Europa e a continuidade do regime ditatorial no Brasil. De fato, a participação brasileira na guerra serviu como um catalisador para a consolidação da ideia de que o Brasil deveria ser um país democrático.

Outro evento que evidenciou a fragilidade do regime ditatorial foi o afastamento do General Góes Monteiro, um dos idealizadores do Estado Novo, em dezembro de 1943. Isso foi significativo, pois Góes Monteiro era um dos principais pilares do governo Vargas e sua saída sinalizou o caminho para o desgaste do regime.

Além disso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou um manifesto estudantil em novembro de 1943, que causou grande indignação. Durante o protesto, os estudantes marcharam com mordças em sinal de protesto contra a falta de liberdades e foram violentamente reprimidos pela polícia, resultando em duas mortes. Esse evento foi significativo, pois evidenciou a insatisfação e a luta dos estudantes contra o regime ditatorial, contribuindo para o enfraquecimento do governo.

No entanto, no Amazonas, não foi observada nenhuma menção a esse evento no *Jornal do Comércio*. Pelo contrário, em certos momentos ao longo daquele ano, foram feitos elogios aos movimentos estudantis. Por exemplo, na ocasião do Dia Internacional do Estudante, as organizações estudantis se reuniram sob a presidência de Álvaro Maia e outras autoridades na Faculdade de Direito do Amazonas para comemorar³³.

³¹ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 111.

³² Boris Fausto também identifica alguns eventos que marcaram o início do declínio do Estado Novo. O primeiro deles foi o Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, que exigia o retorno da liberdade e democracia. Este manifesto, redigido e assinado clandestinamente por figuras importantes da elite mineira, como o ex-presidente Arthur Bernardes, Afonso Arinos e Milton Campos, teve uma grande relevância contra o regime varguista, pois foi um dos primeiros atos escritos e formalizados contra o governo ainda em meio ao regime ditatorial. Além disso, o Manifesto dos Mineiros revelou a insatisfação de importantes setores da sociedade brasileira com o autoritarismo do Estado Novo.

³³ *Jornal do comércio*, Manaus, 16 nov. 1943, p. 1.

Por outro lado, é possível observar a convocação de uma Reunião do Conselho Regional dos Estudantes para tratar de “assuntos de grande interesse para todos”³⁴. As limitações da análise da fonte não nos permitem inferir os temas discutidos nessas reuniões, mas podemos supor que, naquela altura, os recentes acontecimentos em nível nacional podem ter sido debatidos entre os estudantes, sendo uma ocasião que não poderia ser divulgada naquele periódico.

É importante ressaltar que, longe de sugerir que o Amazonas estava pacífico diante da situação nacional, podemos inferir que a fonte que estamos analisando faz parte de uma elite nacional que possui seus próprios interesses. Portanto, é necessário analisar as diferentes esferas em que as regiões em questão estavam inseridas.

O regime, nessa altura, já havia perdido suas forças de supressão, além do apoio das autoridades militares. O desgaste do Estado Novo foi gradual, mas os eventos mencionados foram importantes na construção do processo de enfraquecimento e, posteriormente, da queda do regime.

Ao antever a crescente pressão por sua saída do poder, o presidente Getúlio Vargas, no início de 1945, iniciou um processo gradual de abertura do regime autoritário que havia sido estabelecido durante seu governo. Segundo a análise de Maria Celina D'Araújo, Vargas empreendeu essa estratégia com o propósito de promover mudanças sem provocar rupturas significativas na ordem política e sem prejudicar as lideranças e alianças consolidadas durante o regime³⁵. Desta maneira, ao implementar medidas mais liberalizantes e buscar instituir uma nova ordem política, o presidente também manteve controle sobre o poder e assegurou sua influência política.

Com esse objetivo, Vargas promoveu o fim da censura da imprensa, bem como a anistia dos presos políticos e exilados. Sem dúvidas, a medida mais importante nesse momento fora a reorganização eleitoral, onde, por meio do Ato Adicional à Carta de 1937 foi decretado um Novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. As historiadoras Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D' Araújo postularam acerca dos meandros dessa formação dos partidos, onde Agamenon Magalhães, que assumira pasta da Justiça em 1945, é quem organiza o processo eleitoral, e a criação de

³⁴ *Jornal do comércio*, Manaus, 05 dez. 1943, p. 2.

³⁵ ARAÚJO. Maria Celina D'. O Estado Novo – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000, pg. 57.

um partido composto pelos interventores estaduais, o Partido Social Democrático (PSD).³⁶

Fica evidente que o PSD representava as elites políticas estaduais, sem diálogo com as massas populares e sindicais. Assim, na impossibilidade de unir as forças varguistas em um único partido, surge o PTB, representando os trabalhadores e suas bases sindicais. A criação dos dois partidos não se apresentava como uma disputa de forças opositoras, mas como uma solução complementar às divergências ideológicas.

A organização do partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), surge no mesmo período do PSD, ainda em princípios de 1945, sob a liderança de Carlos Lacerda. O partido unia as classes médias urbanas e boa parte da imprensa ressentida pela censura.

Enquanto isso, no Amazonas, a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a crescente necessidade de instrumentos bélicos fez o estado retornar ao curso econômico amazonense com a borracha brasileira. Com a produção de seringueiras da Malásia tomada pelos japoneses, restava aos seringais brasileiros assumir a oferta do produto.³⁷ Tal retorno econômico semeou a esperança de um progresso financeiro como vivera a região no início do século. As novas estratégias políticas³⁸ montadas para a Batalha da Borracha, visavam a reativação dos seringais, manejo funcional do território que produziria matérias diretamente para a guerra e a integração espacial do território.³⁹

Nesse momento, a propaganda por periódicos e pela rádio seria o principal instrumento utilizados por Maia para se direcionar à população do interior amazonense para a reprodução de um ideário trabalhista. Além disso, a retórica do interventor e poeta serviria de propaganda estado novista e ao incentivo de cooperação entre seringueiros e seringalista com o propósito de soerguimento da região. Essa valorização fica evidente em um de seus artigos em que ele colaborava com o “*Diário Associados*” e que compuseram a obra “Na vanguarda da retaguarda”. Álvaro diz que:

³⁶ Gomes, Ângela de Castro; Araújo, Maria Celina d'. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática-Série Princípios. 1989, p. 13.

³⁷ Com esse fim, foram criados órgãos mobilizadores de mãos de obra e de disponibilidade de crédito como a SEMTA e o Banco de Crédito da Borracha. Entre outras estratégias, para além dos incentivos econômicos dos EUA, esteve a criação e o desenvolvimentos de órgãos burocráticos como o Instituto Agrônomo do Norte e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Os acordos de Washington visavam reorganizar a reativação dos seringais e a integração espacial do país.

³⁸ Além da borracha também era produzido e comercializado o café, minérios e outros produtos para aumentar o excedente de exportáveis para os Estados Unidos.

³⁹ SANTOS, Eloína Monteiros dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 120.

“A absoluta união entre os trabalhadores e o Estado é um postulado do regime. Ninguém vive isolado, ninguém ergue ilusórias muralhas chinesas entre a sua personalidade e o poder. O Estado precisa de esforço dos seus cidadãos, por mais humildes que sejam; o milionário mais egoísta não pode enganar-se em desenvolver as suas atividades sem a proteção e a fiscalização do Estado”⁴⁰

Apesar dos esforços incansáveis de Álvaro Botelho Maia, que buscava revitalizar a indústria da borracha na região, o declínio desse setor vital da economia amazônica se revelou inescapável. A dinâmica econômica global, sobretudo após o término da Segunda Guerra Mundial, acarretou profundas transformações no comércio extrativista, levando a perdas significativas em termos de mercado e valor financeiro.⁴¹

A conclusão da Segunda Guerra Mundial marcou um ponto de virada crucial para a economia extrativista. Durante o conflito, as restrições comerciais e a ocupação militar em diversas regiões produtoras de borracha ampliaram a demanda por essa matéria-prima, impulsionando temporariamente a economia local. No entanto, com o fim das hostilidades, as nações envolvidas no conflito voltaram suas atenções para outras fontes de borracha, reduzindo drasticamente o papel da Amazônia nesse mercado.

Esse declínio teve impactos profundos nos problemas sociais e econômicos já presentes na região, particularmente na sua capital. Manaus, por exemplo, foi duramente afetada pela mudança de fortuna da borracha. A cidade, que havia experimentado um período de efervescência econômica conhecido como "Belle Époque da Borracha", viu-se confrontada com desafios crescentes. O abandono de muitas seringueiras e a desaceleração da economia levaram ao desemprego, à pobreza e à desigualdade crescente.

Acentuando ainda mais os contrastes sociais, as condições de vida em Manaus divergiam drasticamente entre os grupos sociais. Enquanto alguns detinham o poder econômico e político e podiam se adaptar às mudanças, uma parcela significativa da população enfrentava dificuldades cada vez maiores. A reconfiguração da economia afetou especialmente as comunidades tradicionalmente dependentes do extrativismo, ampliando as fissuras na sociedade e gerando tensões.

Na altura de fevereiro de 1945, Álvaro Maia participou de uma entrevista à imprensa do Amazonas após seu retorno de uma viagem ao Rio de Janeiro onde se reuniu com o presidente Getúlio Vargas. Durante esse encontro, ele optou por não se aprofundar nas

⁴⁰ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 120.

⁴¹ PESSOA, Alba Barbosa. Pequenos construtores da nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 47-48.

questões políticas imediatas, direcionando sua atenção para preocupações consideradas mais amplas e urgentes, como “com a economia, com o interior, com o bem-estar do povo, com a segurança do nosso trabalho, da abertura de mercado, da instrução, da ordem e da liberdade”⁴². Maia também enfatizou a importância de direcionar os esforços das pessoas do estado em direção à execução das diretrizes do Presidente, enfatizando a necessidade de um período de dedicação ao trabalho árduo e à organização.⁴³

Embora não tenha explicitamente destacado um cenário caótico na situação econômica do Amazonas, Maia sutilmente sugeriu que algumas melhorias e ajustes organizacionais eram necessários para otimizar o panorama financeiro da região. De acordo com Tavares Neto, o período que se seguiu naquele ano foi de instabilidade política no Amazonas, levantando-se as possibilidades para o futuro dos representantes e grupos políticos do estado⁴⁴. Nesse sentido, a maior preocupação girava em torno dos novos partidos políticos que iriam participar do processo eleitoral.

No contexto histórico analisado, o mês de fevereiro emerge como um marco crucial na aceleração do processo de transição democrática, uma iniciativa que já estava em gestação desde o ano anterior. O primeiro passo concreto nessa trajetória foi dado com a promulgação da Lei Constitucional nº 9, datada de 28 de fevereiro de 1945. Esta legislação, além de despojar o regime de seu caráter repressivo, instituiu um calendário eleitoral a ser implementado em um prazo de 90 dias. Estas ações, combinadas com outras medidas notáveis, tais como a promulgação de um novo Código Eleitoral e a concessão de anistia política aos indivíduos condenados por crimes políticos, juntamente com o fim da censura, delinearão um retorno expressivo das vozes críticas e das hostilidades em relação ao governo de Vargas.

Durante esse período crucial, a imprensa desempenhou um papel significativo ao avançar rapidamente com críticas contundentes contra o governo de Vargas. De acordo com as observações de Jorge Ferreira, esses ataques eram direcionados principalmente à legislação trabalhista e ao sindicalismo. Utilizando uma variedade de adjetivos negativos,

⁴² *Jornal do comércio*, Manaus, 15 fev.1945, p. 1.

⁴³ *Jornal do comércio*, Manaus, 15 fev.1945, p. 1.

⁴⁴ TAVARES NETO, Tavares Neto. Os momentos finais do Estado Novo no Amazonas: movimento queremista, reordenamento político-partidário e as eleições de 02 de dezembro de 1945. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 139-158, jan./abr. 2022, p. 24.

que iam desde “ditador” até “hipócrita”, a imprensa rotulou o presidente como “fascista”, intensificando sua hostilidade em relação à permanência de Vargas no poder.⁴⁵

Simultaneamente, os movimentos de rua ganharam destaque após o enfraquecimento dos mecanismos repressivos do regime. Comícios, marchas e passeatas eram realizados regularmente para criticar o governo de Vargas e reivindicar a democratização do país. Portando bandeiras e cartazes, os manifestantes exigiam a restauração das liberdades de expressão, a anistia para presos políticos e, acima de tudo, a saída de Getúlio Vargas do poder.

Um evento notável ocorreu em 2 de março de 1945, na Praça da Sé, quando estudantes universitários se reuniram. No meio da multidão, oradores clamavam pelo fim do Estado Novo e até mesmo pela morte de Vargas. Curiosamente, como resposta a esse movimento, trabalhadores humildes e apoiadores de Vargas interromperam o ato. Eles bateram panelas e vaiaram os universitários, proclamando em coro "Nós queremos Getúlio". Tal manifestação de apoio inesperado ensejou a dispersão do evento protagonizado pelos estudantes universitários, com a multidão subsequente ocupando por completo a Praça da Sé.

A sequência de eventos que se desdobrou surpreendeu a grande imprensa, que enfrentou dificuldades para compreender a adesão de grupos sociais populares e trabalhadores à causa de Getúlio Vargas. Consequentemente, em um curto período de tempo, as ações de resistência aos ataques dirigidos ao presidente da República ganharam uma nova dimensão, sendo categorizadas como movimentos “queremistas”, devido à proeminente expressão “nós queremos Getúlio”. Conforme analisado por Jorge Ferreira, o temor suscitado pela possível saída de Vargas do poder estava intrinsecamente ligado à perspectiva de perda das conquistas trabalhistas recentemente promulgadas por seu governo, notadamente o estabelecimento do salário mínimo.

Além disso, havia uma desconfiança latente em relação às intenções do novo grupo político que se preparava para assumir o controle do país.⁴⁶ Jorge Ferreira afirma ainda que, ao contrário do que o pensamento liberal imaginava, que o apoio dos trabalhadores

⁴⁵ FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 13-46.

⁴⁶ FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 19.

era resultado da ignorância do povo e da força da propaganda, na verdade era o impacto das leis sociais:

“O “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade.”⁴⁷

O movimento adquiriu rapidamente uma amplitude significativa em todo o território nacional. Tavares Neto observa que, a partir de março de 1945, a imprensa do estado do Amazonas já estava reportando a realização de comícios em prol de Getúlio Vargas, promovidos pela entidade denominada “Frente Democrática Getúlio Vargas”. O objetivo principal destes eventos era mobilizar a classe trabalhadora. A liderança dessa “Frente” estava a cargo do trabalhista Vivaldo Palma Lima, que, juntamente com Plínio Coelho⁴⁸ e outros simpatizantes, conduzia importantes deliberações em prol dos apoiadores do movimento “Queremos Getúlio” no estado do Amazonas.⁴⁹

No dia 15 de abril, o *Jornal do Comércio* anunciava o 5º comício realizado por Vivaldo Lima que tinha como objetivo apoiar à candidatura de Vargas e a sua continuidade no poder. A frequência dos comícios evidenciava a estratégia de angariar um número crescente de apoiadores e ampliar a participação do público, com o propósito de formar um potencial eleitorado para o pleito que se aproximava.

⁴⁷ FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 20.

⁴⁸ Plínio Ramos Coelho (1920-2001) nasceu em Humaitá (AM), filho de Francisco Plínio Coelho e Ana Ramos Coelho. Ele foi educado em diversas instituições em Manaus, incluindo o Colégio Dom Bosco, o Ginásio Amazonense e a Escola de Comércio Solon de Lucena, antes de se formar como professor no Instituto de Educação e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Ao longo de sua carreira, Coelho foi membro de várias associações profissionais e acadêmicas, incluindo a Associação Amazonense de Professores, a Associação Amazonense de Imprensa, a Academia Amazonense de Letras e a Academia Amazonense de Letras Jurídicas. Ele foi eleito para a Academia Amazonense de Letras em 1963, mas assumiu seu cargo apenas em 1984. Coelho exerceu advocacia, representando sindicatos de trabalhadores marítimos, gráficos e portuários, além de trabalhar como escrivão da vara privativa do crime. Ele também teve uma carreira no jornalismo, sendo proprietário e editor dos jornais "O Trabalhista" e "A Gazeta". Para mais informações, ver: QUEIRÓS, CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: César Augusto B. Queirós; Auxiliomar Ugarte. (Org.). Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana. 1ed. Manaus: Editora Valer, 2019. / QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. Revista Mundos do Trabalho(online), v. 8, 2017 / QUEIRÓS, CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ. 'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. Revista de História da Unisinos, v. 23, p. 73-83, 2019.

⁴⁹ TAVARES NETO, Tavares Neto. Os momentos finais do Estado Novo no Amazonas: movimento queremista, reordenamento político-partidário e as eleições de 02 de dezembro de 1945. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 139-158, jan./abr. 2022, p. 143.

Nesse contexto, em outra edição do *Jornal do Comércio*, datada de 07 de agosto de 1945, reportou uma assembleia realizada na sede da União Operária, promovida pela “Frente Democrática Getúlio Vargas” e presidida por Vivaldo Lima. Durante essa reunião, na qual Plínio Coelho atuou como orador, foram deliberados seis itens de importância considerável. O primeiro deles estabeleceu que a Frente Democrática se associaria ao partido nacional que apresentasse a candidatura de Vargas. O segundo item concedeu autorização a Vivaldo Lima para representar a “Frente” no Rio de Janeiro. Os terceiro e quarto pontos objetivaram desencorajar a propaganda comunista dentro da organização e condenar políticos ambiciosos que procuravam impor suas candidaturas, contrariando a vontade dos eleitores. O quinto item formalizou o compromisso da organização de enviar um telegrama a Vargas, solicitando que ele registrasse sua candidatura à presidência.

Por último, o sexto ponto determinou que o presidente da sessão convidaria os diretórios do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) para celebrar a volta do interventor Álvaro Maia, quando retornasse do Rio de Janeiro a Manaus. Esse evento seria um ato de protesto em resposta à campanha que Maia vinha enfrentando, na qual ele se comprometia a respeitar o voto consciente de todos os seus concidadãos.⁵⁰

Fica evidente pela nota que o movimento se mostrava totalmente ligado às decisões de Vargas, independente de qual partido o mesmo se candidata-se, o movimento acataria a decisão do líder. Além disso, o movimento começava a ganhar características partidárias, delineando suas preferências e ideologias permitidas.

É então em meio à essa agitação do movimento queremista que se configuram os grupos políticos que vão dar base para a fundação dos partidos políticos amazonenses. Como já mencionado anteriormente, a lei constitucional de 28 de fevereiro de 1945 criava condições para o funcionamento dos órgãos representativos e marcava o retorno do Brasil à democracia ao estabelecer eleições diretas para a presidência e a criação da Justiça Eleitoral. Nesse sentido, foi criado o decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945 que regulamentava o alistamento eleitoral e as eleições⁵¹, organizando de forma que apenas seriam admitidos partidos que atuassem em âmbito nacional, não mais de forma regional, como ocorrera durante a primeira República.

⁵⁰ *Jornal do comércio*, Manaus, 07 ago.1945, p. 1.

⁵¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>

À medida que os partidos políticos nacionais se estruturavam, emergia uma dinâmica na qual as lideranças regionais buscavam assertivamente consolidar suas posições no cenário partidário. Em um exemplo concreto, em 12 de julho, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estabeleceu sua presença física na sede da União Operária, oficializando, já em 14 de julho, a fundação de seu diretório, cuja presidência foi conferida a Manuel Elias de Almeida Anunciação.

Contudo, esse processo de fundação do diretório do PTB não transcorreu de maneira pacífica, sendo marcado por um conflito entre dois importantes líderes. Tal discordância estava atrelada, principalmente, à ala queremista, liderada por Vivaldo Palma Lima⁵², e à sua respectiva corrente política, a qual não reconheceu a legitimidade da composição da diretoria, tampouco a presidência de Manuel Anunciação, líder da ala denominada “trabalhistas”, a qual representava os interesses dos operários e sindicalistas.

Para dirimir essa contenda, uma reunião foi convocada para o dia 22 de setembro, resultando na aclamação de Vivaldo Lima como presidente do Diretório Estadual. Este duplo comando gerou um impasse considerável, uma vez que, apesar das convergências ideológicas entre os grupos, as trajetórias políticas de seus representantes eram discrepantes.

Somente em outubro, essa disputa foi finalmente solucionada, com a aclamação de Aristophano Antony⁵³ como presidente do partido, tendo Plínio Coelho como seu segundo secretário. Nesse contexto, Vivaldo Lima e Manuel Anunciação assumiram posições meramente como membros da diretoria. Apesar das contendas internas, Tavares Neto afirma que o PTB conseguiu constituir uma base social abrangente, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelo Governo Vargas.⁵⁴

Ao contrário do PTB, o Partido Social Democrático (PSD) não demorou para estabelecer suas bases de fundação. Instalado no Amazonas oficialmente no dia 15 de junho, a liderança do partido ficou a cargo do interventor federal Álvaro Botelho Maia, junto de outros representantes. Três meses depois, em uma convenção ocorrida no dia 29 de outubro de 1945, da qual participaram prefeitos ou seus representantes, fora decidido os nomes dos candidatos do PSD. Para governador, foi indicado o nome de Ruy Araújo,

⁵² Vivaldo Palma Lima foi um jornalista e político brasileiro, ajudou a fundar o Partido Trabalhista Amazonense (PTA) em 1933. Foi editor também do período ligado ao partido, o *Jornal Tribuna Popular*.

⁵³ Aristophano Antony foi jornalista pertencente a uma família tradicional de Manaus. Participou de jornais locais e fundou um dos periódicos de maior circulação da cidade, o “A Tarde”.

⁵⁴ TAVARES NETO, Tavares Neto. Os momentos finais do Estado Novo no Amazonas: movimento queremista, reordenamento político-partidário e as eleições de 02 de dezembro de 1945. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 139-158, jan./abr. 2022, p. 150.

fiel aliado de Maia. Para senador, os candidatos seriam Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa, e, para a disputa aos cargos de deputado federal e estadual, o partido indicou nomes de grande relevância na política amazonense, como Antonio Maia, Leopoldo Peres, Comes Ferreira Filho, Paulo Marinho e Artur Virgílio do Carmo Filho⁵⁵.

Para César Augusto Queirós, a instituição do PSD no Amazonas se fundamentava na trajetória política previamente estabelecida de Álvaro Maia, bem como nas relações que ele havia construído com as elites políticas durante sua trajetória no executivo amazonense. Seguindo a análise de Eloína Santos, Queirós sustenta que houve uma notável continuidade entre o término do período do Estado Novo e o início do processo de redemocratização no Amazonas, em grande parte devido à permanência de Maia e de sua influente estrutura político-administrativa, que só irá entrar em declínio anos mais tarde.⁵⁶

Enquanto o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram formados sob a influência e apoio do governo Vargas, a União Democrática Nacional (UDN), em consonância com a tendência nacional, atraiu setores da sociedade que se mostravam insatisfeitos com o regime varguista. Entre seus adeptos, estavam funcionários públicos, comerciantes, jornalistas, professores e estudantes. Sob a liderança do jornalista e advogado Manuel Severiano Nunes, o partido empreendeu esforços para ampliar sua base de eleitores, realizando campanhas em diversas cidades do interior do Amazonas.⁵⁷

O periódico *Jornal do Comércio*, por sua vez, evidenciou um considerável apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República, por meio de inúmeras manifestações de entusiasmo e promoção de sua candidatura:

E de volta a Manaus, para merecer mais uma vez os aplausos dos seus correligionários, o dr. Manoel Severiano Nunes poderá falar-nos então da confiança do Brasil democrata, da sua certeza na indiscutível vitória do candidato do povo, de candidato que há de sair dessa luta política, que será travada com a serenidade reclamada pelos que se encontram a frente do movimento eleitoral em ambas as fações, para a presidência da República. E demonstrará, então, que o Brasil poderá progredir, poderá desenvolver-se, poderá ser forte e respeitado, sem que para tanto a imprensa precise ser transformada num boletim oficial, sem que para

⁵⁵ *Jornal do comércio*, Manaus, 30 out.1945, p. 1.

⁵⁶ QUEIRÓS, A. B. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1–23, 2020. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e72324. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2020.e72324>.

⁵⁷ TAVARES NETO, João R. Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC, 2022, p. 44.

tanto o povo seja forçado a só aplausos dar aos seus governantes: sem que para tanto os presídios precisem hospedar os que amam a liberdade e o direito de pensar.⁵⁸

À medida que os partidos no Amazonas se organizavam para a iminente eleição, a capital federal enfrentava o processo de desmontagem do Estado Novo. Em 29 de outubro, Getúlio Vargas foi deposto do poder e, em seu lugar, assumiu o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral, José Linhares. Curiosamente, na mesma nota de jornal em que eram anunciados os candidatos do PSD, foi informada a deposição de Vargas e a transição do poder para o Ministro José Linhares:

O general Gois Monteiro, em nome das Forças Armadas fez mais uma proclamação dizendo que o Presidente Getúlio Vargas, em face dos acontecimentos públicos e para evitar maiores dissidências, resolveu num ato de grande patriotismo, renunciar entregando o poder ao ministro José Linhares⁵⁹.

Três dias após esse evento surpreendente, José Linhares assinou o Decreto-Lei nº 8.155, em 1º de novembro de 1945, o qual revogou o Decreto-Lei nº 8.063 e, como consequência, suspendeu as eleições para o governo do estado e para a Assembleia Legislativa. Em resposta a esses acontecimentos, diversos interventores e governadores apresentaram seus pedidos de demissão, conforme destacado na manchete de primeira página do *Jornal do Comércio* no dia seguinte, intitulada “EXONERAÇÃO EM MASSA DOS INTERVENTORES E GOVERNADORES”⁶⁰.

Álvaro Botelho Maia foi um desses interventores que, nas primeiras horas da manhã de 1º de novembro, durante uma reunião no Palácio Rio Negro com seus principais colaboradores, comunicou que havia “solicitado ao presidente José Linhares sua imediata demissão das importantes funções desempenhadas”⁶¹. Maia renunciou ao cargo e o Desembargador Emiliano Stanislaw Afonso assumiu o seu lugar.

Após a decisão de anulação das eleições, apenas as disputas para os cargos de senadores, deputados federais e presidente da República foram mantidas. Consequentemente, os representantes dos partidos direcionaram seus esforços para ampliar sua base de eleitores nessas campanhas eleitorais. Assim, PSD, PTB e UDN mobilizaram-se no Amazonas em busca de atrair eleitores e fazer crescer suas legendas no estado.

⁵⁸ *Jornal do comércio*, 09 Ju. 1945, p. 1.

⁵⁹ *Jornal do comércio*, 30 out. 1945, p. 1.

⁶⁰ *Jornal do comércio*, Manaus, 02 nov. 1945, p. 1.

⁶¹ *Jornal do comércio*, Manaus 24 nov. 1945, p. 1.

As eleições realizadas em 2 de dezembro de 1945 refletiram o peso político nacional exercido pelos interventores em seus respectivos estados. O Partido Social Democrático (PSD) conquistou uma parcela significativa, abocanhando 53,7% das 328 cadeiras disponíveis. Na sequência, a União Democrática Nacional (UDN) obteve 26,5% das vagas, enquanto o PTB registrou uma presença menos expressiva, com apenas 7,3% das cadeiras.

No contexto do Amazonas, os resultados não diferiram significativamente. Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa, ambos filiados ao PSD, foram eleitos como senadores. Para a Câmara dos Deputados, os eleitos foram Leopoldo Peres, Francisco Pereira da Silva e Cosme Ferreira Filho, todos membros do PSD, com a única exceção de Leopoldo Amorim Neves, que representou o PTB, e Manoel Severiano Nunes, da UDN.

Esses resultados refletem a notável influência política não apenas do PSD, mas também do ex-interventor Álvaro Maia e de seu grupo político, que havia estabelecido uma sólida presença na máquina administrativa do estado ao longo de muitos anos. Presença essa que não seria facilmente superada ou desafiada, dada a sua influência consolidada e raízes profundas na política amazonense.

1.2. Articulações para as eleições de 1950.

As eleições ocorridas em 2 de dezembro de 1945 representaram um marco significativo no cenário político brasileiro, com resultados favoráveis ao Partido Social Democrático (PSD). Isso gerou uma preocupação palpável por parte da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em relação aos futuros pleitos eleitorais. A empreitada de ultrapassar as lideranças políticas consolidadas revelar-se-ia uma empreitada desafiadora, requerendo um esforço substancial por parte desses partidos no futuro.

No contexto de 1946, o horizonte político era permeado por cuidadosas manobras e estratégias visando às eleições iminentes para a Assembleia Legislativa e para o governo do estado⁶². A confirmação da data das eleições ocorreu em 18 de setembro de 1946, com

⁶² Em março de 1946, Júlio Nery foi nomeado como interventor no Amazonas por determinação de Dutra, porém, em agosto do mesmo ano, ele foi exonerado do cargo, sendo substituído pelo Tenente Coronel Sizenô Ramos. Em 1947, Sizenô também foi exonerado, cedendo o lugar a João Nogueira da Mata, que já havia exercido brevemente o cargo de interventor em 1946. João Nogueira assumiu a posição em fevereiro de 1947 e permaneceu no cargo até a chegada do novo governador.

a promulgação da nova Constituição, estabelecendo a realização do pleito em 19 de janeiro de 1947. Nesse cenário, os partidos políticos empenharam-se em ampliar seu alcance eleitoral, intensificando suas campanhas. Conseqüentemente, à medida que os partidos se organizavam, tornava-se evidente que o PSD liderava a corrida e direcionava as estratégias de campanha rumo ao governo estadual, já tendo definido Ruy Araújo como seu candidato.

Em busca de uma força capaz de rivalizar com o PSD, ainda que abrigando ideologias distintas, o PTB e a UDN celebraram um entendimento estratégico. Essa aliança resultou na formação de uma coligação, tendo Leopoldo Neves (PTB) como candidato ao governo e Manuel Severiano Nunes (UDN) como postulante ao Senado. Em um primeiro olhar, essa composição pode parecer paradoxal, considerando as orientações políticas nacionais de ambos os partidos; contudo, quando analisada no contexto regional, revela uma lógica subjacente. A prioridade prevalecia às ideologias individuais, centrando-se na missão comum de derrotar o PSD e seu grupo político no estado.

Após uma campanha eleitoral intensiva, caracterizada por uma série de contestações, as eleições de 19 de janeiro de 1947 resultaram na vitória de Leopoldo Neves (PTB) para o cargo de governador do estado, e Manoel Severiano Nunes (UDN) foi eleito senador. Este resultado surpreendeu os adversários do Partido Social Democrático (PSD), que contestaram o pleito nos âmbitos judiciais. Além disso, dois deputados federais foram eleitos, completando a representação federal do estado: Antovilla Rodrigues Mourão Vieira (UDN) e Vivaldo Lima (PTB).

O cenário eleitoral foi ainda mais desfavorável para o PSD, uma vez que a coligação opositora obteve ampla vitória na eleição para a Assembleia Legislativa Estadual. Das 30 vagas disponíveis, metade foi conquistada pela União Democrática Nacional (UDN), enquanto o PSD obteve nove cadeiras, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) conquistou cinco, e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) obteve uma representação legislativa.⁶³

É uma tarefa delicada estabelecer uma causa única para a derrota política do Partido Social Democrático (PSD). No entanto, é possível identificar, dentre diversos fatores, a influência do aspecto trágico resultante da “batalha da borracha” como um elemento relevante. No seu estudo, Eloína Monteiro aborda as contestações apresentadas durante a Constituinte de 1946 por Egberto Rodrigues e Paulo Sarasate no Congresso Nacional. Os constituintes do Ceará denunciaram a propaganda enganosa do Estado, que atraiu

⁶³ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do trabalhismo (1945/1964). Revista Mundos do Trabalho, V. 12, 2020. p. 9.

aproximadamente 50.000 nordestinos para as regiões remotas da Amazônia, onde enfrentaram fome e doenças, enquanto outros viviam em condições de desolação e miséria.⁶⁴

Embora Álvaro Maia tenha negado essa situação, os dados apresentados por Paulo Sarasate indicavam que o aumento na produção de borracha não compensou significativamente as perdas humanas resultantes da “batalha da borracha”⁶⁵. Essa discussão, que chegou a esse nível de visibilidade, impactou na percepção da população, levando-a a buscar alternativas de poder que pudessem desafiar a influência do grupo pessedista.

Assim, Leopoldo Neves assumiu a chefia do governo estadual em um contexto de considerável crise econômica e social. Nesse período, o país estava sob a liderança do Presidente Eurico Gaspar Dutra, enfrentando um déficit inflacionário que afetava todo o território nacional e tinha impactos significativos no desenvolvimento regional. As análises de Tavares Neto revelam que as mensagens governamentais de Leopoldo Neves reconheciam a situação financeira precária, que tornavam inviável a promoção do desenvolvimento agrícola⁶⁶.

A aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) logo começou a apresentar fissuras. Em 1948, o deputado estadual Plínio Coelho iniciou uma série de críticas ao governador Leopoldo Neves, o que levou a uma divisão dentro do partido. Leopoldo Neves conseguiu o apoio de Vivaldo Palma Lima e do partido, resultando na perda de apoio de Plínio entre seus correligionários. A UDN também apoiou ao governador, deixando Plínio sozinho nessa batalha⁶⁷.

As tensões chegaram a tal ponto que, em abril daquele ano, Plínio foi expulso do partido em uma votação no diretório, com 10 votos a favor e 8 contra. Posteriormente, Plínio recorreu à direção central do partido, que determinou sua reintegração, resultando assim na formação de uma dissidência interna no partido e na sua divisão em duas

⁶⁴ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p.132.

⁶⁵ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p.134.

⁶⁶ TAVARES NETO, João R. Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC, 2022, p. 68.

⁶⁷ TAVARES NETO, João R. Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC, 2022, p. 69.

facções. Assim, marcado por suas clivagens internas desde sua criação, o PTB seguia apresentando sinais da sua instabilidade.

Essas disputas, juntamente com o desequilíbrio econômico do estado, marcaram um período delicado de novas lideranças políticas. Assim, o pleito de 1950 marcaria novamente uma tentativa de alianças.

A preparação para a eleição presidencial no Brasil em 1950 teve início vários anos antes do pleito. Em 22 de janeiro de 1948, foi efetuado um esforço para forjar um acordo político entre os presidentes dos partidos políticos PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional) e Partido Republicano (PR). O objetivo primordial dessa tentativa de conciliação era formalizar uma aliança visando eliminar qualquer possibilidade de oposição a Eurico Gaspar Dutra no Congresso Nacional e, simultaneamente, identificar um candidato em comum para a disputa presidencial. No entanto, tal acordo não se concretizou, e várias outras propostas de unificação surgiram, sem, contudo, alcançarem êxito.⁶⁸

Como resultado desse cenário, em maio de 1950, os partidos políticos começaram a oficializar seus candidatos para a eleição presidencial. A UDN, mais uma vez, lançou a candidatura do renomado militar Eduardo Gomes, figura de grande prestígio dentro da agremiação. Em contrapartida, o PSD apresentou, em junho, o deputado mineiro Cristiano Machado, que, até então, possuía um perfil político relativamente discreto.

Getúlio Vargas, por sua vez, firmou um pacto com Ademar de Barros (PSP)⁶⁹ e, em junho, sua candidatura presidencial foi anunciada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo João Café Filho (PSP) como vice-presidente. Nesse contexto eleitoral, o ex-presidente Vargas desfrutava de consideráveis vantagens para retornar ao cargo do qual fora deposto. Vargas prontamente lançou sua campanha, percorrendo o país de norte a sul e capitalizando sua sólida base de apoio entre líderes populares e sindicais, além de explorar seu prestígio pessoal para assegurar o respaldo, inclusive, de influentes líderes do PSD.

As eleições de 1950 representam um marco importante na história política do Brasil, especialmente devido às mudanças significativas introduzidas no sistema eleitoral desde

⁶⁸ Vargas, Getúlio, 1883-1954. Getúlio Vargas [recurso eletrônico] / ensaio biográfico e organização Maria Celina D'Araújo. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série perfis parlamentares; n. 72, p. 33.

⁶⁹ Governador de São Paulo e liderança principal do Partido Social Progressista (PSP). Ademar era uma liderança carismática que oferecia ameaça à candidatura de Vargas, assim, o ex-presidente selou um acordo onde, em troca do seu apoio naquelas eleições, Vargas o apoiaria nas futuras eleições presidenciais.

a implementação do Código Eleitoral de 1932. Entre as principais alterações que contribuíram para a relevância dessas eleições, destacam-se a expansão do coeficiente de eleitores, a inclusão das mulheres no direito de voto, a redução da idade mínima para 18 anos e a obrigatoriedade do voto. Essas reformas resultaram em um aumento impressionante de 700% na participação de novos eleitores em comparação com eleições anteriores.

Esse aumento substancial na participação eleitoral teve um peso significativo nas manifestações populares e nas estratégias de campanha adotadas pelos candidatos e seus eleitores. O impacto se manifestou de diversas maneiras, incluindo a criação de marchinhas de carnaval e a disseminação de cartazes eleitorais. Essas ferramentas tornaram-se veículos essenciais para a mobilização política e a comunicação com o eleitorado:

Bota o retrato do velho outra vez
 Bota no mesmo lugar
 Bota o retrato do velho outra vez
 Bota no mesmo lugar
 O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar⁷⁰

Getúlio Vargas, de fato, se destacou como uma figura que recebeu uma quantidade significativa de homenagens em diversas formas de produções culturais. Sua influência e carisma permearam não apenas a esfera política, mas também se estenderam para a cultura popular. Ele foi objeto de homenagens em marchinhas de carnaval, músicas populares, cartazes, prosa, poemas e inúmeros folhetos de cordel. Durante muitos anos, a imagem de Getúlio Vargas foi retratada como a de um “herói nacional que comovia a nação” em meio à população.

O operário chorou de emoção
 Quando Getúlio falou à Nação
 Ele é o homem do momento
 Getúlio em si representa um monumento
 O operário chorou de emoção
 Quando Getúlio falou à Nação⁷¹

É inegável que a trajetória política de Getúlio Vargas foi marcada por contradições, desafiando a construção de sua memória política. Apesar das perseguições políticas que resultaram em numerosos adversários tanto no governo quanto na imprensa, esses

⁷⁰ Marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, produzida sob o contexto da volta de Getúlio Vargas em 1950.

⁷¹ Marchinha de José Luís- O Maior Presidente, 1950.

conflitos não conseguiram impedir o triunfante retorno de Getúlio nas eleições de 1950. Sua campanha percorreu todo o território nacional, mobilizando uma multidão de apoiadores empunhando bandeiras com seu nome, além de gerar uma prolífica produção musical que embalou sua campanha e cujas músicas ainda ecoam até os dias atuais.

Raoul Girardet, em seu livro “*Mitos e Mitologias Políticas*” teoriza acerca do imaginário coletivo e sua relação com as construções políticas. Apesar de pautar-se no contexto político da história francesa, nos fornece importantes insights para a compreensão do nascimento e disseminação das mitologias políticas. Assim, Girardet descreve de forma perspicaz esse momento de ressignificação da memória coletiva em relação ao mito do herói e ao seu processo de mitificação. Essa transformação ocorre em estágios distintos e sucessivos, e o retorno de Vargas se insere no âmbito do *tempo da lembrança*, no qual a figura do Salvador é resgatada do passado e moldada pelos complexos jogos da memória, seus mecanismos seletivos, rejeições e amplificações⁷².

O historiador Luciano Aronne de Abreu analisa a construção do mito político em torno de Getúlio Vargas, desde seus primeiros passos na política até sua morte, considerada o ápice dessa mitificação. Aronne destaca dois fatores fundamentais para a formação do mito, especialmente em âmbito regional: a independência de Vargas em relação a Borges de Medeiros, que lhe permitiu construir uma identidade política própria, e sua reputação como conciliador e estrategista, frequentemente chamado para mediar conflitos locais, o que contribuiu para sua ascensão como líder carismático.⁷³

A Revolução de 1930, que marcou uma ruptura na ordem política e possibilitou a centralização do poder nas mãos de Vargas, foi outro elemento chave na formação do mito. Além disso, sua imagem durante o Estado Novo, quando governou de forma autoritária, reforçou essa mitificação.⁷⁴

O suicídio de Vargas é visto como o momento final e mais significativo desse processo, transformando sua figura em um símbolo e imortalizando sua memória na consciência coletiva.

Assim, durante a campanha eleitoral de 1950, Vargas explorou habilmente as memórias construídas a partir das experiências do presente para redefinir o passado e

⁷² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*/ Raoul Girardet: tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

⁷³ ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.45.

⁷⁴ ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 119.

transcender a realidade. Ele tinha plena consciência de como evocar tempos passados gloriosos de seu governo. Seu discurso se alinhava com a imagem de um homem idoso, desprovido de ambições pessoais e partidárias, apesar de sua candidatura pelo PTB. Ele se dirigia não ao partido, mas sim ao povo, como reafirmou em um discurso de 1951:

Quanto a mim, embora apresentado por alguns partidos, eu não sou propriamente um candidato partidário. Eu sou exatamente um candidato do povo. Chamado pelo povo, conclamado pelo povo, vim para atender aos interesses do povo e só com este tenho compromissos. A minha vitória depende da vontade do povo e a ela vo-la entrego.⁷⁵

O mito político que se formou em torno de Vargas nasceu da conjunção de sua própria figura e da demanda da sociedade. Essa demanda não estava fundamentada na lógica da necessidade econômica de um líder político, mas sim na irracional busca por uma figura que emergiu como um herói em um contexto histórico favorável. Vargas personificava a ilusão de um ideal imagético: o mediador de conflitos, com semblante sereno e um sorriso tranquilo.

Assim, as eleições de 1950 marcavam o retorno da figura decisiva de Getúlio Vargas, situação que reorganiza antigos acordos. No Amazonas, após 3 anos da coligação, PTB-UDN apresentavam fissuras em seus acordos políticos, momento em que fora anunciado no periódico *A Crítica*, no dia 06 de julho, o encaminhamento dessa relação: “Periga a coligação Udeno-Trabalhista”, onde expunha os entraves entre o senador Severiano Nunes (UDN) e Leopoldo Neves e as trocas de acusações⁷⁶.

O rompimento é oficialmente anunciado apenas no dia 15 de julho, em que o PTB amazonense se “desobrigava de qualquer compromisso com a UDN” e assim se preparava para reorganizar seu quadro político⁷⁷. Nos dias que se seguem o periódico ressalta essa reorganização, hora essa em que o partido prometia retornar aos seus ideais, antes irrompidos pela coligação: “deverão aparecer em praça pública, aos olhos do povo, aqueles que são trabalhistas por convicção aqueles que são trabalhistas por ideal, aqueles que são trabalhistas pela admiração sincera ao seu orientador: Getúlio Vargas.”⁷⁸

Este comentário diz respeito às tensões internas que ocorriam dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na época, em princípios do mês de julho, o então governador Leopoldo Neves do Estado optou por renunciar ao seu cargo para concorrer a uma vaga no Senado, desencadeando, assim, a convocação de eleições indiretas. De

⁷⁵ VARGAS, Getúlio. A campanha presidencial. São Paulo: Editora José Olympio, 1951.

⁷⁶ *A Crítica*, Manaus, 06 jul. 1950, p. 1.

⁷⁷ *A Crítica*, Manaus, 15 jul. 1950, p. 1.

⁷⁸ *A Crítica*, Manaus, 17 jul. 1950, p. 1.

acordo com a Constituição, o cargo ficaria nas mãos do presidente da Assembleia Legislativa, por 30 dias até a realização das eleições indiretas.

Para a disputa, Vivaldo Palma Lima sugeriu a nomeação de um candidato do PTB para completar o mandato de Neves, essa proposta não foi aceita pela União Democrática Nacional (UDN), que expressou sua intenção de indicar um membro de seu próprio partido, Júlio Francisco de Carvalho Filho. Por outro lado, Lima seguiu firme em sua decisão e afirmou sua determinação em continuar indicando um candidato do PTB e ameaçou romper o acordo entre a UDN e o PTB caso a UDN se recusasse a apoiar essa indicação. No entanto, Júlio F. de Carvalho Filho, membro da UDN, saiu vitorioso com a maioria dos votos, o que levou Vivaldo Lima a romper a conexão entre os partidos, afirmando que:

Face a essa resolução da UDNA, reunidos à noite de ontem na residência do deputado Jackson Cabral, os elementos da executiva do PTBA, presididos pelo dr. Vivaldo Lima Filho, resolveram, por unanimidade, romper definitivamente a coligação udeno-trabalhista e comunicar ao senador Severiano Nunes que o PTBA se considera desobrigado, a partir de hoje, de qualquer compromisso político com a União Democrática Nacional.⁷⁹

É importante observar que esse rompimento não foi uma decisão unânime dentro do partido, já que a ala do partido ligada ao ex-governador Leopoldo Neves não concordou com a decisão, alegando que nem todos os representantes do partido foram convocados para tomar essa decisão.

Essa desarmonia e divisão dentro do partido, caracterizada pela ala liderada por Vivaldo Lima e a ala liderada por Leopoldo Neves, persistiu até as eleições de 1950, quando a ala petebista de Leopoldo Neves argumentou em manter o acordo entre PTB e UDN. Assim, a ala dissidente de Leopoldo Neves caminhou junto à UDN confirmando o nome de Severiano Nunes como candidato ao Governo e Leopoldo Neves ao Senado.

Por outro lado, a ala petebista liderada por Vivaldo Lima fez uma aliança com o Partido Social Progressista (PSP), formando a Coligação Aliança Populista Pró-Getúlio Vargas e lançando Vivaldo como candidato ao Senado. Essa divisão afetou os apoiadores do partido e teve um impacto significativo nas eleições.⁸⁰

⁷⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 02 ago. 1950, p. 1.

⁸⁰ TAVARES NETO, João R. Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC, 2022, p. 78.

Além das alianças já mencionadas, o Partido Social Democrático (PSD), que lançava Álvaro Maia como candidato ao governo, também estabeleceu uma aproximação estratégica com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Essa coalizão reuniu o alvarismo e o trabalhismo, contando ainda com o apoio pessoal do ex-presidente Getúlio Vargas⁸¹.

O periódico *A Crítica*, que acompanhava essas tensões entre alianças, seguira apoiando o rompimento entre PTB-UDN, ao afirmar que era montada uma comissão de “oito verdadeiros Getulistas-trabalhistas” para remontar o partido e expulsar os “traidores dos trabalhadores”⁸². Dentro da comissão estavam cotados os nomes dos deputados Plínio Coelho, Aureo Melo e Jackson Cabral e os vereadores Rodolpho Vale e Walter Rayol. Agora, com o retorno de Vargas ao jogo político, o PTB buscava reestabelecer suas bases trabalhistas, afastando sua imagem da antiga coligação com a UDN e preparando-se para a visita do presidente.

Apesar da recente inauguração, o periódico *A Crítica* demonstrava grande entusiasmo em relação à visita do então candidato Getúlio Vargas. À medida que se preparava para a sua chegada prevista para o dia 18 de agosto, o jornal convocou a população a contribuir financeiramente, visando apoiar as despesas necessárias relacionadas à viagem e à divulgação do evento. O periódico reafirmou sua posição como um veículo integralmente comprometido com o movimento Getulista, declarando-se “100% Getulista”.⁸³

Enquanto o jornal *A Crítica* manifestava grande entusiasmo e confiança em Getúlio Vargas, anunciando em letras garrafais de primeira página que “O povo se habituou a confiar em Getúlio Vargas”⁸⁴, o *Jornal do Comércio* adotava uma abordagem mais contida em relação aos acontecimentos políticos da época. A diferença de postura editorial entre esses dois jornais se torna evidente no contexto das eleições iminentes.

No dia 18 de agosto, na última página da edição, o *Jornal do Comércio* finalmente abordava as notícias políticas relevantes. Nessa seção, informava sobre a chegada de Cristiano Machado, candidato à presidência pelo PSD, para uma Convenção Estadual marcada para o dia 26 de agosto. Ao lado dessa notícia, na mesma página, o jornal

⁸¹ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. Revista Mundos do Trabalho(online), v. 8, p. 49, 2017.

⁸² *A Crítica*, Manaus, 17 jul.1950, p. 1.

⁸³ *A Crítica*, Manaus, 16 Ago.1950, p. 1.

⁸⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 Ago.1950, p. 1.

noticiava a chegada de Getúlio Vargas a Manaus e destacava os preparativos e festejos planejados para recepcionar o ex-presidente⁸⁵.

Essa discrepância na cobertura jornalística reflete as diferentes perspectivas políticas e abordagens editoriais dos dois jornais naquele momento crucial da história política do Brasil. Enquanto *A Crítica* demonstrava um apoio explícito a Getúlio Vargas, o *Jornal do Comércio* optava por uma abordagem mais neutra, informando os eventos sem emitir opiniões explícitas. Essa divergência na cobertura midiática pode ser vista como um reflexo das complexas dinâmicas políticas que moldaram o cenário pré-eleitoral da época e também das relações entre ambos os líderes dos periódicos com a figura do ex-ditador.

Após uma ausência de uma década, o ex-presidente retornou à capital amazonense, ancorando em Manaus em um domingo, às 17:15. Getúlio Vargas foi calorosamente recebido por uma multidão de aproximadamente 30 mil indivíduos, os quais expressaram fervorosas homenagens em uma manifestação popular efervescente, notável pela invasão da cerca que delimitava a pista⁸⁶. Nesse contexto, ao analisar a notícia da chegada de Vargas, Anderson Moura destaca um elemento notável: o periódico em questão omite qualquer menção ao período ditatorial durante o qual Vargas exerceu a liderança do país. Em vez disso, enfatiza que Vargas estava “perfeitamente integrado no momento político que vivemos”, caracterizado pela democracia e pelo exercício do voto popular⁸⁷.

O periódico, com uma intenção meticulosa de cobrir a passagem do ex-presidente pela capital amazonense, documentou em detalhes a jornada de Getúlio Vargas, desde o momento em que aterrissou no aeródromo de Ponta Pelada até sua chegada à praça do Congresso. O relato abrangeu o trajeto que incluiu a passagem diante da redação do periódico, onde Vargas acenou aos operários congregados à porta. Durante o percurso, o periódico registrou um encontro nas proximidades da Usina Labor com o Sr. Leopoldo Neves⁸⁸, que foi descrito como alguém que havia “traído miseravelmente o Partido de Vargas no Amazonas”. No entanto, a comitiva presidencial optou por prosseguir sem dar ouvidos a Neves, após ter sido informada de que ele era considerado “um oportunista

⁸⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 18 Ago.1950, p. 6.

⁸⁶ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 1.

⁸⁷ MOURA, Anderson Vieira. “Delirante manifestação popular”: o comício de Getúlio Vargas em Manaus (agosto de 1950). In: César Augusto Bubolz Queirós; Davi Avelino Leal; Anderson Vieira Moura. (Org.). *Amazônia republicana: estudos sobre poder, política e trabalho*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 90

⁸⁸ Nesse momento Leopoldo Neves concorria ao senado.

vulgar e inimigo do povo”. Esse episódio indica claramente o afastamento de Neves devido à sua associação anterior com a UDN no pleito anterior.

Finalmente, chegou o tão aguardado momento do discurso e, de acordo com o jornal, “Vargas sempre sorridente, com voz calma e bem clara”, iniciou sua oração⁸⁹. Retomando a mesma linha de raciocínio presente em seu discurso de 1940, proferido durante o auge do Estado Novo diante de uma multidão reunida no Ideal Club, no emblemático “Discurso do Rio Amazonas”, o então candidato reiterou a noção de que a região era vasta, porém carente de exploração e povoamento⁹⁰.

Nesse mesmo contexto, Vargas atribuía a falta de prosperidade na região ao vazio demográfico, parafraseando Robinson Crusoe ao afirmar que “O homem só, isolado, é um homem perdido.”⁹¹ A solução consistiria nas mesmas abordagens aplicadas anteriormente: “evitar a dispersão” e promover o estímulo à ampliação populacional. Como em 1940, Vargas se referiu à região como se fosse carente de civilização, reafirmando a necessidade de preencher os “espaços vazios” com um contingente externo.

Comparando esse discurso com o proferido em 1940, o professor Anderson Vieira Moura destacou a ausência de medidas voltadas para a classe trabalhadora, que sequer fora mencionada. Moura observou ainda que a região era percebida como uma “eterna produtora de matéria-prima”, levando as propostas do ex-ditador e atual candidato a se resumirem a “povoar” com um contingente vindo de fora, antes de implementar políticas de seguridade social. Além disso, Moura notou que, apesar de ter sido o interventor durante todo o Estado Novo e o braço direito de Vargas no Amazonas, Álvaro Maia foi responsável por implementar as políticas varguistas no estado, e, no entanto, pouco progresso havia sido feito nesse sentido.⁹²

Vargas prometeu ainda proteger a Amazônia dos interesses internacionais, especialmente dos colonizadores europeus, e se comprometeu a retomar projetos interrompidos pela Segunda Guerra Mundial. Ele também assegurou que, em vez de uma Amazônia internacionalizada nos moldes europeus ou norte-americanos, como alguns “brasileiros mal orientados” haviam pretendido, ele almejava, se eleito, uma Amazônia

⁸⁹ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 2.

⁹⁰ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 2.

⁹¹ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 2.

⁹² MOURA, Anderson Vieira. “Delirante manifestação popular”: o comício de Getúlio Vargas em Manaus (agosto de 1950). In: César Augusto Bubolz Queirós; Davi Avelino Leal; Anderson Vieira Moura. (Org.). *Amazônia republicana: estudos sobre poder, política e trabalho*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 92.

“genuinamente sul-americana”, ou seja, uma Amazônia integrada social e economicamente às nações vizinhas:

Será entre nós, com os brasileiros de todo o país e com bolivianos, peruanos, colombianos, venezuelanos, gente adaptada ao solo e a natureza peculiar da linha equatorial, que dividiremos os encargos atuais. Estabelecemos facilidades comerciais e um estatuto especial para possibilitar o esforço comum na região prodigiosa. Esse é meu programa, essa a minha ideia para revigoração do nosso vale sem igual.⁹³

Finalmente, da mesma forma que nas décadas de 1930 e 1940, a questão da borracha mais uma vez se tornou o foco das políticas econômicas, com a afirmação de que “o eixo em torno do qual gira vossa vida econômica é ainda a borracha”. Com base nessa conclusão, Vargas prometeu reformular a abordagem do Banco da Borracha, uma instituição financeira que havia promovido a produção de borracha nos anos anteriores. Ele planejava transformá-la em um órgão destinado a “disciplinar a extração, equilibrar os preços, financiar as safras e promover o cultivo de fibra e vegetais oleaginosos.”⁹⁴

Vargas continuamente advogava pela exploração econômica da região, mas, desta vez, o projeto visava utilizar a matéria-prima para atender às necessidades das indústrias brasileiras e exportar os produtos resultantes dessa produção. Além disso, ele brevemente mencionou as potencialidades da região, como a navegação fluvial, a pesca e o desenvolvimento de colônias agrícolas para explorar e povoar a terra. Vargas também prometeu que, se retornasse, retomaria e aprimoraria os projetos anteriormente abandonados pelas autoridades públicas.

Concluindo seu discurso, Vargas deixou claro que via a Amazônia como um recurso essencial para o futuro do Brasil, principalmente como fonte de matérias-primas e produtos para o país. No entanto, suas propostas pareciam limitar-se ao estímulo à ocupação da região, sem abordar questões essenciais de legislação social. Isso levanta a questão de como os trabalhadores locais se beneficiariam ou não das políticas de Vargas.

De acordo com Anderson Moura, ao analisar ambos os discursos de Vargas, tanto o de 1940 quanto o de 1950, os amazonenses não teriam acesso a qualquer seguridade social naquele momento, já que esta servia aos trabalhadores que viriam de fora, eram

⁹³ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 2.

⁹⁴ *A Crítica*, Manaus, 21 ago. 1950, p. 2.

importados. Para Vargas, não havia perspectivas de desenvolvimento e progresso na Amazônia⁹⁵.

Ao final do longo dia de Vargas na cidade de Manaus, o candidato concedeu algumas entrevistas, respondendo a questionamentos pertinentes sobre o reordenamento da política local e do PTB. O periódico relata que Vargas estava na residência do deputado Jackson Cabral e, após preparar-se com um uísque “para aquecer o corpo antes de banhar-se”, recebeu várias visitas após o banho. Vargas se encontrou com o diretor do referido periódico, elogiando sua “linha de conduta” na qual estava se empenhando. Em um dado momento, ao ser questionado sobre a política local, Vargas afirmou que estava plenamente de acordo com as decisões do Dr. Palma Lima Filho em relação à política local. Isso demonstrava a confiança que o governante tinha no líder queremista e seu reconhecimento pelo apoio local durante todo aquele período⁹⁶.

Sem o mesmo entusiasmo notado nas páginas do jornal “*A Crítica*”, o “*Jornal do Comércio*” também cobriu o grandioso evento, se vangloriando de que seu repórter foi o “único homem de jornal que conseguiu falar sozinho⁹⁷ com o senador Getúlio Vargas no Amazonas⁹⁸”. Durante o breve encontro, o repórter fez perguntas a Vargas e também foi questionado por ele. Quando o repórter informou que a disputa eleitoral estava entre PSD/PDC e UDN/PRP, Vargas perguntou se um desses candidatos era Álvaro Maia, ao que o repórter respondeu afirmativamente. Aproveitando que o nome de Maia havia sido mencionado, o repórter questionou se haveria apoio dele e do PTB ao candidato Maia. Vargas esquivou-se da questão, afirmando apenas que “tudo era relativo, o Sr. Álvaro Maia é meu amigo desde os tempos da ditadura...”, encerrando assim a entrevista⁹⁹.

1.3. Vargas e a imprensa do Amazonas

A posição dos periódicos em relação à visita de Vargas apresenta uma notável diferenciação, tornando-se ainda mais evidente após sua vitória. Isso ocorre

⁹⁵ MOURA, Anderson Vieira. “Delirante manifestação popular”: o comício de Getúlio Vargas em Manaus (agosto de 1950). In: César Augusto Bubolz Queirós; Davi Avelino Leal; Anderson Vieira Moura. (Org.). *Amazônia republicana: estudos sobre poder, política e trabalho*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 93.

⁹⁶ Falando à reportagem o dr. Palma Lima Filho afirmava que o acordo da Frente Populista estava dependendo apenas do aceite de o PSD abrir mão da cadeira de senador, como era o combinado. Palma Lima afirmou também que o candidato ao governo seria o desembargador André Araújo e que Vargas estava de acordo.

⁹⁷ O repórter estava dentro do carro que levava Getúlio para a praça Antonio Bittencourt.

⁹⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 22 ago.1950, p. 4.

⁹⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 22 ago.1950, p. 4.

principalmente devido às distintas trajetórias de cada periódico e suas relações com as lideranças locais.

No período analisado, o *Jornal do Comércio* estava sob a administração da rede Assis Chateaubriand, conhecida como Diários Associados, desde 1943. Assis Chateaubriand foi uma das figuras públicas mais influentes do Brasil, desempenhando papéis de jornalista, advogado, político e empresário. Originário de uma tradicional família de senhores de engenho no Nordeste, Chateaubriand sempre esteve envolvido com o mundo do jornalismo, apesar de ter se formado em direito.

Marieta de Moraes descreve a construção do império de Chateaubriand e demonstra como esta esteve intrinsecamente ligada à política nacional e à figura de Vargas. Em 1924, Chateaubriand adquiriu seus primeiros jornais, o matutino “*O Jornal*” no Rio de Janeiro e, posteriormente, o “*Diário da Noite*” em São Paulo, iniciando assim a estruturação de sua empresa, o conglomerado jornalístico “Diários Associados”. Em 1927, quando Vargas ocupava o cargo de Ministro da Fazenda, Chateaubriand fundou a revista “*O Cruzeiro*”, contando com o auxílio financeiro de Getúlio, que contribuiu com metade do capital necessário.¹⁰⁰

A influência de Chateaubriand foi fundamental na Revolução de 1930, já que ele apoiou a candidatura de Vargas e usou seu poder nos meios jornalísticos para fortalecer o movimento revolucionário e impedir a posse de Júlio Prestes. Durante a campanha eleitoral, os jornais de Chateaubriand promoveram a candidatura de Vargas, o que lhe rendeu maior prestígio junto ao governo e recursos para lançar mais dois órgãos de imprensa, o “*Diário de São Paulo*” e o “*Diário da Noite*”, no Rio de Janeiro. Após a vitória da Revolução de 1930, sua rede jornalística se uniu às tropas revolucionárias que marchavam em direção a São Paulo, ampliando ainda mais seu alcance jornalístico.

A relação de Chateaubriand com Vargas, uma vez este no poder, foi marcada por conflitos e aproximações. Em 1931, ele apoiou o movimento de reconstitucionalização do Brasil e chegou a apoiar a Revolução de São Paulo em 1932. Por essa razão, Chateaubriand foi perseguido e teve que viver escondido por vários meses. Em 1936, ele acusou Vargas de atentar contra a democracia ao interferir no Poder Legislativo e nomear Pedro Aleixo como presidente da Câmara dos Deputados.

¹⁰⁰ FERREIRA, Marieta. CHATEAUBRIAND, Assis. <Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>> Acesso em 29 de Outubro de 2023

Antes do periódico amazonense ser comprado por Chateaubriand, o *Jornal do Comércio* pertenceu a diversos donos desde o seu ano de fundação em 2 de janeiro de 1904 por Joaquim Rocha. Administrado por homens de influência amazonense, sua última gestão foi Vicente Reis¹⁰¹ que esteve à frente das modernizações durante 36 anos, até vendê-lo para a rede “Diários Associados” em 1943¹⁰². Durante o período democrático nacional, foi governado por Frederico Barata, amigo de Chateaubriand, Barata também fora nomeado superintendente dos Diários Associados na região Amazônica.¹⁰³

Com o advento do Estado Novo, Chateaubriand aceitou o regime, afirmando ser uma necessidade. Somente com o fim daquele período, sua rede jornalística passou a apoiar o movimento de retorno à democracia, devido à insatisfação com o Código Eleitoral proposto. Em 1952, Chateaubriand foi eleito senador pelo PSD¹⁰⁴, continuando a defender sua política antinacionalista e incentivando uma ação mais efetiva do governo em relação à produção de café, visto seu importante valor econômico para o país. Chateaubriand apoiava a entrada de capital estrangeiro e considerava-o essencial para a exploração do petróleo no Brasil. Sua tese antinacionalista era veiculada através de seus meios de comunicação, em oposição ao movimento nacionalista.

Até 1954, Chateaubriand manteve uma posição de oposição ao governo Vargas, aproveitando sua influência nos meios de comunicação para constantemente criticá-lo. Para Chateaubriand, Vargas não estava apto para governar em um regime democrático, devido à sua trajetória marcada por inúmeras dissoluções das instituições democráticas.

Após o suicídio do presidente, Chateaubriand suavizou seu discurso e deu apoio a João Café Filho, o vice-presidente do país, com a justificativa de que aquele não era o momento de manter um clima de divisões.

Na análise desse panorama, torna-se evidente a complexa relação entre Assis Chateaubriand e Getúlio Vargas, que ilustra a influência significativa que a mídia e a imprensa exerceram na política. A imprensa se apresenta como um elemento essencial no desenvolvimento da sociedade, interagindo com diversos setores da comunidade e emergindo como uma fonte histórica fundamental.

¹⁰¹ Pai de Arthur Cesar Ferreira Reis, historiador e ex-governador do Amazonas

¹⁰² DUARTE, Durango Martins. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama*. 1ªed., Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015, p. 17.

¹⁰³ PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. *Jornal do Comercio de Manaus: uma História centenária no coração da Amazônia*. Inédito, p. 111.

¹⁰⁴ Chateaubriand foi candidato único nas eleições suplementares após conseguir a renúncia de Vergniaud Wanderley e de seu suplemente Antônio Pereira Diniz.

Diferentemente do periódico *Jornal do Comércio*, nosso outro jornal, utilizado como fonte nesta pesquisa, teve sua fundação tardiamente na história da imprensa amazonense. O jornal *A Crítica* marcou o início de suas atividades de forma independente apenas no ano de 1949, graças aos esforços de Umberto Calderaro Filho¹⁰⁵ e sua esposa Ritta de Araújo Calderaro, adotando o slogan “De mãos dadas com o povo” e estabelecendo-se na Avenida Eduardo Ribeiro nº 556. Inicialmente, o jornal deu seus primeiros passos de maneira modesta, alugando espaço e máquinas das instalações do Bispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos na Arquidiocese de Manaus, com um aluguel de quinhentos cruzeiros.¹⁰⁶

O historiador Thiago Rocha de Queiroz identificou duas versões conflitantes quanto à data oficial de fundação do jornal. Essas versões alegam que o jornal começou 2 ou 3 anos antes da data oficial, devido ao fato de que suas operações iniciaram dentro do periódico amazonense “*O Jornal*”. No entanto, devido a desentendimentos políticos, o jornal teve que romper seus laços com as instalações do periódico e iniciar suas operações de maneira independente nas instalações da arquidiocese.

O jornal *A Crítica*, conhecido por sua “onzeridade” uma referência ao fato de que sua primeira edição saía às 11 horas da manhã para evitar a competição direta com outros periódicos, logo estabeleceu-se como um veículo de oposição aos políticos locais. Em 1949, ele criticou fortemente o governador Leopoldo Neves por sua má administração dos serviços públicos. Em um catálogo de jornais amazonenses, uma obra organizada por destacados estudiosos da imprensa no Amazonas, é feita uma breve descrição da relação entre o jornal e Getúlio Vargas, indicando que “em alguns números, o jornal criticou o governo de Getúlio Vargas e seu retorno ao poder”. A obra enfatiza ainda o papel de denunciante desempenhado pelo jornal.¹⁰⁷

Se dizendo um jornal que lutava ao lado do povo pela liberdade, o *A Crítica* enfrentou perseguições e ameaças, chegando a ser alvo de um atentado com bomba em sua sede em 1959, o que obrigou a família Calderaro a fugir de Manaus. Cristina Calderaro, na época

¹⁰⁵ Pioneiro na grande imprensa amazonense na década de 40.

¹⁰⁶ DUARTE, Durango Martins. *A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama*. 1ª ed., Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015, p. 20

¹⁰⁷ Santos, Francisco Jorge e outros. *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851 – 1950) – catálogo de jornais*. Manaus, 1990, 2. ed, p. 72.

com 6 anos de idade, relembra os momentos de terror e a fuga da cidade, enfatizando que o então governador Plínio Coelho era o principal suspeito do atentado.¹⁰⁸

O historiador Thiago Queiroz oferece ainda uma visão detalhada das complexas conexões familiares que desempenharam um papel fundamental no fortalecimento do jornal após a eleição de Álvaro Maia como Governador em 1951. Nesse contexto, ocorreu o casamento de Umberto Calderaro e Ritta Araújo. Ritta, filha do deputado André Araújo e sobrinha do influente político Rui Araújo, desempenhou um papel fundamental na rede de relações políticas envolvendo a família Calderaro. Rui Araújo, por sua vez, ocupou o cargo de chefe de polícia durante a interventoria de Álvaro Maia e concorreu à posição de governador em duas ocasiões, em 1947 e 1954, com o apoio substancial de Maia. Por fim, é possível perceber que esse complexo emaranhado familiar de elites políticas desempenhou um papel fundamental no crescimento do jornal *A Crítica* durante esse período.

A relação entre imprensa e política, bem como os microcosmos que se envolvem nesse universo, constituem um campo de estudo ainda recente na história, repleto de lacunas a serem preenchidas. No entanto, trabalhos recentes e substanciais favorecem a compreensão da imprensa como um espaço de disputas e confrontos político-partidários que lançam luz sobre determinados grupos e categorias sociais. Mesmo que a imprensa carregue tendências, como é inerente a qualquer fonte, a análise crítica das suas inclinações deve ser realizada a priori. A imprensa, em sua essência, é um instrumento que não só documenta, mas também estrutura e reestrutura realidades por meio dos seus discursos.¹⁰⁹

Os discursos, por sua vez, constroem significados e memórias, tornando-se poderosas armas para influenciar o presente e o futuro de uma sociedade, criando tradições e moldando eventos. É nesse sentido que a relevância da imprensa jornalística se destaca, pois ela seleciona e recorta discursos que se incorporarão ao processo histórico e serão lembrados no futuro. Da mesma forma, é fundamental estudar essas construções discursivas, conforme destacaram Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, relacionando “textos e contextos: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas

¹⁰⁸ TAVEIRA, Eula Dantas. A história do jornal de maior circulação do Amazonas. In: INTERCOM-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande, p. 4.

¹⁰⁹ ALVES. Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da investigação histórica. In: História em Revista, V. 7, 93-115, dezembro/2021, p. 5.

pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”.¹¹⁰

Como observado, tanto o *Jornal do Comércio* quanto o *A Crítica* têm raízes distintas que se refletem em seus contextos de origem, permitindo discursos que, por vezes, se afastam e, em outros momentos, convergem quando se trata da política local. Essa dinâmica se torna mais evidente durante as eleições de 1950, quando, tanto no âmbito nacional quanto no local, a reorganização do cenário político afetava diretamente os interesses inerentes aos periódicos. Como resultado, a expectativa pelo desfecho das eleições era compartilhada por ambos os jornais.

O jornal *A Crítica* já havia deixado claro sua campanha para Vargas desde o início das campanhas em 1950, enquanto o *Jornal do Comércio* se manifestava de forma tímida se detendo a apurar a movimentação dos candidatos e seus discursos. Um dos primeiros sinais de posicionamento do periódico aparece após a visita do candidato Cristiano Machado a Manaus. Até aquele momento, raras vezes o nome de Machado aparecia nas páginas jornalísticas. No entanto, após sua visita à capital amazonense, em 26 de agosto (apenas alguns dias após a visita de Vargas), o periódico passou a falar mais a respeito do candidato, chegando curiosamente por fim, no dia 02 de setembro, a inserir diariamente a nota na 4ª página:



Figura 1- *Jornal do Comércio*, Manaus, 02 set.1950, p. 4.

É possível que a nota seja uma propaganda paga, mas é interessante para analisarmos o surgimento da mesma logo após a visita do candidato. De qualquer forma, o periódico fez críticas sutis à figura de Vargas e à sua campanha em diversas ocasiões. No entanto, mais próximo da data da eleição, em 23 de setembro, o jornal fez uma sátira explícita aos discursos de Vargas por meio de uma charge intitulada “A mensagem do Senador Vargas”. Nessa ilustração, foram destacadas duas imagens distintas, uma representando a realidade dos trabalhadores eleitores e a outra retratando a realidade de Vargas.

No primeiro quadro, intitulado “A luta pela vida”, os trabalhadores aparecem extenuados e amontoados em seus postos de trabalho, ouvindo Vargas falar pelo rádio.

¹¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

No quadro ao lado, Vargas é apresentado desfrutando de um ambiente confortável, sob a “sombra e água fresca”, enquanto pronuncia o seguinte discurso no rádio: “Trabalhadores do Brasil”.

Nessa representação, em que Vargas encontra-se deitado, com uma garrafa de bebida ao seu lado, um prato repleto de comida, segurando um charuto e um microfone, além de uma bolsa de dinheiro com a inscrição “subsídio”:



Figura 2- *Jornal do Comércio, Manaus, 23 set.1950, p. 2.*¹¹¹

Essa caricatura captura a maneira pela qual o jornal buscava retratar o candidato como alguém que se apresentava como defensor dos trabalhadores, mas cujas ações eram percebidas como meras palavras vazias.

Com o fim das campanhas no final de setembro. O *Jornal do Comércio* manifesta sua última insatisfação:

Os três candidatos à presidência da República ultimam as respectivas campanhas que iniciaram, há mais de um mês. Os dois verdadeiramente democráticos encerrarão sua pregação política no Rio; o terceiro, o falso democrata, não tenciona dar o mesmo caráter ao fim de sua campanha, preferindo, ao contrário, abrigar-se em Itú, e alí, de bombachas e charuto, aguardar o resultado das urnas.¹¹²

Nesse contexto, o periódico referia-se a Cristiano Machado e Eduardo Gomes como “verdadeiros democratas”, enquanto rotulava Vargas como um “falso democrata”. O jornal continuou a minar a figura do candidato, inclusive sugerindo que ele teria recebido um cargo de senador sem exercer efetivamente suas funções. Esses ataques contundentes

¹¹¹ “Trabalhadores do Brasil, no instante em que comemorais o vosso dia, quero dizer que mais uma vez estou convosco, sentindo, sentindo vossos anseios, vivendo as vossas alegrias e compartilhando das vossas angustias... (Getúlio Vargas).”

¹¹² *Jornal do Comércio, Manaus, 29 set.1950, p. 2.*

a Getúlio Vargas destacaram-se como alguns dos mais evidentes em desacreditar sua candidatura, e tudo isso aconteceu antes da realização das eleições, deixando pendentes as decisões finais.

A apuração dos votos se iniciara em 3 de outubro, no entanto, seu resultado viria apenas dias depois. O decorrer da contagem foi de muita apreensão para os candidatos e seus apoiadores. Getúlio Vargas e Álvaro Maia disparavam na frente de seus adversários. De acordo com o jornal *A Crítica*, em 6 de outubro, Getúlio já contava com 719 votos em 5 urnas da Capital, contra 290 do Brigadeiro Eduardo Gomes e 91 de Cristiano Machado. Para o executivo estadual, Álvaro Maia possuía 728 votos, contra 366 de Severiano Nunes¹¹³. A esta altura, o periódico *A Crítica* já cantava vitória e satirizava a derrota dos candidatos da UDN, anunciando “Sentença de morte aos udenistas” e interpretando tal disparada vantagem dos candidatos vitoriosos como um “termômetro de opinião pública”¹¹⁴.

Nesse sentido, para aquele periódico, a vitória de Álvaro Maia representava a varredura dos “inimigos do estado” e dos criminosos da Constituição: “A libertação do Amazonas deve ser total. Varridos devem ser desta terra os profissionais da bajulação, os mestres da mesquinhez os gambás das finanças do Estado”¹¹⁵. Referia-se, nesse sentido, ao governador petebista Leopoldo Neves¹¹⁶, a quem o jornal acusava de ter sido perseguido pelo mesmo durante os seus últimos 4 anos de governo. Enquanto isso, na mesma data o *Jornal do Comércio* se detinha em anunciar apenas o resultado das eleições na capital e interiores, evidenciando a maioria de votos para Getúlio e Álvaro.

Em uma grande nota de meia página, o jornal *A Crítica* comemora a vitória Getulista: “O POVO CONSAGRA O MAIOR DOS BRASILEIROS – VARGAS”, e expõe os tons dos novos rumos que a política nacional teria a partir daquele momento:

“Pensando sempre em dar ao Brasil um clima de segurança e de pacificação política, o futuro presidente já assegurou, por intermédio de fontes autorizadas, que dirigirá a Nação lá do Catete sem ódio e sem rancor, sem maquerença e sem arrogância, mas com bondade e com lealdade aos compromissos assumidos perante o povo e perante o país [...]”¹¹⁷

¹¹³ *A Crítica*, Manaus, 6 out. 1950, p. 2.

¹¹⁴ *A Crítica*, Manaus, 6 out. 1950, p. 2.

¹¹⁵ *A Crítica*, Manaus, 7 out. 1950, p. 1.

¹¹⁶ Leopoldo Neves fora eleito em 1947 pela chapa que unira PTB e UDN. Chapas como essas foram formadas em todo Brasil no sentido de derrotar os representantes do Estado Novo. No Amazonas, esse papel estava representado na figura de Álvaro Maia.

¹¹⁷ *A Crítica*, Manaus, 9 out. 1950, p. 1.

Da mesma forma, se segue uma manchete comemorativa no *Jornal do Comércio*: “GETULIO FARA’ UM GOVERNO DE PAZ E HARMONIA”¹¹⁸. A frase teria sido uma afirmação anterior que Vargas dera ao general Góis Monteiro, informando o seu desejo para o novo governo. Da mesma forma, Monteiro garante que, após eleito e proclamado pela justiça eleitoral, o novo presidente seria empossado e que uma hipótese contrária seria uma negação da democracia. É então de forma contida que o periódico anuncia a vitória de Vargas e Álvaro Maia, se detendo ao discurso de Góis Monteiro e em atualizar o número de votos dos candidatos.

A tomada de posição dos jornais em face da vitória de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais de 1950 denota uma clivagem sociopolítica profunda que abarcava o Brasil daquela época. Enquanto a imprensa conservadora, fiel aliada da UDN, via a vitória do PTB como uma ameaça à ordem estabelecida, os jornais que naquele momento se mostravam favoráveis à vitória de Getúlio destacavam a importância da participação popular na vida política do país e da importância do voto secreto¹¹⁹. Essa polarização só se intensificaria nos anos seguintes.

É importante frisar que o periódico não é um dado da realidade, ele é um espaço de recepção de textos construídos a partir de uma intencionalidade. São uma representação dada a partir dos discursos, símbolos, gestos e imagens que se propagam, sendo incorporados, ou não, à sociedade. O jornal “*A Crítica*” possuía pouco tempo de circulação em 1950, mas já se apresentava com uma importante atuação no meio político, levantando bandeira aos seus aliados, ou desprezando seus adversários.

Sobre esse papel da imprensa, Lilia Schwarcz argumenta que o jornal atua nos espaços sociais criando suas “verdades”, sendo “eficaz porque “trabalha com e cria consensos”, repetindo e reiterando ideias e imagens que acabam por se transformar pressupostos de uma época”. Isso não quer dizer que ele é um agente modificante total da sociedade, já que seus significados podem ou não ser incorporados¹²⁰. Nesse sentido, busco perceber como os periódicos procuram transformar esses significados e como podem mudar os discursos dependendo da situação em que se encontram.

Buscando caracterizar Vargas, em uma nota chamada “*Flash* de Getúlio”, o periódico aponta para as características físicas do presidente, assim como rememora seus gostos de

¹¹⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 8 out. 1952, p. 1.

¹¹⁹ *A Crítica*, Manaus, 13 out. 1950, p. 1.

¹²⁰ SCHWARCZ, Lilia. APUD: MAUCH, Cláudia. Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH, RS, 2004, p. 61.

infância por cavalos e empinar papagaio. Aponta sua rotina como que de um homem responsável: “Todas as noites faz um esquema das suas atividades do dia seguinte. [...] Os seus passeios sempre são de estudo às necessidades de cada lar”, “Gosta, mas vai pouco ao cinema”¹²¹. A construção desse imaginário está envolta na cultura política do paternalismo varguista, formado pelo conjunto dessas representações em imagens mentais ou visuais presentes nas mídias e das tentativas de legitimação que justifiquem esse retorno. Sobre essa questão, explica José Murillo de Carvalho que

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro¹²².

¹²¹ *A Crítica*, Manaus, 11 out. 1950, p. 1.

¹²² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

2. Capítulo II – “Saio da vida para entrar na História”: a repercussão da crise e suicídio de Vargas no estado do Amazonas

Brevemente ele virá
em prol do Brasil inteiro
vamos marchar tudo ao lado
desse grande brasileiro
que só assim livraremos
o Brasil do cativo.

Viva o grande senador
o Dr. Getúlio Vargas
homem de idéas largas
mesmo como ditador,
pois esse nobre senhor
tem boa administração
já por isso com razão
grita o Brasil em apuro
vivando o ex e futuro
presidente da nação¹²³.

O trecho acima faz parte de um folheto de cordel escrito por Manoel Camilo dos Santos em 1948¹²⁴. Nos versos, o autor busca reviver a memória afetiva do povo brasileiro quanto aos feitos de Getúlio Vargas, que, ainda que fosse um ex-ditador, era um “nobre senhor”, proprietário de grandes feitos pela educação, pela indústria e para o desenvolvimento do país. Embora faltassem dois anos para as eleições, o povo já ansiava pelo retorno de Vargas ao poder, acionando a memória afetiva durante as campanhas, que refletiram na sua vitória em 1950. Evidentemente, não podemos delegar a estas memórias a única razão para o retorno de Vargas, as próprias articulações políticas com seus aliados e principalmente, com seus opositores, permitiram seu retorno ao poder.

Nesse sentido, o segundo governo Vargas se mostrou um período excepcional, com grandes diferenças em relação aos governos anteriores. Assim, esse capítulo pretende compreender a crise instalada logo após a vitória de Getúlio Vargas, bem como a instabilidade de seu último governo que foi bruscamente interrompido pelo suicídio. Para isso, analisaremos os posicionamentos da imprensa amazonense, destacando suas atitudes perante o desenrolar da crise.

¹²³ SANTOS, Camilo Manoel. Conselho aos brasileiros, 1948. IN: CABRAL, Geovanni Gomes. Getúlio Vargas nos folhetos de cordel: história e poesia (1945- 1954) – Recife: Ed. UFPE, 2018, p. 108.

¹²⁴ Sobre Manoel Camilo dos Santos ver: SOUSA, Maurílio Antonio Dias de. A Estrela da Poesia: impressões de uma trajetória. Dissertação de Mestrado/UFBA – PPGL, 2009. Ver ainda CABRAL, Geovanny. Representações de poder no corpus de folhetos de 1945 a 1954: leituras da ‘Era Vargas’. Dissertação de Mestrado/UFPE, PPGH, 2008.

Ao analisar essas articulações políticas, pretendemos transcender a análises primárias, alertadas por Maria Celina de Araújo, de “causa-consequência” para a crise e para o suicídio, comumente apresentado como um fim inevitável para as tensões políticas vividas por Vargas.

Em um segundo momento, vamos analisar as transformações imediatas ao suicídio, percebendo o tom dos discursos nos periódicos e as consternações no cenário nacional. Por último, iremos analisar o impacto do suicídio no Amazonas, comparando com outros estados, bem como apresentar os movimentos de comoção e a remodelação política perante a reviravolta do suicídio.

Após 5 anos do fim do Estado Novo, as acirradas disputas eleitorais de 1950 trouxeram de volta a figura Getúlio Vargas ao poder executivo. No entanto, diante de uma campanha eleitoral maculada por polêmicas, acordos e desacordos e uma forte oposição udenista, os resultados foram imediatamente contestados. Maria Celina D’ Araújo aponta a tentativa de anulação do pleito sob a alegação da tese da maioria absoluta. De acordo com essa tese, a UDN alegava, arbitrariamente, que Vargas não havia obtido mais que 50% dos votos, por isso, não havia um consenso nacional majoritário para o seu governo.¹²⁵

As tentativas de anulação do resultado da eleição perdem o sentido e, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, é reconhecida a legitimidade da vitória de Vargas, que assume a presidência em 31 de janeiro de 1951. Não seria essa a primeira e muito menos a última vez em que a oposição tentaria impedir os planos de Vargas, essa disputa se estende e dilata no decorrer dos últimos anos do governo varguista.

Na tentativa de conter maiores divergências entre as forças sociais de oposição, Vargas almejou para esse novo governo uma política conciliatória, que no início da sua carreira política fora uma de suas principais ferramentas de governo.

D’ Araújo, aponta para alguns caminhos contraditórios adotados pelo governo após a eleição. O primeiro fator diz respeito à distribuição da sua bancada governamental, dividindo os ministérios entre os principais partidos naquele momento, como PSD, PTB, PSP e, inclusive, a UDN¹²⁶. O presidente procurou desenvolver suas relações políticas baseadas na conciliação das tendências do período e, em nome dessa política neutra, os

¹²⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90), p. 117.

¹²⁶ É importante denotar que nesse momento os partidos políticos representavam pouca força de ação política no sistema democrático, sendo insuficientes como protagonistas no quadro governista.

partidos ficaram à mercê das necessidades políticas de Vargas em diferentes momentos, percebendo suas diversidades serem diluídas.¹²⁷

No jogo dessas articulações conciliatórias, registra-se a desilusão das agremiações como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), que serviram de canais legítimos para a campanha eleitoral de Vargas, dando-lhe suporte desde a pré-candidatura e que, no entanto, tal apoio não veio revestido de sucesso no governo, visto que Vargas operou sem compor alianças partidárias, reafirmando seu discurso politicamente neutro.¹²⁸

Na década de 1950, o cenário econômico-financeiro representava um desafio para o governo em questão. Conforme descrito por Boris Fausto, havia uma busca governamental pelo desenvolvimento econômico com ênfase na industrialização, ao mesmo tempo em que se preocupava com o aumento da inflação que afetava os trabalhadores. Esse contexto é identificado por Fausto como um “mar de correntes contraditórias”, que caracterizaram as relações político-econômicas turbulentas durante todo o último mandato governamental de Getúlio.¹²⁹

Pedro Cezar Fonseca argumenta que a crise surge como consequência das contradições internas do próprio governo, resultantes da impossibilidade de conciliar a existência de um projeto de desenvolvimento com as forças econômicas e sociais que se opunham a ele. Essas contradições são ampliadas pela necessidade de acumulação de capital, imposta por uma ideologia desenvolvimentista, que entra em conflito com os ideais trabalhistas e com a busca pela integração do trabalhador na sociedade capitalista em processo de construção.¹³⁰

Nesse sentido, a vitória nessas eleições trazia um novo Vargas, operando praticamente pela primeira vez em território democrático, suas decisões políticas e econômicas caminhavam no sentido de uma coadunação de opiniões e rearranjo de sua base. Era o início de uma década *sui generis*, com um sistema político aberto e reformado. Para isso, outro fator carregado de contradições foi o nacionalismo. Maria Celina D’ Araújo corrobora a perspicácia de um discurso em defesa do nacionalismo, em plena Guerra Fria.

¹²⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90), p. 116.

¹²⁸ D’ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90), p. 121

¹²⁹ FAUSTO, Boris, 1930. História do Brasil. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 410.

¹³⁰ CORAZZA, G. Vargas: o capitalismo em construção. Resenha de FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989. Ensaio FEE, Porto Alegre, 10 (2), 1989, p. 355-360, p. 359.

Sua concepção agradava as correntes civis e militares que se contrariavam a uma corrente de dependência do mercado estadunidense. Dessa forma, a campanha de defesa do monopólio do Petróleo pelo Estado se apresentou como um movimento determinante para incorporação de novos apoiadores.¹³¹

Por outro lado, a corrente nacionalista presente no governo, causou inquietação nas alas conservadoras, que temiam a tomada do país por uma República Sindicalista. Skidmore explica essa tensão em torno dessa estratégia: Vargas percebera que o nacionalismo obtinha uma ampla aprovação pública, pela própria desconfiança das verdadeiras intenções dos estrangeiros por trás dos investimentos, além da aprovação da classe média que se identificavam com a industrialização e modernização pela autonomia de sua economia¹³². No entanto, apesar do sentimento de que o nacionalismo poderia unir a nação, ela carregava o perigo de dividir ainda mais politicamente o país, radicalizando o sentimento de antiestrangeiros e caminhando para o objetivo final que seria a redistribuição radical do poder entre as classes. Nesse sentido, Carlos Lacerda¹³³, na direção do antigetulismo, acusava Vargas de usar do nacionalismo para manter seus aliados corruptos no poder. Assim, o discurso nacionalista¹³⁴, apesar de aproximar novos membros, incitava ainda mais uma divisão política.¹³⁵

Para além dessas questões, desde seu primeiro ano no novo governo democrático, Vargas teve de lidar com as forças oposicionistas tal qual uma grande parte da imprensa que havia sido censurada durante o Estado Novo, juntamente com alguns partidos menores e membros da União Democrática Nacional (UDN). A instabilidade do governo é bem explorada pela mídia oposicionista, alimentando desconfianças e endossando o discurso de uma tomada comunista do país. Essas pressões visam desestabilizar a

¹³¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90), p. 28.

¹³² O discurso nacionalista sempre esteve presente em Vargas, desde seus primeiros governos. No entanto, nesse cenário ele se apresentava em maior destaque devido ao contexto polarizado dado pela Guerra fria.

¹³³ Ver: Delgado, Márcio de Paiva. 2006. "Lacerdismo: A mídia Como veículo De oposição Na Experiência democrática (1946-1964)". *Locus: Revista De História* 12 (2).; LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano. São Paulo: Senac, 1998.; MENDONÇA, Marina Gusmão de. O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.

¹³⁴ Ver: AARÃO Reis, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. 2014.; FONSECA, Pedro Cezar. Nacionalismo e Economia: O Segundo Governo Vargas. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Editora Hucitec, 1997.; FONSECA, Pedro Cezar. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*. v. 15 n. 2(26) (2004).

¹³⁵ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ªed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 142.

credibilidade de Vargas, causando ainda mais instabilidade na relação da população com o governo. Destaca-se, neste jogo, a figura do jornalista Carlos Lacerda, que a partir do seu jornal *Tribuna da Imprensa*¹³⁶ criticava veementemente o populismo e o comunismo e exigia, constantemente, a renúncia imediata de Getúlio Vargas¹³⁷.

Na tentativa de tirar o Brasil da crise financeira daquele período, Vargas pôs em prática uma série de projetos baseados no seu novo plano de governo nacionalista e industrial, abrangendo a criação de fontes de energia elétrica, a expansão das indústrias, bem como a modernização dos setores portuários e de técnicas agrícolas. Havia no país uma instabilidade inflacionária nos últimos anos, em razão da guerra, que inferia fortes déficits sociais, além da própria tensão mundial posta pela Guerra Fria que segmentava as relações partidárias.

O economista Pedro Cezar Dutra Fonseca analisa as contradições econômicas do período. Em seu artigo “Nem ortodoxia, nem populismo”, Dutra analisa as posturas econômicas adotadas no decorrer do Segundo Governo Vargas: refutando a ideia de um governo dividido em duas fases: a primeira ortodoxa e a segunda baseada em uma “virada nacionalista”, expressa por Skidmore, Dutra defende a ideia de um Nacional-Desenvolvimentismo. Nesta corrente, detecta-se um projeto de longo prazo “centrado na industrialização e na modernização do setor primário, implementado com auxílio de medidas governamentais voltadas a incentivar a substituição de importações e a diversificação da produção primária, com prioridade ao mercado interno”¹³⁸.

À vista disso, durante sua campanha de 1950, Vargas levantou como bandeira de campanha a necessidade da industrialização e do crescimento acelerado. No entanto, tal projeto se deparava com as limitações da conjuntura econômica de uma crescente inflação. A dicotomia entre estabilização *versus* crescimento demandava caminhos delicados. A escolha foi por um resultado a longo prazo, que iria diminuir o ritmo de crescimento, mas, por outro lado, priorizaria a estabilização e o combate à inflação para posteriormente voltar-se ao ritmo de crescimento econômico¹³⁹.

¹³⁶ Fundado em 1949 por Carlos Frederico Werneck Lacerda, foi um jornal carioca de circulação diária e vespertina que representava as principais posições da UDN. Fez forte oposição aos governos, principalmente à Getúlio Vargas.

¹³⁷ Ver: DELGADO, Marcio de Paiva. O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação de Mestrado/UFGF – PPGH, 2006.

¹³⁸ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Nem Ortodoxia nem Populismo: O Segundo Governo Vargas e a economia brasileira”. Dossiê: 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil, Tempo, p. 19-58, p. 24.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 26.

Essa escolha, no entanto, se choca com variáveis extraeconômicas, que trazem grandes impactos sobre as opções ideológicas do governo. A radicalização da UDN, a greve dos 300 mil, as reformas ministeriais, o manifesto dos coronéis, o atentado da rua Toneleros, são fatores de radicalização que desafiaram a lógica na condução de uma política econômica. Não obstante, as decisões de enfrentamento dos problemas cambiais continuavam seguindo os compromissos com a lógica econômica adotada, a nacional-desenvolvimentista.

Esse clima de adversidades refletiu durante todo o seu último governo, enquanto Vargas tinha que tomar adotar medidas contraditórias e impopulares para controlar a inflação ao mesmo tempo em que buscava corresponder às exigências da classe trabalhadora. Nesse ínterim, toda e qualquer medida tomada pelo governo era vista, no entanto, com muita desconfiança, tanto por aliados como por opositores.

Outro entrave ao seu governo seria o do subdesenvolvimento nacional e as medidas necessárias para superá-lo, que geravam divergências no centro dos debates econômicos e sociais. A política econômica de cunho nacionalista de Vargas se chocava com uma corrente pejorativamente chamada de “entreguistas”¹⁴⁰, que defendia uma menor intervenção do Estado na economia e uma abertura controlada do capital estrangeiro no país. Essa corrente, inspirada pelo liberalismo político e econômico, tinha em Carlos Lacerda um dos seus principais expoentes. As razões da defesa de um liberalismo econômico, por Lacerda, passavam por suas questões principais a defesa de uma semelhança aos dotes econômico dos EUA, marcado principalmente pelo livre mercado e, quanto à defesa de uma menor intervenção do Estado, que estaria ocupado na maior parte do tempo por seus adversários.¹⁴¹

Lacerda, por outro lado, se declarava fortemente como um antinacionalista, considerando-o uma noção totalitária. Por sua defesa de uma maior aproximação do Brasil aos EUA, os liberais eram conhecidos como “entreguistas”, acusados de “oferecer” o país ao capital estrangeiro, em detrimento do fortalecimento nacional.

No entanto, durante o último governo de Vargas, emergia um modelo que ficaria conhecido como nacional-desenvolvimentismo, conforme mencionado anteriormente. Esse enfoque era caracterizado pela industrialização substitutiva de importações e uma

¹⁴⁰ O liberalismo brasileiro era umas das principais bandeiras de Carlos Lacerda. Liberalismo esse que se caracteriza por uma série de interpretações e significados, apesar de remetidos a algumas características comuns.

¹⁴¹ CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. Dados, vol. 61, núm. 4, 2018, p. 402.

intervenção significativa do Estado. A socióloga Alzira Alves de Abreu busca analisar a base de sustentação e estruturação desse modelo que esteve vigente por mais de 50 anos. O desenvolvimentismo, em contraposição aos liberais, sugeria uma economia voltada para a produção de bens de consumo, com o alargamento do mercado interno e o aumento da renda nacional. Baseava a expansão industrial a partir da intervenção do Estado e da planificação da economia, bem como o aperfeiçoamento dos meios de transporte e uma moderna agricultura¹⁴². As formulações teóricas a respeito do nacionalismo sugeriam uma frente política ampla, que desse condições ao Estado e às empresas nacionais de fazerem frente aos controles externos no que concernia ao desenvolvimento industrial.¹⁴³

Vargas tentou se equilibrar entre as vertentes desenvolvimentistas, buscando a participação do capital externo para a reconstrução nacional, mas sem olvidar do capital privado nacional. O espírito conciliador entre forças antagônicas ainda tinha que lidar com a oposição liberal.

No decurso da ambiguidade econômica de Vargas, formou-se em 1951 a comissão mista Brasil-EUA, que resultou no plano Lafer. Este plano implicava o financiamento dos Estados Unidos para novas fontes de energia, bem como a ampliação das indústrias de base, inovações agrícolas e modernização dos transportes. Essa medida que valorizava uma economia nacional com o capital estrangeiro, gerou desconfiança tanto entre os nacionalistas como os “entreguistas”.¹⁴⁴

Arbitrando entre as diferentes correntes, Vargas optou pela ambivalência na expressividade governista. A meta de controlar a inflação que vinha crescendo nos últimos anos, junto das políticas de desenvolvimento industrial o conduziam a decisões contraditórias e impopulares. Longe de aproximá-lo do socialismo, Maria Celina D’Araújo explica:

O que predominou durante todo o Governo foram tentativas frustradas de composição e de conciliação política; se medidas mais nacionalistas foram tomadas, outras sem esse caráter também ocorreram, impedindo que se estabeleça um corte temporal em termos de tendências. O ponto a ser destacado é que, em função da instabilidade das alianças e da ausência de compromissos mais sólidos, as diferentes iniciativas são

¹⁴² ABREU, A. A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D’ARAÚJO, M. C. (Org.) As instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: FGV; Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 122.

¹⁴³ Em uma segunda vertente do desenvolvimentismo, era defendido a necessidade do capital estrangeiro para uma aceleração do processo industrial. Assim, a contribuição estrangeira ou não, para o desenvolvimento industrial foi pauta entre economistas e líderes públicos, a respeito da saída do país do subdesenvolvimento.

¹⁴⁴ Schilling, Voltaire. Brasil: 1954-1964 do suicídio de Vargas ao golpe militar. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013, p. 13.

negociadas a partir de patamares estabelecidos circunstancialmente para cada caso, chegando-se, em razão disso, a soluções entre si contraditórias.¹⁴⁵

Esse cenário de crise política, econômica e social gerava uma grande tensão. E no âmbito militar não fora diferente. Em 1952 ocorrera a assinatura de um acordo militar com os EUA, onde o Brasil receberia equipamentos bélicos e serviços em troca de materiais estratégicos, como urânio e areia monazítica. De acordo com Schilling, esse acordo tinha um o objetivo de amenizar as denúncias que Vargas havia feito às políticas de “remessa de lucros das grandes corporações estrangeiras que teriam remetido para o exterior, na época de Dutra (1946-1951)”¹⁴⁶.

Mais uma vez, a ambígua e intrigante política de Getúlio Vargas gerava desconfianças tanto entre seus aliados quanto seus opositores. As contribuições de Felipe Queiroz e Sydenham Neto acrescentam novas perspectivas ao estudo da política internacional de Vargas. De acordo com Neto, o status do Brasil como aliado preferencial dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim em 1947, quando os EUA redirecionaram seu foco principalmente para a Europa e a Ásia. Apesar dos esforços em manter uma estreita relação, o Brasil não possuía um peso político considerável nas disputas da Guerra Fria, resultando na perda de seu protagonismo. Mesmo as tentativas de Dutra em alinhar completamente o país às políticas dos EUA não foram suficientes para conter a perda de influência brasileira na agenda internacional.¹⁴⁷

Por sua vez, Felipe Queiroz apresenta uma análise historiográfica abrangente da política externa de Vargas. Em seu artigo, ele explora a perspectiva do Professor Antônio Manoel Elíbio, que argumenta que, contrariamente à ideia de autonomia, Vargas estava significativamente influenciado pelas decisões dos Estados Unidos.¹⁴⁸ Para além das diferentes interpretações sobre a política externa, é crucial ressaltar que o protagonismo de Vargas se manifestou nas complexas relações de poder entre seus diplomatas e ministros. Essas interações internas desempenharam um papel fundamental na condução da política externa e no posicionamento do Brasil no cenário global.

¹⁴⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política, p. 18.

¹⁴⁶ SCHILLING, Voltaire. Brasil: 1954-1964 do suicídio de Vargas ao golpe militar. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013, p. 15.

¹⁴⁷ LOURENCO NETO, S. O Itamaraty no início da Guerra Fria. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas., 2014, Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. v. 1. p. 1-9

¹⁴⁸ QUEIROZ DE CAMPOS, F. A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização. Faces de Clío, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 237–257, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/facesdeclio/article/view/38912>. Acesso em: 07 jun. 2023.

Em maio de 1952 ocorreram as eleições do Clube Militar que foram determinantes para o futuro do governo Vargas. As chapas eram compostas pelos nacionalistas, representados pelo general Estilac Leal, contra o general Alcides Etchegoyen, um claro anticomunista, que representava a chamada Cruzada Democrática¹⁴⁹. A vitória de Etchegoyen agradou parte da oposição getulista, como Lacerda. No entanto, Vargas não desistiu de uma harmonia entre seus adversários, entregando dois ministérios e a direção da Petrobrás udenistas como uma tentativa de atenuar as divergências.

A medida não surtiu o efeito desejado. Além da oposição instalada no Clube Militar, em 8 de fevereiro de 1954, 42 coronéis e 39 tenentes ligados à Cruzada democrática assinaram um manifesto em protesto contra a extinção dos recursos destinados ao exército, à precariedade dos equipamentos e os baixos salários, além da medida de aumento do salário-mínimo em 100%. Situação essa que eles acreditavam poderia levar a uma cisão nos meios militares e uma brecha ao comunismo.¹⁵⁰

Fica claro que a ambiguidade de Vargas decorre de diferentes correntes de pensamento que caminham por vias opostas, sendo acionadas à medida de suas necessidades. Essa política atinge os seus apoiadores que temem que o país seja tomado pelo comunismo caso o presidente não mantenha as rédeas democráticas da constituição. Essa dubiedade das ações políticas que geravam instabilidade no governo prenunciava a crise que se seguiria nos próximos anos.

Em 1954, a instabilidade política atinge seu ápice com uma série de denúncias de corrupção envolvendo o governo e uma forte pressão da oposição e da mídia para que Vargas renunciasse. O início do colapso teve, como um de seus marcos, o mês de maio, quando o jornal *Última Hora* publicou uma matéria denunciando a existência de um “mar de lama” no governo. A matéria, assinada pelo jornalista Carlos Lacerda, acusava o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, de corrupção e de envolvimento em um esquema de jogo do bicho.

O escândalo se ampliou em agosto, quando o jornalista Lacerda sofreu um atentado a tiros que o deixou gravemente ferido. O atentado foi atribuído por Lacerda a membros da

¹⁴⁹ Agrupamento da ala militar conservadora que passou a dirigir o Clube Militar em 1952.

¹⁵⁰ LAMARÃO, Sergio. Manifesto dos coronéis. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis> Acesso em: 18 jan. 2023.

guarda pessoal de Vargas, o que aumentou a pressão da oposição e da mídia para que o presidente renunciasse.¹⁵¹

Em meio à crise, Vargas se viu cada vez mais isolado politicamente. Ele resistiu às pressões da oposição e da mídia e afirmou que não renunciaria ao cargo. No entanto, em 24 de agosto de 1954, ele foi encontrado morto em seu quarto no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, com um tiro no coração. A morte de Vargas chocou o país e levou a uma onda de comoção e protestos. A crise política que culminou na morte de Vargas marcou o fim de uma era na história política do Brasil.

2.1.A Crise do governo democrático e crise do alvarismo

Enquanto Getúlio Vargas, eleito presidente em 1950, enfrentava pesadas críticas da oposição e um cenário de profunda crise institucional, no estado do Amazonas o cenário político era marcado pela articulação e rearticulação de aliados e opositores à medida que surgiam novas alianças. Nas eleições de 1947, por exemplo, em uma aliança peculiar, PTB, UDN e PCB se aliam para tentar derrotar Rui Araújo do PSD e afastar as hostes alvaristas¹⁵² do Estado¹⁵³. Leopoldo Amorim da Silva Neves (PTB) saiu vitorioso dessa disputa e Manoel Severiano Nunes (UDN) foi eleito para o senado. No entanto, as divergências entre as legendas se tornaram insustentáveis, levando ao seu rompimento em princípios das eleições de 1950.¹⁵⁴

As eleições estaduais no Amazonas ocorreram dia 03 de outubro de 1950. Na ocasião foram escolhidos os candidatos para os cargos de presidente, governador, senador, sete deputados federais e trinta estaduais¹⁵⁵. Para presidente os principais candidatos eram: Getúlio Vargas (PTB)¹⁵⁶, Cristiano Machado (PSD)¹⁵⁷ e Eduardo Gomes (UDN)¹⁵⁸. Para

¹⁵¹ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A crise política de 1954: uma abordagem sociológica. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 36, 1998, p. 63-85.

¹⁵² "Políticas alvaristas" é um termo que se refere às políticas implementadas ou apoiadas por Álvaro Botelho Maia, ex interventor e governador do estado do Amazonas durante o governo Vargas. Esse termo é específico para a atuação ou ideias desse indivíduo em particular. Geralmente, é usado para descrever as políticas econômicas, sociais ou de outra natureza defendidas ou adotadas por Maia ou pelo grupo político ao qual ele estava associado.

¹⁵³ Essa situação fora recorrente em outros estados, onde o objetivo era remover do poder os antigos interventores estaduais que há tempos controlavam as administrações públicas.

¹⁵⁴ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1–23, 2020, p. 8.

¹⁵⁵ A eleição para os 30 deputados estaduais ocorreu em pleito suplementar em 11 de março de 1951.

¹⁵⁶ Coligação Frente Populista (PTB, PSP);

¹⁵⁷ Coligação PSD, PR, POT, PST;

¹⁵⁸ Coligação UDN, PDC, PÇ, PRP;

governador a disputa se pautava principalmente entre Álvaro Botelho Maia (PSD)¹⁵⁹ e Severiano Nunes (UDN)¹⁶⁰. Para senador, os principais candidatos eram o petebista Vivaldo Lima Filho e o udenista Leopoldo Neves.

A coligação Frente Libertadora, que estava sob o amparo varguista das legendas do PSD e PTB, se unira novamente e junto com o PDC (Partido Democrata Cristão) elegeram Álvaro Maia para o governo do Estado, derrotando o senador udenista Manoel Severiano Nunes. Plínio Coelho, que naquela ocasião se mostrara um importante líder trabalhista, deu aberto apoio a Álvaro Maia e fora eleito como um dos 7 deputados federais, junto de André Araújo¹⁶¹, Rui Araújo, Paulo Nery etc.¹⁶² Para Senador, o vitorioso foi Vivaldo Lima Filho. Com isso, as vitórias no estado do Amazonas estavam marcadas pela forte presença dos partidos políticos ligados a Vargas, PSD e PTB.

Como vimos no capítulo anterior, Álvaro Botelho Maia teve uma importante atuação política no estado do Amazonas durante sua interventoria e governos posteriores, onde reequilibrou a balança econômica do estado, reorganizou as administrações locais e buscou restaurar a economia extrativista. Assim, finalizada as apurações dos votos em 20 de outubro e confirmada a disparada vitória de Vargas e Álvaro Maia, fica evidente que o capital político de ambos os personagens se mantinha firme, apesar dos últimos anos conturbados.

Eloína Monteiro afirma que não houve de fato uma descontinuidade da política alvarista no Amazonas com o fim da ditadura do Estado Novo e a reabertura democrática, assim, os personagens principais da política local não tiveram grandes alterações¹⁶³. Essa mudança só vai de fato iniciar seu processo na década de 50, quando, sob dificuldades administrativas, Maia teve que desagregar o sistema extrativista, abrindo portas para o sistema de industrialização. Dessa forma, a autora traz uma perspectiva elucidativa acerca da desagregação do sistema extrativista que inquietava o governador Álvaro Botelho Maia, uma vez que este era um fervoroso defensor deste modelo econômico.

Monteiro oferece uma análise perspicaz sobre o processo de transformação do cenário econômico da região amazônica, evidenciando a preocupação do governador em

¹⁵⁹ Coligação Frente Libertadora (PSD, PTB, PDC);

¹⁶⁰ Coligação Udeno-Popular (UDN, PRP);

¹⁶¹ André Araújo, irmão de Rui Araújo e pai de Ritta Araújo. Ficava na direção dos círculos operários durante o Estado Novo. Magistrado e deputado federal pelo Amazonas 1951-1954.

¹⁶² QUEIRÓS, César Augusto Bubolz, *Op Cit*, p. 9.

¹⁶³ SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996, p. 127.

relação à perda do protagonismo do sistema extrativista. Ainda segundo as análises de Eloína dos Santos Monteiro, Maia manifestou preocupação diante da perspectiva de desagregação do sistema extrativista e, como solução, propôs a extração de outros produtos florestais, com vistas a garantir a sobrevivência e a estabilidade econômica das regiões do interior do Amazonas¹⁶⁴. Essa sugestão de Maia revela sua visão estratégica para o desenvolvimento econômico da região, considerando a diversificação da atividade produtiva como forma de superar a crise do sistema extrativista e garantir a continuidade das atividades econômicas locais. No entanto, este novo fôlego para o extrativismo na Amazônia não foi capaz de minimizar os problemas econômicos e sociais do Amazonas, dando-se avanços em direção a industrialização.

Diante de tais transformações econômicas ocorridas na região amazônica, as configurações eleitorais que se formaram nas eleições da época eram permeadas por grandes expectativas. Vargas na presidência e Maia no governo do Amazonas fora, desde 1930, uma composição comum. A mudança se verificava então no sistema político estabelecido naquele momento que necessitava de mudança nas atitudes dos antigos governantes.

A partir de 1951, as primeiras dificuldades com o novo governo ficaram evidentes. A aliança política formada entre o PSD, o PTB e o PDC, denominada Frente Libertadora, foi criada com o intuito de enfrentar a UDN nas eleições. Contudo, as expectativas do PTB foram frustradas, já que essa coligação não lhe proporcionou a vantagem eleitoral que esperava.

Essa situação demonstra as tensões políticas que surgiram durante a transição democrática no Brasil, em que as alianças partidárias nem sempre refletiam as expectativas e interesses dos partidos envolvidos. A busca por uma maior representatividade política e uma maior participação nas decisões do governo tornou-se uma das principais demandas dos partidos que integravam essa coalizão, especialmente do PTB, que ainda não possuía uma base eleitoral expressiva na região amazônica

Os eleitos foram Vivaldo Palma Lima para senador, Plínio Coelho para deputado federal e 4 deputados estaduais – antes eram 5 –¹⁶⁵. Nesse momento, a voz de comando era estruturar o partido e torná-lo conhecido nos estados da federação. No entanto, o

¹⁶⁴ SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996, p. 127.

¹⁶⁵ O PSD, por outro lado, acrescentava 3 nomes para deputados estaduais. Subindo de 9 para 12.

resultado eleitoral insatisfatório acabou prejudicando substancialmente os planos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado.

Essa situação reforça a importância das eleições na consolidação dos partidos políticos e no fortalecimento da sua presença e representatividade em diferentes regiões do país. Além disso, evidencia que o sucesso eleitoral de um partido não depende apenas de sua organização e estratégias políticas, mas também do contexto político e social em que se insere.

Dessa forma, a derrota eleitoral do PTB no estado do Amazonas representou um obstáculo significativo para a sua consolidação e fortalecimento político na região, dificultando a implementação de políticas e programas trabalhistas naquele momento.

O governo recém-formado não conseguiu manter as alianças eleitorais que haviam sido estabelecidas. O deputado eleito Plínio Coelho, que era um líder proeminente em seu partido, acusou o governador e seus seguidores de perseguição e de representarem uma grande ameaça ao crescimento do PTB no estado. Como resultado, as alianças foram desfeitas e Plínio assumiu a liderança da oposição ao Alvarismo¹⁶⁶.

A economia local também passava por intensas mudanças. No Amazonas, o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda da produção da borracha arrebatou os homens rurais para a cidade em busca de trabalho nas indústrias, o que gerou um crescimento urbano desordenado. Apesar dos esforços do governador Álvaro Maia e seu otimismo em relação à volta dos tempos áureos da borracha, nenhuma das medidas foi suficiente para recuperar a economia local através do extrativismo novamente.

Segundo o historiador Pedro Martinello, citado por Eloína Santos, houve constatação de desorganização nos órgãos responsáveis pela manutenção da produção de borracha, como o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA)¹⁶⁷.

A economia da região amazônica sofreu consideravelmente com a crise no setor extrativista, que se prolongou ao longo do início da década de 1950. Além disso, a incapacidade em solucionar os problemas gerados pela crise afetou diretamente os trabalhadores locais e dificultou ainda mais a recuperação econômica do Amazonas.

¹⁶⁶ QUEIRÓS, CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: César Augusto B. Queirós; Auxiliomar Ugarte. (Org.). *Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana*. Ied. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 85.

¹⁶⁷ SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996, p. 136.

É possível observar a continuidade dessa crise ao longo do ano de 1954, evidenciada por meio de protestos registrados no jornal *A Crítica*, em 03 de maio de 1954, com a seguinte manchete: “DEMAGOGIA DE POLÍTICOS E GOVERNOS”. Na matéria, o redator Albertino Santos postula sobre os programas de desenvolvimento agropecuário e plantio de seringueiras e sua ineficácia, não suprimindo a necessidade econômica real. Diz que:

Há mais de quatro decênios que a região amazônica têm sido tema demagógico de políticos e governos ansiosos de publicidade, no que diz respeito ao seu soerguimento econômico.

Muitas vezes temos ouvido falar na elaboração de vastos programas destinados ao desenvolvimento agro-pecuário e particularmente, ao plantio de seringueiras. São programas feitos em gabinetes, à margem das exigências técnicas essenciais ao sucesso dos empreendimentos. E a prova ai está: milhares de árvores de seringueiras plantadas sem nenhum resultado prático [...] daquelas avenidas florestais não poderá ser esperada a mínima produção de látex, de valor comercial satisfatório.¹⁶⁸

O despreparo desses programas face à queda do látex amazônico e a insistência política em sua revitalização são observados pelo autor, que registra que a *Hevea brasiliensis*: “em vez de produzir leite essencial ao abastecimento industrial de artefatos de borracha, outra finalidade não tem a não ser produzir sombras aos participantes de picnics ministeriais”¹⁶⁹.

Enquanto a economia extrativista da região estava em declínio, uma nova estratégia governamental baseada no desenvolvimentismo e na industrialização estava sendo implementada desde 1946. Essa abordagem deslocava o extrativismo das prioridades econômicas do Estado, o que aumenta as tensões nas relações com as classes políticas no poder.¹⁷⁰

Em 1954, as relações ficam insustentáveis quando a indefinição do aumento do preço da borracha deixa os representantes amazonenses no limbo, à espera de uma decisão. Destarte, o jornal *A Crítica* passa a acusar Getúlio e seu ministro, Osvaldo Aranha, de um “empurra-empurra” de responsabilidades:

E nesse verdadeiro jogo de “empurra” andam os representantes amazonenses, esperançados numa hora e desanimados na outra, sem poderem fazer um prognóstico sincero de qual venha a ser a solução. O motivo de toda essa celeuma é única e exclusivamente a situação

¹⁶⁸ *A Crítica*, Manaus, 3 mai. 1954, p. 1.

¹⁶⁹ *A Crítica*, Manaus, 3 mai. 1954, p. 1.

¹⁷⁰ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966). In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, p. 6.

financeira do Brasil que pode ser considerada de “banca rota”, graças á desastrosa política econômica do sr. Getúlio Vargas.¹⁷¹

Neste novo projeto desenvolvimentista, a Amazônia reaparece como uma região estratégica devido ao seu imenso território “desocupado”, por suas matérias primas e sua agricultura.

Desde 6 de janeiro de 1953, a proposta de desenvolvimento da Amazônia tornou-se mais tangível com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Esse projeto havia sido iniciado em 1946 com o intuito de promover o crescimento econômico e a estabilidade social da região, garantindo sua ocupação e desenvolvendo seus recursos naturais sob a supervisão do Estado, além de integrá-la ao contexto nacional¹⁷². No entanto, o estímulo à ascensão de uma nova classe política dos industriais viria a conflitar com as dirigentes extrativistas que insistiam na economia da borracha para a Amazônia e conseqüentemente, afastava Vargas de antigos aliados e empurrava-o para uma crise nas relações.

Conforme mencionado anteriormente, a crise do governo democrático de Vargas teve início, principalmente, durante as eleições de 1950, que foram marcadas por uma articulação questionável com setores oposicionistas liderados pela UDN, enquanto se afastava de seus verdadeiros apoiadores, como o PTB e o PSD¹⁷³. Essa foi apenas uma das questões que assolaram o governo varguista. A partir de março de 1953, as relações conciliatórias se tornaram mais difíceis de manter e a oposição começou a insinuar a iminência de uma ditadura no país.

O aumento significativo da inflação impactou diretamente o poder aquisitivo dos trabalhadores regionais e nacionais, culminando em um cenário crítico que desencadeou uma série de greves em todo o país. O descontentamento dos trabalhadores era uma grande preocupação para o governo, visto que essa categoria representava uma importante base de apoio político.

Nesse contexto, uma greve se espalhou por São Paulo em março de 1953, mobilizando cerca de 300 mil trabalhadores, incluindo marceneiros, carpinteiros e operários, que reivindicavam um aumento salarial de 60%. A paralisação se estendeu por um período de

¹⁷¹ *A Crítica*, Manaus, 12 mai. 1954, p. 1.

¹⁷² Sobre a SPVEA ver: A superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e as amazonas (1953-1966) - Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho Renha.

¹⁷³ D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90), p. 28.

24 dias, e, ainda que se tenha chegado a um acordo entre governo e manifestantes, ela representava uma derrota para o regime getulista na região.¹⁷⁴

Em junho de 1953, desencadeou-se a greve dos marítimos, paralisando as atividades nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Neste contexto, divergências surgiram entre os marítimos e o presidente José Segadas Viana em relação às medidas destinadas a essa categoria de trabalhadores, levando o ministro do Trabalho, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a pedir sua demissão.

Para ocupar esse cargo estratégico, Vargas optou por escolher João Goulart, um líder carismático e com longa trajetória representando os trabalhadores. O objetivo era que Goulart atuasse como intermediário nas reivindicações dos operários. Contudo, essa ação foi amplamente criticada pela oposição, que via Goulart como uma ameaça à ordem democrática e suspeitava de uma possível tentativa de estabelecer uma República Sindicalista no país.

Considerando as reformas do governo Vargas, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira as interpreta em dois sentidos divergentes. Enquanto alguns estudiosos as classificam como uma “virada à esquerda” do governo, outros veem nelas uma “maturação das intenções conciliadoras do governo, que insistia na busca de um consenso político”¹⁷⁵. Apesar das diferentes interpretações, o governo de João Goulart foi marcado pela atenção dada às demandas grevistas, que culminaram na interrupção da greve após 10 dias de governo. No entanto, a estratégia adotada pelo governo de nomear um líder trabalhista desagradou críticos de Jango, tais como militares antigetulistas, civis ligados à UDN e grande parte da imprensa.

A fim de neutralizar as divergências com os setores conservadores e afastar a ideia de uma radicalização à esquerda, as nomeações para a nova composição dos ministérios partem em caminhos diversos. Oswaldo Aranha foi encaminhado para o ministério da Fazenda, Tancredo Neves para o Ministério da Justiça, José Américo para o Ministério de Viação e Obras Públicas e Vicente Rao para ao Ministério das Relações Exteriores. Ainda assim, as demandas continuaram.

Logo mais, em fevereiro de 1954, outros importantes aliados de Vargas também se afastaram. Os militares, que outrora haviam sido importante base de apoio de Vargas,

¹⁷⁴ FAUSTO, Boris, 1930. História do Brasil. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento, p. 412.

¹⁷⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 33-34.

viveram as clivagens entre getulistas e antigetulistas dentro da instituição. O historiador Boris Fausto descreve esse momento como medidor para o grau de efervescência dos meios militares, que redigem um memorial dirigido ao ministro da Guerra e aos comandos do Exército¹⁷⁶.

No documento, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes, os membros acusam:

A inadequação e precariedade das instalações em todo o território nacional, quartéis insuficientes, velhos ou de empréstimos, ausência de depósitos até mesmo com risco de segurança de vidas, deficiência e desaparecimento dos hospitais¹⁷⁷.

Além das questões materiais, a preocupação se voltava para as tendências ideológicas em voga, para solucioná-las o manifesto recomenda “reestabelecer a coesão de conjunto” pois temiam a “ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias anti-democráticas ou do espírito de partidarismo político, semeador de intranquilidade e conflitos”.¹⁷⁸

Em maio, o jornal *A Crítica* apresenta em manchete da sucursal do Rio de Janeiro que os generais Estilac Leal e Canrobert Pereira estavam preparando as Forças Armadas para a derrubada de Vargas¹⁷⁹. A insatisfação com as medidas do governo e a demora nas decisões quanto às melhorias exigidas para a instituição só aumentavam as tensões entre o governo e os militares.

Na tentativa de amenizar as hostilidades e afastar as acusações de um governo pactuado com o comunismo, novamente Vargas reorganiza seus ministérios. Nas Forças Armadas, foi nomeado o General Zenóbio da Costa para ministro da guerra, um homem conhecido e respeitado por ser um distinto adversário do comunismo. A ação visava apaziguar os conflitos entre as Forças Armadas e o governo¹⁸⁰.

No ministério do trabalho, João Goulart apresentava propostas que nada agradavam a corrente conservadora. No entanto, o auge de suas propostas polêmicas seria no início de 1954, com a proposição do aumento de 100% do salário-mínimo, projeto que teve uma grande repercussão negativa e resultou em sua saída do Ministério. Goulart foi então

¹⁷⁶ FAUSTO, Boris, 1930. *História do Brasil*. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento, p. 415.

¹⁷⁷ Revista Sociedade Militar. Disponível em <<https://www.sociedademilitar.com.br/2013/09/manifesto-dos-coroneis-da-ativa.html>>.

¹⁷⁸ Revista Sociedade Militar. Disponível em <<https://www.sociedademilitar.com.br/2013/09/manifesto-dos-coroneis-da-ativa.html>>.

¹⁷⁹ *A Crítica*, Manaus, 14 mai. 1954, p. 1.

¹⁸⁰ FAUSTO, Boris, 1930. *História do Brasil*. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento, p. 354.

substituído no Ministério do Trabalho por ser acusado de favorecer mais os trabalhadores que seus empregadores.

Após Vargas permanecer com a decisão do aumento e anunciá-la no dia 1º de Maio¹⁸¹, o jornal *A Crítica* estampa o desagrado: “SALÁRIO MINIMO, Documento da incompetência do gov.” na manchete o jornal faz questão de apresentar os discursos contra tal decisão. Deputados, presidentes de partidos e sindicatos emitem sua discordância ao decreto alegando ser este um ato impensado economicamente, que indica muito mais consequências negativas aos cofres públicos, que, de fato, uma melhoria econômica aos trabalhadores urbanos. O deputado Raimundo Padilha frisou:

O governo desconhece, ou parece desconhecer, esta coisa elementar que é o salario nominal e o salario real, ou seja, a diferença entre a quantidade do dinheiro que temos no bolso e o seu poder aquisitivo. As consequências desse ato já foram assinaladas pelo Conselho Nacional de Economia, cujo parecer o Presidente da República resolveu desprezar [...].¹⁸²

Outra inquietação era quanto aos gastos públicos do Governo Federal. Externando diariamente as mazelas do povo, o jornal *A Crítica* se propõe a denunciar a “orgia de gastos”, afirmando que o governo, através dos leilões de câmbio, vinha emitindo altas quantias de papel moeda nos últimos meses, e que com a alta arrecadação com a venda do algodão recente, não haveria explicação para novas emissões de moedas. “Não culpemos o Ministério da Fazenda. A orgia de gastos é realizada pela política demagógica do Presidente da República”¹⁸³.

Sobre o recrudescimento da crise de confiança, explica a professora Maria Celina D. Araújo:

Todos esses episódios, que têm por meta aumentar a pressão contra o Governo e desacreditar o Presidente, constituem, na verdade, uma exploração ilimitada de dados conjunturais que escondem uma problemática maior. De fato, o que está em jogo é a própria dinâmica do sistema partidário, sua incapacidade de gerar soluções governamentais próprias, ou mesmo de chegar a um acordo de coexistência com o Governo. Pesa também o não-entendimento quanto à legitimidade da oposição, que é tida como atividade conspiratória. No entanto, quando se elege a figura do Presidente como o maior dos males em relação ao bom funcionamento do sistema político, busca-se limitar

¹⁸¹ A mesma data no *Jornal do Comércio* não se encontra disponível na hemeroteca nacional, visto que as edições do ano de 1954 estão disponíveis apenas a partir do mês de julho.

¹⁸² *A Crítica*, Manaus, 4 mai. 1954, p. 1.

¹⁸³ *A Crítica*, Manaus, 26 mai. 1954, p. 1.

a ele o conjunto de problemas gerados no interior desse sistema; só assim é possível preconizar a manutenção da ordem política vigente¹⁸⁴

No último ano de seu governo, tornou-se evidente o isolamento político de Vargas. Apesar de implementar medidas trabalhistas de reajuste salarial, o apoio das bases populares não era satisfatório. Além disso, as bases militares estavam divididas e o antigetulismo ganhava cada vez mais destaque na mídia. A imprensa expunha diariamente de forma sensacionalista a crise e sua insatisfação com o governo, o que se intensificou ainda mais por se tratar de um ano eleitoral.

É possível perceber a alteração das dinâmicas dos periódicos daquela vista para as eleições de 1950. Agora o jornal *A Crítica* questionava as decisões do presidente e fazia frente a suas políticas. Ao final do mês de maio, com as organizações para o pleito de outubro se solidificando, as divergências se intensificavam. A UDN, que sempre se colocou na oposição de Getúlio Vargas, confrontava a permanência do presidente em meio à crise:

Insiste a UDN no pedido de “empeachment” contra o presidente Getulio Dorneles Vargas. RIO, 28 (Telepress) – Os deputados Artur Santos e Afonso Arinos, respectivamente, Presidente da União Democrática Nacional e líder da minoria na Câmara Federal, acabam de declarar à reportagem que a U.D.N irá divulgar importante nota sobre a situação da política nacional.

O sr. Afonso Arinos acrescentou que, quando tiver oportunidade pronunciará um discurso sobre a solicitação da licença da Justiça para processar os deputados Euvaldo Lodi e o pedido de “empeachment” contra o presidente Getulio Dorneles Vargas¹⁸⁵.

As tensões são marcadas pela desconfiança do governo de não ser capaz de manter e respeitar a constituição. A UDN se aproveitava desta margem de desconfiança para inflar ainda mais as suspeitas de um governo antidemocrático, recorrendo ao sensacionalismo jornalístico para efetuar as denúncias ao governo. Em nota da filial do Rio de Janeiro, o líder do partido no palácio Manoel Ferreira de Sousa advertia sobre as ameaças ao regime democrático e do processo de retorno aos tempos ditatoriais. Ferreira convida a “necessidade de reagir-se” para que haja a manutenção da liberdade.¹⁸⁶

O histórico ditatorial de Vargas não era favorável. A crise que culminaria com o suicídio, é, como diria Maria Celina de Araújo “uma situação crítica que se inaugura com

¹⁸⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90), p. 31.

¹⁸⁵ *A Crítica*, Manaus, 29 mai. 1954, p. 1.

¹⁸⁶ *A Crítica*, Manaus, 29 mai. 1954, p. 1.

o próprio Governo” levando a um quase consenso que seu afastamento do governo seria a melhor escolha.¹⁸⁷

A crise se intensificava. Os periódicos apresentavam constantes críticas à situação insustentável do governo. Pouco mais de 1 mês antes do suicídio de Vargas, o jornalista e professor Raul Pilla exprime sua insatisfação quanto às medidas de Getúlio frente à crise: “É impressionante ver a tranquilidade e indiferença como estão sendo considerados os acontecimentos atuais. Dei o meu voto favorável ao “impeachment” porque acho necessário suspender o sr. Getúlio Vargas de suas funções”.¹⁸⁸

O processo de *impeachment* havia sido considerado no mês anterior com base em dois pontos: uma suposta aproximação do governo brasileiro com o peronismo argentino para implantar um República Sindicalista no país. E o segundo ponto seria em um possível crime de responsabilidade, que extrapolava o orçamento da União. De acordo com João Victor Villaverde, citando o historiador Lira Neto, o impeachment seria um jogo, proposto por Eduardo Gomes ao deputado Arinos da UDN com o objetivo de concentrar as atenções militares para a inevitabilidade do golpe militar contra o presidente¹⁸⁹.

Ainda que o pedido de impeachment não tenha sido aceito, ele se apresentou como uma bússola medidora do grau da insatisfação da oposição e do nível de descrença de que o governo seguiria um regime democrático até o fim de seu mandato.

Assim, o último ano de governo é marcado pelo isolamento político de Vargas. Maria Celina D’ Araújo observa este fechamento de cerco, onde o “Presidente não consegue deter a fúria desenfreada da imprensa, não controla as organizações político-partidárias nem o movimento popular, vê-se pressionado pelos grupos econômicos[...]”¹⁹⁰. Apesar da conjuntura insustentável ao governo, a oposição, que no sentido partidário se encontrava pouco organizada, ainda não possuía um fator decisivo para exigir a deposição de Vargas.

A ocorrência em questão veio na madrugada do dia 5 de agosto de 1954 e ficou conhecido como o “atentado da rua Tonelero”. Sobre esse episódio, nos alerta o historiador Thiago Fidelis para o plural de narrativas que surgiram à época e até os dias atuais. Algumas inconsistências são notadas, em particular a aparente incongruência entre

¹⁸⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90), p. 31.

¹⁸⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 04 jul. 1954, p. 8.

¹⁸⁹ ALMEIDA, João Victor Villaverde de. Controle do soberano: como evoluiu a aplicação da lei do impeachment no Brasil?// João Victor Villaverde de Almeida- 2019- Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas, p. 93.

¹⁹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina. *Op Cit*, p. 32.

a baixa gravidade do ferimento infligido e a potência da arma supostamente utilizada, uma Calibre 45¹⁹¹. De qualquer forma, nos concentraremos na repercussão nos jornais que se pautaram na versão oficial, pois foram tais elementos que exerceram impacto sobre o curso dos acontecimentos.

Na versão oficial desenvolvida pelo político Carlos Lacerda, houve uma tentativa de assassinato à sua pessoa, mas que acabou atingindo fatalmente o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, que fazia sua escolta naqueles tempos de grande instabilidade política. Passou pouco tempo até que Lacerda externasse sua ira contra os responsáveis pelo ataque. Suas declarações reacenderam a rivalidade com o presidente, embora as investigações estivessem em fase preliminar:

RUBENS Florentino Vaz, herói do Correio Aéreo Nacional, pai de quatro crianças, caiu esta noite a meu lado. Meu próprio filho correu, com êle, o risco a que estão sujeitos os brasileiros entregues a um regime de corrupção e de terror (...) Hoje, que mais posso dizer? A visão de Rubens Vaz na rua, com duas balas à queima-roupa; a viagem interminável que fiz com êle até o Hospital, vendo-o morrer nos meus braços, impede-me de analisar a frio, neste momento, a hedionda emboscada desta noite (...) Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por êsse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite (...) Êsse homem chama-se Getúlio Vargas (...) Êle é o responsável intelectual por êsse crime. Foi a sua proteção; foi a covardia dos que acobertaram os crimes dos seus asseclas que armou de audácia os bandidos (...).¹⁹²

A partir do ocorrido, circulou entre a imprensa e a oposição a convicção de que o mandante havia sido Getúlio Vargas e infundiu-se um clima de indignação geral que mais tarde se intensificara ao apurar que o mandante havia sido Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial do palácio do Catete. Apesar de não ter sido comprovada a participação de Getúlio no atentado, o movimento que clamava pela renúncia ganhou grande proporção com inúmeras denúncias da inserção do governo em um “mar de lama”.

As edições do dia 06 de agosto dão grande destaque ao caso do atentado a Carlos Lacerda e à conseqüente morte do Major Rubenz Vaz. Na edição do jornal *A Crítica*, meia página é tomada pela notícia com a manchete “Clima para Golpe: atentado contra a ordem e a integridade do País” que tem sua notícia via telegrama do Rio de Janeiro. Nela, estão presentes as primeiras abordagens sobre o assunto, com as condolências à família

¹⁹¹ FIDELIS, Thiago. Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954-1956)/ Thiago Fidelis, - São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 149.

¹⁹² Tribuna da imprensa, 05/08/1954, *apud* FIDELIS, 2022, p. 150.

do Major, primeiras apurações do caso e vários discursos de políticos como o do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra e do então ministro da justiça Tancredo Neves, que promete providências em relação ao caso. A polícia estava mobilizada para resolver o caso junto dos oficiais da aeronáutica.

É interessante denotar as disparidades das manchetes do dia 03 de agosto para a do dia 06 de agosto. Nesta primeira, anterior ao atentado, estampava-se na primeira página: “Não há no Brasil Clima para Golpes”, baseada em uma entrevista do jornal com o general Ângelo Mendes de Moraes. Nesta, o referido militar que estava na capital amazonense como Inspetor Geral do Exército junto da sua comitiva, afirmava que a visita era puramente de inspeção¹⁹³. Na iminência de acalmar os ânimos sobre ocorrências de instabilidade em Pernambuco e no Brasil, o mesmo responde:

“Não há no Brasil, principalmente em decorrência da política pernambucana, clima para golpe, nem de cima para baixo, nem de baixo para cima. O povo brasileiro está unido e assim se manterá na salvaguarda dos princípios democráticos.”¹⁹⁴

A manchete muda completamente três dias depois. De pacífica para alarmante, a manchete se torna “Clima para golpes”, e dali em diante, as páginas jornalísticas nacionais se deterioram ao desenrolar das investigações, sejam com indômitas acusações ou tímidas defesas.

Entre os primeiros detalhes apurados após o ataque, há o depoimento de Carlos Lacerda que, ainda no hospital, pede para ver um rapaz que havia dado entrada no hospital com um ferimento de bala e diz que este se parece com um dos pistoleiros avistados durante o atentado. O rapaz era Dilson Lima, de 23 anos, que foi encontrado não muito distante da rua Toneleros e declarava ter sido baleado por dois soldados da Polícia Militar. Os policiais relataram que haviam baleado um ladrão que tentava arrombar um automóvel. Até aquele momento, este era o principal suspeito.¹⁹⁵

Há ainda nesta edição um manifesto da União Democrática Nacional escrito por Joppert da Silva, que se solidariza com a morte do Major e com o ataque a Carlos Lacerda, aproveitando para uma discreta acusação, dizendo que “Só os criminosos pilhados em flagrante delitos seriam capazes do cerco que fizeram à casa do Sr. Carlos Lacerda para garantirem o assassinio covarde que praticaram. Esse não é o meio do Governo fazer calar vozes que o criticam. [...]”¹⁹⁶.

¹⁹³ *A Crítica*, Manaus, 03 ago.1954, p. 1.

¹⁹⁴ *A Crítica*, Manaus, 03 ago.1954, p. 3.

¹⁹⁵ *A Crítica*, Manaus, 06 ago.1954, p. 1.

¹⁹⁶ *A Crítica*, Manaus, 06 ago.1954, p. 1.

As notícias são praticamente as mesmas no *Jornal do Comércio*, alterando-se para manchete: “Repercute no País inteiro o atentado a Carlos Lacerda” e a inserção de mais detalhes de como se deu o atentado. Há ainda no jornal *A Crítica*, uma nota de solidariedade para com o jornalista do *Tribuna da Imprensa*, acentuando-se sua integridade e coragem de acusar “os desmandos sociais de homens públicos”.

Tanto no *Jornal do Comércio* quanto no *A Crítica*, a primeira página é marcada pelo acompanhamento de coletas de depoimentos das testemunhas do atentado além das declarações de Lacerda. Há ainda uma recomendação de greve por 3 dias feita pelo diretório acadêmico da Universidade do Distrito Federal aos estudantes cariocas devido aos últimos acontecimentos.

É então, na segunda-feira, dia 09 de agosto, que os ânimos começavam a efervescer, iniciando-se as acusações do crime estar ligado ao palácio do Catete. A manchete do jornal *A Crítica* estampa em letras garrafais quase meia página com a fala de Carlos Lacerda: “COMECOU A IMPOSTURA DOS MANDANTES”. No referido texto, Lacerda acusa veementemente Vargas de estar ligado à morte de Rubens Vaz, alegando um crime político onde os envolvidos sairão impunes, e que o chefe da Aeronáutica estaria mentindo para acobertar os fatos. Lacerda não acredita na justiça do inquérito do governo, pois pensa que este está apenas querendo ganhar tempo para que o atentado seja, em breve, esquecido. Sua fala é de revolta contra um inimigo de longos anos, assim, tentava tirar o máximo de efeito dramático da situação, onde agora ele poderia enfim “desmascarar” o presidente perante a população. Para Lacerda,

O governo de Getúlio é, pois, além de imoral, ilegal. E’ um governo de banditismo e de loucura. Nenhum homem digno pode a ele pertencer, pode tolerá-lo sequer, sem arrastar-se com ele na lama de sua indignidade funcional e política e, já agora, no sangue inocente que os bandidos a seu sôldo derramaram¹⁹⁷.

O *Jornal do Comércio*, ao contrário do periódico anterior, tem uma postura mais branda ao falar sobre a investigação do atentado, apesar de ter o nome de Getúlio citado 8 vezes somente na primeira página, não o incutia incisivamente o envolvimento de Vargas ao atentado.

Ainda no dia 09 de agosto, na sessão “escreve hoje”¹⁹⁸ do jornal *A Crítica*, é posto o seguinte questionamento: “*Quo vadis, brasil!*” (Para onde vai, brasil!). Na nota, o autor

¹⁹⁷ *A Crítica*, Manaus, 09 ago.1954, p. 3.

¹⁹⁸ Essa sessão ficava localizada na segunda página à margem direita e era responsável por comentários de diversos jornalistas locais acerca da situação política nacional e regional.

que se identifica apenas como Jara, encara com pessimismo a situação brasileira, que, de acordo com o mesmo, encontrava-se submerso na imoralidade dos homens que estavam à frente dos cargos de alta responsabilidade. Sem apontar nomes exatos, ele continua:

“Hoje é outro jornalista que se intenta matar, covarde e friamente, no silêncio da madrugada, por ter a coragem que os covardes não tem, de face erguida, de peito aberto apontar à execração pública os nomes dos responsáveis pelo desenlabro do Brasil, pela perversão do povo e pelo enfraquecimento da raça”

Ainda com as investigações em andamento, as narrativas jornalísticas iam de encontro à acusação do envolvimento do presidente. Um acontecimento político de tal gravidade, não passara despercebido pela memória pública. Ecléa Bosi nos permite possíveis nortes para entender como a construção dessa memória opera a partir de experiências coletivas. Os diferentes narradores jornalísticos produzem essa memória a partir de filtros coletivos, construídos a partir de suas experiências individuais. A autora diz ainda que:

Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento. Portanto, uma das faces da memória pública tende a permear as consciências individuais.¹⁹⁹

Assim, podemos entender a dimensão das narrativas produzidas e as constantes notícias veiculadas a respeito do atentado, além do aparente silêncio dos apoiadores varguistas nos referidos jornais. Vargas não demorou em se manifestar, demonstrando preocupação com o último acontecimento e ciente do impacto que isso teria na imagem de seu governo. Imediatamente, o presidente ordenou a apuração dos responsáveis pelo atentado²⁰⁰.

Com o exaurir dos fatos, acreditava-se em um possível levante militar contra o regime democrático de Vargas. Esse fato é levado a cabo fazendo com que os generais Canrobert Pereira da Costa, Zenóbio da Costa, Juarez Távora e Brigadeiro Eduardo Gomes deem seu parecer de que estão fazendo a defesa do regime, em plena atividade.

O jornal fala a respeito do abatimento de Getúlio e sua decepção com a guarda pessoal que se mostra envolvida com o caso ao se revelar o envolvimento de um ex-funcionário da sua guarda, Climério de Almeida, subordinado ao tenente Gregório Fortunato. Getúlio então, na altura do dia 10 de agosto, dissolve sua guarda pessoal como

¹⁹⁹ Bosi, Ecléa. O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003, p. 21.

²⁰⁰ *A Crítica*, Manaus, 07 ago. 1954, p.1.

forma de demonstrar sua repulsa ao atentado ocorrido no dia 05. A partir de então, os serviços de segurança do presidente seriam feitos por elementos das forças armadas.

A caça aos envolvidos no fundo buscava encontrar o envolvimento do presidente ou de pessoas ligadas a ele. A cobertura da imprensa não ousava acusar diretamente Vargas, mas induzia caminhos de represália ao governo que àquela altura não oferecia grandes riscos quanto anos atrás. A então caçada contra os pistoleiros era excepcional, mas, mais importante ainda era a caçada ao mandante.

No *Jornal do Comércio* do dia 12 de agosto até o dia 24 do mesmo mês, a palavra “renúncia” relacionada ao presidente aparece aproximadamente 22 vezes. É então a partir deste dia que se iniciam os movimentos mais contundentes de pedidos de renúncia nos jornais e nas ruas. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, a cobertura jornalística da crise é dividida em 4 etapas, sendo a primeira a da apresentação do atentado, do alerta à crise moral e política e dura aproximadamente 3 dias. A segunda etapa é caracterizada como o de acusação, seria o momento do fluxo de indignações morais reproduzidos coletivamente.

A terceira etapa caracteriza esses momentos vividos a partir do dia 12 de agosto. Neles estão os movimentos de articulação em torno da renúncia após comprovada a suposição inicial da responsabilidade do presidente. A incapacidade moral de governança do presidente é então comprovada tanto pelos jornais de oposição quanto pelos mais moderados. Gomes chama esse momento de *apelo a renúncia*. Por fim, a quarta e última etapa é a *imposição da renúncia ou deposição*, e refere-se à exaustão do momento, não restando nenhuma outra saída ao presidente.²⁰¹

As etapas citadas nos ajudam a dimensionar o grau de radicalização de cada jornal. Enquanto o jornal *A Crítica* cresce exponencialmente as acusações, com incisivas ofensas à moralidade do presidente, o *Jornal do Comércio* possuía uma postura mais moderada, ainda que desconfiada.

Além das críticas que transbordavam nos jornais, ocorreu um movimento no centro do Rio de Janeiro que reuniu tanto curiosos quanto revoltosos. Nesse tumulto, um carro de propaganda eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi incendiado. A polícia foi acionada para conter as animosidades e restaurar a ordem no local.. Há ainda um enterro simbólico feito por mulheres católicas contra a permanência de Vargas no

²⁰¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos; 90), p. 32.

Catete.²⁰² Apesar da nota do Ministério da Justiça indicar que a situação no território nacional era de “absoluta calma e tranquilidade”, não era isso que se via nas ruas.

Em seu último comício realizado em Belo Horizonte no dia 11 de agosto, Vargas fala da colaboração do governo para o desenvolvimento do Estado como um triunfo notável e de características modernas. Aproveita também para externar sobre a perseguição sofrida, tentando tranquilizar a população afirmando que as legalidades constitucionais seriam mantidas. No dia seguinte, os periódicos descrevem a respeito dessa visita e das manifestações que ocorreram ainda na chegada de Vargas ao estado. Na ocasião, houve um protesto feito por cerca de 200 estudantes de direito, que caminhavam na rua com um caixão e várias faixas pretas, depositando-as em frente à Faculdade de Direito. Segundo o jornal, a manifestação fora silenciosa e não houve violência.²⁰³

Em Manaus, constatou-se a ausência de informações sobre a mobilização popular nas ruas por parte dos periódicos locais. Observa-se ainda que Álvaro Maia, anteriormente um importante aliado político de Getúlio Vargas no estado do Amazonas, não emitiu declarações públicas acerca dos protestos nacionais. Buscou-se evitar a associação entre a figura de Maia e a do presidente, diferentemente do ocorrido em 1950, visto que Maia concorria naquele momento a uma vaga no Senado. Outra conclusão é acerca das relações familiares envolvidas entre o político amazonense e Umberto Calderaro, dono do periódico *A Crítica*.

Como já mencionado anteriormente, havia desde os primórdios do periódico, uma relação familiar e amistosa entre Maia, Rui Araújo e Calderaro. Araújo, que havia sido chefe de polícia de Álvaro Maia durante sua interventoria e em 1954, agora era candidato à governador, com o apoio de Maia. Assim, as notícias locais se direcionavam, quase que exclusivamente, a falar do presidente e pouco sobre a relação com a política local.

No dia 16 de agosto, Pietro Celani, um escritor da sociedade amazonense, manifesta profunda indignação em uma coluna do jornal *A Crítica*. Nela, Celani ovaciona Lacerda, pois o mesmo “trouxera à luz as misérias estarrecedoras desse governo corrompido e em plena decomposição, denunciando-o corajosamente”. Martirizando a figura de Rubens Vaz como um homem que morreu para uma transformação na sociedade ocorresse, segue afirmando que “o crime da rua Toneleros transformou-se na centelha que se aproxima desse barril em pólvora”. Assim, era a espera de uma exploração que a imprensa se encontrava.

²⁰² *Jornal do Comércio*, Manaus, 12 ago. 1954, p. 1.

²⁰³ *A Crítica*, Manaus, 13 ago. 1954, p. 1.

Destarte, nos periódicos avolumaram-se diariamente o número de pedidos de renúncia. As manchetes de ambos os jornais estampavam sempre notícias sobre os movimentos da presidência e é sentida cada vez mais essa tensão se aproximar. A prisão do membro da guarda pessoal do Catete, Climério Almeida, como responsável pela fuga dos criminosos exacerbava as acusações contra o governo.

A busca por Climério se tornará implacável e sua prisão teve efeito memorável nos jornais nacionais. José Sette Câmara, secretário de Lourival Fontes na época, diz que Climério não fez cerimônia para entregar todo seu relato à polícia: indicou Gregório Fortunato de tê-lo contratado para matar Lacerda dizendo que este estava “falando demais”. Climério citou todos os nomes envolvidos e todos ligados de alguma forma ao Catete²⁰⁴. O que estava ruim piorara a partir de então. A manchete do dia 18 de agosto do jornal *A Crítica* expõe em quase meia página que “Getúlio Renunciará”²⁰⁵. Era essa a esperança da oposição após tantas acusações e escândalos envolvendo o nome do presidente.

O envolvimento de Lutero Vargas, filho primogênito de Getúlio, se tornava pauta: o presidente afirmara que renunciaria à Presidência da República caso Lutero estivesse envolvido no crime da rua Tonelero. Na mesma data, o periódico *A Crítica* alfineta a decadência do PTB, incitando o silêncio dos deputados e “encarneirados do comunista e agitador profissional Jango”²⁰⁶. O momento se apresentava propício para tripudiar em cima do partido devido à crise que ocorria nacionalmente, e assim o jornal fazia. “Em breve, o P.T.B será relegado a um justo desprezo do povo brasileiro e será julgado e avaliado de acordo com o que ele é.”²⁰⁷

Quatro dias antes do suicídio, o General Zenóbio da Costa declara que “o exército está preocupado em manter a ordem e a tranquilidade no país”²⁰⁸, afirmando, acerca dos rumores das Forças Armadas estarem dispostas a forçarem a saída do presidente. Reitera ainda que “as Forças Armadas estão com a constituição e a lei”, assegurando que o exército se encontrava “inteiramente em suas atividades normais no cumprimento de seus deveres e obrigações”²⁰⁹. Por outro lado, Carlos Lacerda pressiona as autoridades para a deposição de Vargas, acusando o sistema de subversão da ordem constitucional devido à

²⁰⁴ CAMARA, José Sette. 24 de agosto/ José Sette Câmara; - São Paulo: Siciliano, 1994, p. 86.

²⁰⁵ *A Crítica*, Manaus, 18 ago. 1954, p. 1.

²⁰⁶ *A Crítica*, Manaus, 18 ago. 1954, p. 2.

²⁰⁷ *A Crítica*, Manaus, 18 ago. 1954, p. 2.

²⁰⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 ago. 1954, p. 1.

²⁰⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 de ago. 1954, p. 1.

necessidade de forças militares estarem à frente de atribuições de civis para que haja garantia da tranquilidade coletiva, tranquilidade essa que o chefe da nação não estava conseguindo assegurar. Lacerda conclui que somente o afastamento imediato do presidente asseguraria a nação.²¹⁰

A situação era delicada após as inúmeras prisões dos envolvidos e estes estarem ligados ao Catete. Assim, o presidente parecia não ter escolhas a não ser a renúncia. O *Jornal do Comércio* divulga nota que por meio dos depoimentos de Gregório e Climério, a comissão de inquérito já sabia quem era o verdadeiro autor intelectual do atentado, mas que iriam aguardar a sua detenção²¹¹. As interrogações para fechar o caso continuavam e dizia-se que em pouco tempo teriam o resultado.

Enquanto isso, às vésperas do suicídio, o jornal *A Crítica* anuncia em primeira página:

“O BRASIL CAMINHA PARA O CAOS: Altas patentes da Aeronautica exigiram a Renuncia de Getulio Vargas. Tendo este afirmado que governará até o fim de seu mandato—O condutor das forças armadas solitarisou-se com o chefe da nação—Alarmante situação do País”²¹²

Isso se dá devido aos militares de alta patente da Aeronáutica, representados pelo Marechal Mascarenhas, terem se encaminhado ao Palácio do Catete para, pessoalmente, exigir a renúncia do chefe da nação. Este por sua vez responde que não renunciará, “porque fora eleito por 5 anos e governaria até o fim de seu mandato”²¹³. Mascarenhas se solidariza com o presidente e garante que irá auxiliá-lo para que continuasse a governar.

Uma diferença sutil entre os periódicos é que, enquanto o *Jornal do Comércio* mantinha suas páginas dedicadas às acusações contra Climério, Gregório Fortunato e até a Lutero Vargas, o jornal *A Crítica* despejava as culpas sobre Vargas. O primeiro deixa latente as críticas a Gregório, declarando que o “Anjo negro de Vargas” era covarde e que Climério tentava ludibriar as investigações. Enquanto o segundo incide diariamente sobre os pedidos de renúncia de Vargas.

Antes de tudo, temia-se que o regime democrático fosse abalado e que as veias de uma ditadura, instaurada pelo presidente, voltassem a pulsar em meio à crise de confiança. A necessidade de encontrar o criminoso da rua Tonelero era antes de qualquer coisa uma

²¹⁰ *A Crítica*, Manaus, 21 de ago. 1954, p. 1.

²¹¹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 21 de ago. 1954, p. 1

²¹² *A Crítica*, Manaus, 23 ago. 1954, p. 1

²¹³ *A Crítica*, Manaus, 23 ago. 1954, p. 1.

necessidade de pôr fim às tensões nacionais. A impunidade dos mandantes representava uma instabilidade no regime, que paralisava as atividades econômicas do governo e tensionava as instituições militares que anunciavam sua intervenção. Em uma pequena nota na segunda página do jornal *A Crítica*, na coluna “O que diz a constituição”, há uma simples defesa da constituição em relação ao momento vivido no País²¹⁴. Vargas no poder podia representar um perigo, os pedidos de renúncia eram meios legais de demonstrar a insatisfação popular, mas a deposição forçada era perigosa e representava um ataque aos princípios democráticos.

Que fazer então? Deixar que o Sr. Getúlio Vargas arraste até o fim o seu triste governo, tão medíocre e impopular. Ou, se ficar provada a participação do senhor Getúlio Vargas no crime, assim haverá cabimento para medidas contra ele, mas dentro do que prescreve a Constituição: o seu licenciamento do poder e seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal²¹⁵

Preocupa-se então, acima de tudo, em assegurar a legalidade da constituição para o prosseguimento de um regime democrático.

2.2.O suicídio de Vargas e a comoção nacional

Na noite do dia 23 de agosto, Vargas convocara uma reunião ministerial onde ficou decidida sua licença de 90 dias do poder, até que os ânimos se acalmassem. Mais tarde, já na madrugada do dia 24, chega a seu conhecimento que sua licença foi convertida em veto militar, considerando definitivo seu afastamento. As tensões aumentaram e o Palácio do Catete se encontrava protegido por diversas trincheiras de sacos de areia²¹⁶. Naquela manhã, Getúlio recolhe-se aos seus aposentos e dispara um tiro contra o próprio peito. O impacto foi surpreendente. A emoção tomou conta do país. O suicídio, além de um desespero pessoal exprimia um ato político.

A escolha de tirar a própria vida representava uma tentativa de marcar seu legado, de enviar uma mensagem dramática e enfática que reverberasse no cenário político e social do Brasil. Ao exprimir um ato político, o suicídio de Vargas foi interpretado como uma forma de apartar os opositores e chamar a atenção para a profunda crise política que o país enfrentava naquela época. Sua morte se tornou um evento que transcendeu o

²¹⁴ *A Crítica*, Manaus, 23 ago. 1954, p. 1.

²¹⁵ *A Crítica*, Manaus, 23 ago. 1954, p. 1.

²¹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. Vargas. A herança de Vargas: a crise de 1954 e a carta testamentária. – FGV. CPDOC: Centro de pesquisa e documentação de História contemporânea do Brasil, 2017.

aspecto pessoal, abalando os pilares da nação e colocando em xeque o sistema político vigente.

A edição do fatídico dia 24 de agosto do jornal *A Crítica*, que saíra pela manhã, circulou ainda com as notícias da reunião ministerial daquela madrugada com a seguinte manchete:

“CAIU GETULIO VARGAS: depois da reunião ministerial Getúlio pediu licença—As Forças Armadas fizeram verdadeira revolução branca—Zenóbio queria o derrame de sangue—Renunciou o Ministério—Outros Detalhes.”²¹⁷

A nota confirmava a licença negociada como uma “atitude honrosa do presidente”. Externando o contentamento com a decisão de afastamento do presidente, o jornal apresenta depoimento de alguns políticos na sessão do Senado do dia anterior. Na nota intitulada “Governo de crimes e negociatas” é exposto a fala dos presentes da sessão onde se verifica a pressão pelo Sr. Café Filho assumir a presidência “afim de consolidar a democracia”, de forma que o atual governo estava manchado de “crime e negociatas”²¹⁸. O ministro da guerra, Zenóbio da Costa, em nota ainda do dia 23, dizia que o exército estava apenas em “posição defensiva contra aquele que pretendem [incompreensível] os preceitos constitucionais”²¹⁹

O suicídio do presidente, ocorrido naquela madrugada, pegara de surpresa toda a nação e, particularmente, a imprensa escrita. Naquela edição, há somente um telegrama na parte central da capa, aparentemente escrita às pressas por ser uma notícia recente transmitida pela rádio: Rio. (URGENTE) — A Radio Nacional, anuncia que o sr. Getulio Vargas suicidou-se as 8:35 horas, em seus aposentos²²⁰.

Naquele mesmo dia, a edição do *Jornal do Comércio* também se detém sobre a tensão em torno da decisão de Vargas na noite do dia 23. Para o periódico, diante de tamanha pressão, restavam apenas três opções: deposição, golpe ou renúncia. Na edição do dia 24, a palavra “renúncia” aparece seis vezes na capa do jornal, sendo uma delas a respeito de uma passeata dos estudantes paulistas invadindo a capital do país para pedir a saída de Vargas.

Na mesma data é veiculada a fala do presidente do dia 23 que diz:

Ainda que me veja abandonado pela Marinha, Exército e Aeronáutica e pelos meus próprios amigos, eu resistirei sozinho [...]. Já vivi muito e agora posso morrer. Assim, se quiserem depor-me lançarei um

²¹⁷ *A Crítica*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 1.

²¹⁸ *A Crítica*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 2.

²¹⁹ *A Crítica*, Manaus, 23 ago. 1954, p. 2.

²²⁰ *A Crítica*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 1.

manifesto à nação e morrerei lutando de arma em punho contra aqueles que pretendem arrebatá-lo o poder.²²¹

Essas são falas do dia anterior ao suicídio que vão se mostrar essenciais para a consolidação do seu mito e para o afastamento instantâneo da oposição após sua morte.

O jornalista amazonense Arlindo Porto²²², que escreve a sessão “Bom dia Leitor, saiba que...”, no *Jornal do Comércio*, denuncia, de forma irônica, a situação do estado do Amazonas em meio à tensão nacional. Escreve ele, nesta sessão, sobre o rumor da decretação do estado de sítio, onde o Amazonas se encontrava sem temor pela ameaça, visto que a situação local já era de “sítio”. Com água pingada em horas certas, sem poder financeiro, coberta por mato e abandonada às carapanãs que “nos devoram em vida”. “Tudo e tudo correndo para que nossa cidade seja um legítimo sítio de interior. Por que então temer um estado de sítio? Não chegamos, já a tal estado?”²²³.

É somente então na edição do dia 25 que o periódico noticia o suicídio do presidente, apontando para as desordens no Rio de Janeiro e em São Paulo com a manchete: “DEPLORA A NAÇÃO O SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS: o lutuoso acontecimento comove o país em toda a sua extensão.”²²⁴

O fim inesperado e trágico tomou toda a nação de surpresa. As manifestações ocorreram na maioria das capitais e os prédios ligados a instituições antigetulistas foram imediatamente atacados, necessitando da intervenção policial.

José Sette Câmara, secretário de Lourival Fontes, descreve a comoção verificada nas ruas do Catete naquele momento:

Ocorrerá uma transformação completa da atmosfera reinante na cidade. O Regozijo agressivo dos adversários de Getúlio desaparecera da rua. Prevalencia um ar grave e recolhido. As caras estampavam dor e espanto. Havia oradores populares pelas esquinas que improvisavam comícios²²⁵.

A primeira página dos jornais se detém, principalmente, acerca das manifestações ocorridas no Rio de Janeiro e a reorganização do governo com Café Filho. Faixas e cartazes de propaganda do candidato Carlos Lacerda e materiais de propaganda da UDN foram arrancados e incendiados. Os jornais que faziam oposição ao governo foram atacados, tendo o jornal “O Globo” e “O Mundo” dois de seus carros de distribuição

²²¹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 1.

²²² Jornalista, advogado, escritor e político.

²²³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 2.

²²⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

²²⁵ CAMARA, José Sette. 24 de agosto/ José Sette Câmara; - São Paulo: Siciliano, 1994, p. 124.

queimados, além de ambas as redações terem sido apedrejadas. Um trecho da carta testamento foi inserida na primeira página do *Jornal do Comércio*²²⁶.

A figura de Getúlio Vargas foi habilmente construída para fortalecer essa relação emocional entre ele e o povo brasileiro. Ao se fundir em um só corpo com a nação, Getúlio se tornou uma espécie de pedra angular para a sociedade, representando a estabilidade e a segurança do país. Seu desaparecimento, portanto, representava o colapso da nação, uma vez que ele personificava os ideais e valores nacionais.

Sua carta-testamento vem como uma cartada final da “política emocional”. O líder da nação, ainda que sem vida, interfere no processo de mitificação ao buscar sua redenção ao povo. Thiago Fidellis registra outra função que a carta obteve: a de legitimar a versão de que o governo, em especial, a figura de Vargas, “era vítima de um grande complô contra não somente sua figura, mas contra todo o povo brasileiro, em especial os mais pobres, os desvalidos, ou seja, seus eleitores”²²⁷. Sua carta e seu ato em si geraram uma comoção nacional revestida em manifestações e quebra-quebra.

A massa saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio: caminhões que carregavam a edição do jornal antigetulista O Globo foram queimados e houve tentativas de tomar de assalto a representação diplomática dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.²²⁸

O país que exigia a renúncia do presidente, em minutos se transformou. O Rio de Janeiro, capital do país, vivera um cenário de guerra. Vilas Boas Correa, jornalista no Rio à época do suicídio, escreveu o primeiro capítulo do livro “Vargas e a crise dos anos 50”, onde descreve a repentina mudança de atmosfera. De acordo com Correa, naquela manhã, quando confirmara a renúncia negociada de Vargas ao dono e garçom do boteco onde tomava seu café da manhã, o jornalista se deparou com um intenso e comemorativo alvoroço. Momentos depois, ao ouvir no rádio a notícia do suicídio, o clima mudou. A comemoração converte-se em espanto e tristeza, o ódio se transpõe em juras de vingança a quem prejudicou o governante:

²²⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

²²⁷ FIDELIS, Thiago. *Op Cit*, p. 171.

²²⁸ FAUSTO, Boris, 1930. *História do Brasil*. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p. 354.

E vi a cidade virar. Nunca assistira cena igual. O ar de festa, o clima de desafogo que percebia nos pedaços de conversa afinada pelo tom de repulsa do “já vai tarde”, incendiado pela chispa da tragédia, transformou-se instantaneamente.²²⁹

Na capital do país, a população fervia em dor e raiva. Não se via outra forma de vingar a morte de Getúlio se não atacando aqueles que o aviltaram. Os órgãos de imprensa da oposição tiveram seus prédios atacados, muitos tiveram suas fachadas depredadas e suas máquinas destruídas. Apesar da tentativa, os revoltosos não conseguiram entrar no prédio da *Tribuna da Imprensa*²³⁰, sendo contidos pela Polícia Especial, porém, queimaram toda a edição do jornal na rua da frente²³¹. A população se dividiu em grupos para atingir maior parte da cidade, houve queima de veículos, ataque a sedes partidárias oposicionistas a Vargas, e perseguição a políticos como Carlos Lacerda, que precisou se exilar do país. No motim, várias pessoas saíram feridas. Sobre essa questão, explica Jorge Ferreira:

Assim como as elites conservadoras tudo fizeram para aniquilar politicamente Vargas por meio de ideias-imagens e pela manipulação de símbolos necessários à legitimidade do poder, agora a população, revidando, destroçava a simbologia política dos adversários do presidente.²³²

Não muito distante da capital republicana, a capital do Rio Grande do Sul vivia seu luto. O berço gaúcho do qual Vargas irradiou politicamente guardava na memória o velho Getúlio. Bibiana Dias, através da análise do jornal *Correio do Povo*, apresenta algumas manifestações noticiadas nas edições imediatas à morte do Presidente. O jornal expõe através de cobertura fotográfica o cenário de guerra vivido naquele fatídico dia: depredações, incêndios e tumultos. A autora cita ainda a manchete “Graves Ocorrências se Registraram na Capital do Estado Durante Quase Todo o Dia de Ontem” remetendo ao expressar da comoção popular do dia anterior:

²²⁹ CORRÊA, Vilas Boas. Eu vi. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994, p. 16.

²³⁰ Jornal de propriedade de Carlos Lacerda, fundado em 1945 e fazia oposição direta à figura de Getúlio Vargas. Sobre Tribuna da imprensa ver: UDN LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano. São Paulo: Editora SENAC, 1998.; CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da, Um mês de desgosto: a atuação dos jornais tribuna da imprensa e última hora na crise de agosto de 1954.

²³¹ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994, p. 74.

²³² FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 2005, p. 178.

As ruas apresentavam aspecto impressionante, com labaredas e fumaça por todos os lados, consumindo sedes partidárias, jornais e emissoras de rádio. Os manifestantes, empunhando grandes retratos do presidente Vargas, bandeiras nacionais e alto-falantes, clamavam contra os partidos de oposição, responsabilizando-os pela morte do chefe da nação.²³³

Indústria, comércio, instituições públicas tiveram que parar, as ruas centrais ficaram intransitáveis. A memória viva de Getúlio instigou em seus apoiadores o senso de dever de justiça, dirigindo a todo e qualquer opositor de Vargas os mais violentos ataques.

Na edição do *Jornal do Comércio* do dia 24, se falava da grave situação em que se encontrava Porto Alegre, onde as sedes do PSD, PL, UDN e PSP foram destruídas sem que houvesse intervenção do governo, que “cruzou os braços mesmo quando os manifestantes passaram para atear fogo aos jornais e estações de rádios”²³⁴. Foi necessário que houvesse a intervenção do general Zenobio da Costa por telegrama, mandando o Exército intervir. De acordo com o periódico, 3 pessoas foram mortas, 10 feridas e muitas em estado gravíssimo.²³⁵

Distante da capital, o município protagonista do nascimento e crescimento de Vargas vivia um cenário diferente dos centros urbanos. Bibiana Dias encontrou no jornal *Correio do Povo* dois textos escritos por um enviado especial que acompanhava a despedida fúnebre na cidade de São Borja. Na narrativa, os ares de tristeza e dor são visíveis na simplicidade e emoção da cerimônia, transparecendo a relação próxima e íntima que a população sentia com os familiares. Em edição, menciona o enviado especial:

Tudo nesta pequena cidade da fronteira é diferente: inclusive a emoção popular. A notícia da morte de Getúlio Vargas não foi recebida como o trespassse de um estadista e líder de massas. Quem morria era, acima de tudo, um filho de São Borja, sempre fiel à sua terra natal.²³⁶

A terra natal de Vargas prefigurava consigo uma sensação mais íntima com o presidente, quase parental por terem dividido o mesmo solo, sua reação de pesar não transpassa a fúria e sede de vingança, mas o mais profundo silêncio de pesar.

²³³ DIAS, Bibiana Sodré. A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mistificação post-mortem no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre. 2011. 150 f. Dissertação (Dissertação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 75.

²³⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 2.

²³⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 2.

²³⁶ DIAS, Bibiana Sodré. *Op. Cit.*, 2011, p. 54.

Longe dos centros de vivência de Getúlio, a capital do Maranhão não viveu o mesmo drama. O professor José Ferreira Junior ao analisar seis periódicos locais destaca a ausência de baderna e revolta pela morte do chefe da nação: “Sobre a calma em São Luís, os jornais foram unânimes”. Concluindo apenas alguns transtornos como o cancelado da procissão e os festejos do dia do soldado²³⁷. O autor apresenta um interessante panorama político de cada jornal escolhido e apesar de uma análise curta, é considerável para percebermos que a morte de Vargas suavizou o discurso político de alguns jornais conforme o desenrolar dos acontecimentos. Como exemplo, podemos destacar o caso do jornal *O Combate* que, no dia 24 de agosto escreveu: “A presença de Vargas tornou-se insuportável. E os que o acompanham têm também de dar lugar à coisa melhor”²³⁸. Na edição que foi publicada momentos antes da notícia do suicídio, e após este ser divulgado, o jornal busca abrandar sua posição escrevendo no dia 26 de agosto: “No balanço de tudo que há feito o homem que dominou o País, com mais veemência, nesse quarto de século, somos dos que achamos um acentuado saldo a seu favor”²³⁹.

2.3.Repercussão do suicídio de Vargas no Amazonas

Neste cenário de crise, a cidade de Manaus acompanhava o desenrolar político nacional através, principalmente, dos jornais e das rádios. Sendo assim, a imprensa utilizada como fonte nesta pesquisa possibilita a compreensão do cenário local ainda que sua leitura seja remetida para o campo da subjetividade e intencionalidade, tal qual nos orienta o trabalho das historiadas Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto.²⁴⁰

Em Manaus, de acordo com uma nota do *Jornal do Comércio* do dia 25, os cônsules do Peru, Portugal, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha e outras autoridades se reuniram no Palácio do Rio Negro para prestar suas condolências ao chefe de gabinete nomeado por Álvaro Maia, o governador Paulo Marinho. Em nota oficial, o Governo do Estado do Amazonas e a Presidência da Assembleia Legislativa expõem que, após tomar conhecimento através das rádios, se reuniram com os

²³⁷ JUNIOR, Jorge Ferreira. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008, Niterói. V.1, p. 7.

²³⁸ JUNIOR, Jorge Ferreira. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008, Niterói. V.1, p. 8.

²³⁹ JUNIOR, Jorge Ferreira. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008, Niterói. V.1, p. 8.

²⁴⁰ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 257.

representantes das classes armadas e o Secretariado do Governo para adotarem medidas sobre o acontecimento e guardando mais informações para que sejam decretadas as “honorarias fúnebres ao eminente e saudoso Chefe da nação”²⁴¹. As notas da capa do referido jornal no dia 25 de agosto são, majoritariamente, advindas do Rio e São Paulo, dando ênfase às manifestações populares e, sem avultar sobre o suicídio, priorizam principalmente, informar sobre o novo presidente que assume o país: João Café Filho.

No decorrer da edição, apresentam-se algumas homenagens a Getúlio, exaltando sua coragem e amor pela Pátria, incluindo declarações de pesar dos principais candidatos das eleições para o governo do Amazonas: Ruy Araújo e Plínio Coelho. Ambos os candidatos reivindicavam para si a continuidade de Getúlio pós morte, como se, mesmo que sua materialidade não viva mais neste plano, seu espírito continuará presente na nação, guiando aqueles que evocam seu nome.

O jornalista amazonense Arlindo Porto escreve ao leitor uma pequena análise do inesperado acontecimento, questionando quais angústias se passavam na mente de Getúlio momentos antes da decisão de ceifar a vida, e exalta sua coragem de seguir em frente sem temer o castigo divino. Por fim, advertiu o jornalista: “a nação está de luto e atenta para descobrir quais essas forças dos <grupos internacionais e nacionais> de que êle falou na sua derradeira mensagem à nação. E precavenham-se essas forças contra a vindita terrível do tigre popular em fúria”²⁴². Com essa narrativa, o jornalista prenunciava o tom da tragédia que ainda estava por ser sentida no seio da nação.

A edição do dia 25 é quase totalmente dedicada para as homenagens póstumas ao presidente e para apresentar como se reorganizariam politicamente os sujeitos diante do imprevisto. Houve uma sessão especial na Câmara para homenagear o falecido presidente e sobre ela o periódico descreve a fala de alguns participantes: O deputado Gustavo Capanema se referia a Vargas como um ser magnânimo, de coração grande tal qual Salomão. “Toda a sua vida foi marcada por um ideal: a felicidade do povo e unidade nacional”. O deputado Afonso Arinos, que havia discursado em princípios de agosto pedindo a renúncia de Vargas, foi recebido com ofensas na sessão, tendo dificuldades para se manifestar. Osvaldo Aranha discursou comparando a morte de Vargas à morte de Cristo, de um homem que deu sua vida pelo povo.

O discurso do candidato e representante do PTB no Amazonas, Plínio Coelho, é exposto na última página do *Jornal do Comércio*:

²⁴¹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

²⁴² *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

“Continuaremos na rua obedecendo a voz de comando de nosso chefe: Lutamos ontem, lutamos até agora, sob a proteção física de Vargas. Lutaremos de agora em diante sob a sua tutela espiritual” – Fala á reportagem o deputado Plínio Ramos Coelho²⁴³

Às vésperas de uma eleição para o Executivo estadual, Plínio externa seu abatimento, informando que Getúlio já havia advertido os trabalhistas que um dia ele, por ser homem, teria que morrer. A sua fala vem no sentido de reafirmar os compromissos do PTB com a continuidade do legado do presidente:

Lutamos ontem, lutamos até agora, sem a presença física de Vargas. Lutaremos, de agora em diante, sob a tutela espiritual do grande Vargas. A sua morte nos constrangeu, mas em consequência disso o seu renascimento espiritual alegra-nos, porque sabemos estarmos sendo conduzidos das regiões indevassáveis, pelo espírito dêsse homem, que foi todo amor, que foi todo bondade, que foi todo coração, no servir, a pobreza e na ânsia a pról da solução das questões sociais que afligem os homens pobres dos bairros tristes do Brasil²⁴⁴

O candidato Ruy Araújo também tem seu discurso manifestado nas páginas dos jornais. Lamentando a partida do presidente, Araújo aproveita para reforçar a necessidade de manter a calma e buscar a contenção das animosidades para que não haja ocorrências desagradáveis na cidade. Valendo-se do momento, o candidato reforça a eternidade da alma de Getúlio dizendo que este “morreu na materialidade, mas o seu espírito viverá eternamente em nossa lembrança como um culto de agradecimento ao muito que fez em benefício das classes menos favorecidas”²⁴⁵.

Os traumas têm um impacto poderoso na transformação das memórias coletivas. A morte, especialmente quando envolve figuras proeminentes, transcende sentimentos e atuações que, de outra forma, permaneceriam escondidos. Esses eventos trágicos podem adquirir uma aura quase mítica na política, influenciando a narrativa histórica e deixando um legado duradouro na memória do povo.

Assim, apesar da aparente ordem na cidade, o governo local receava as mesmas ações de revolta popular registradas no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Sendo assim, o comandante da Guarnição Federal de Manaus pedia “calma e tranquilidade” à população, concluindo que “o momento não é de agitação e sim de luto nacional”. Em nota, o governador Paulo Marinho²⁴⁶ também declara:

²⁴³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

²⁴⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

²⁴⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

²⁴⁶ Álvaro Maia havia renunciado o governo antes do término do seu mandato para concorrer a governador. Dessa forma, foi necessária uma eleição na assembleia legislativa para escolher o novo governador que iria

Lamento a morte do presidente Vargas. A circunstância de que se revestiu o falecimento deixa em minha alma a marca de uma dor imensa. Entretanto, é preciso que encaremos a realidade nacional e pensemos na vida do Brasil e dos seus filhos. E preciso calma. Nós todos, governantes e governados, devemos agir com serenidade em defesa do Brasil, do regime e da Constituição. Nada de precipitações para que não venham a se registrar acontecimentos desagradáveis e prejudiciais à normalidade da Nação.²⁴⁷

O exército já se encontrava de prontidão para quaisquer intercorrências que viessem a acontecer na cidade. Após conferência com o chefe da Capitania dos Portos do Amazonas e Acre, o major José Antonio Ferreira Nobre, comandante da Guarnição Federal de Manaus, declarou ao *Jornal do Comércio* que o exército “vive em paz e harmonia, porém vigilante na defesa da tranquilidade pública e no respeito que possa prestar às autoridades públicas”²⁴⁸

Algumas medidas foram tomadas a fim de evitar as exteriorizações de comoção popular, como a suspensão de arraiais e quermesses por 3 dias pelas autoridades diocesanas e fechamento de repartições públicas pelo governo. Outras medidas foram adotadas por diferentes entidades, como a determinação de luto por 24 horas pelo sindicato dos estivadores de Manaus e ordem da Associação Comercial do Amazonas (ACA) para que mantivessem por 8 dias as portas de seus estabelecimentos semicerradas.²⁴⁹

Na edição seguinte do *Jornal do Comércio*, dois dias após o incidente do suicídio, o governador Marinho manifestou sua satisfação com o povo amazonense por “sua formação altamente pacífica” que concluiu nenhum incidente na capital: “foram manifestações de dor e não tiveram absolutamente a participação de agentes da anarquia e da desordem”.²⁵⁰

Embora Paulo Marinho tivesse destacado a “formação pacífica” da população amazonense e a ausência de maiores incidentes, o jornal *A Crítica* relatou, no dia 26 de agosto, a ocorrência de “distúrbios causados por estivadores”, contrapondo a afirmação de Paulo Marinho. Segundo o periódico, naquele momento de paixão nacional, os estivadores, induzidos de bebida alcóolica, entraram em conflito com aqueles que não consideravam ser apoiadores de “Getúlio”. De acordo com a nota, a polícia interveio e

completar o quadriênio de Maia. Assim, dia 26 de julho no Palácio Rio Negro, Paulo Marinho vencera a eleição com 21 votos contra 7.

²⁴⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

²⁴⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

²⁴⁹ *A Crítica*, Manaus, 26 ago. 1954, p. 1.

²⁵⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 ago. 1954, p. 6.

demandou reforços, sendo os presos posteriormente soltos por políticos candidatos do PTB²⁵¹, como Plínio Coelho²⁵². Já no dia 28 do corrente mês, o jornal apresenta uma pequena nota sobre uma greve dos estudantes do Colégio Estadual do Amazonas que se negaram a entrar na sala de aula, finalizando a paralisação apenas quando fora celebrada a missa de 7º dia do presidente.

A edição do dia 25 de agosto do jornal *A Crítica* não fora encontrada na Biblioteca Pública de Manaus, não sabendo, no entanto, se esta edição fora perdida ou não fora publicada. Sabemos, no entanto, que o periódico *A Crítica* também fora alvo da revolta da população amazonense neste dia, tendo sua sede cercada pelos populares em virtude das sistemáticas críticas a Getúlio Vargas publicadas anteriormente pelo jornal. Na edição especial de 25 anos do referido periódico, este episódio foi rememorado, afirmando que, ao longo de sua história, o periódico fora vítima de várias perseguições e, entre elas, um motim organizado após o suicídio de Vargas. A matéria conta que membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se concentraram em frente à sua sede e planejavam destruí-la por ter se posicionado contra o governo getulista. Segundo Thiago Queiroz,

Os manifestantes decidiram destruir a sede do jornal na Lobo D'Almada. Avisados do motim, a matéria comenta que os diretores do jornal providenciaram do Exército uma patrulha que, “por azar”, se deslocou para a antiga sede, na Eduardo Ribeiro. Armados com espingardas e garrafas de vinho cheias de gasolina, os jornalistas se organizaram à espera dos manifestantes, fato que não ocorreu.²⁵³

O governo, junto da imprensa, buscava apresentar evidências que tudo estava sob controle e que as tensões vividas em outros estados, aqui não se encontravam. Todavia, não foi essa realidade vivida de fato. Além do empastelamento na sede do referido periódico, Manaus vivenciou as consequências políticas pelo afastamento da figura de Vargas quando Ruy Araújo, apoiado por Álvaro Maia, perdeu as eleições para Plínio Coelho, apresentando um novo projeto político trabalhista. Assim, afirma Amaury Junior:

Contudo, a morte de Vargas distanciaria Maia de um apoio mais contundente da cúpula do PTB nacional, o qual elegeria seu conterrâneo de Humaitá, Plínio Ramos Coelho, como governador. O ostracismo chegara a pôr fim a vida política de Álvaro Maia que voltaria entre 1955

²⁵¹ Plínio atuava como advogado do sindicato de estivadores.

²⁵² *A Crítica*, Manaus, 26 ago. 1954, p. 1.

²⁵³ QUEIROZ, Thiago Rocha. O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974). 2013. 165. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.21.

e 1966 a um profundo período de introspecção literária, retomando muito do que deixara de escrever desde os anos 1930.²⁵⁴

Apesar da ligação política de Maia e Vargas ter se estendido por muitos anos, conjuntamente, reafirmando e legitimando projetos políticos para o Amazonas, os últimos anos estavam caracterizados pelo industrialismo e trabalhismo que os divergiam de interesses para o prosseguimento econômico regional. Por outro lado, os ideais políticos do PTB, junto de Plínio, ganhavam cada vez mais espaço no estado. Sendo assim, a morte de Vargas, que desabrigou Maia politicamente, abriu espaço para uma nova estrutura de poder pautada no trabalhismo.

Por fim, podemos afirmar que o suicídio de Getúlio Vargas deixou uma enorme herança nacional, tanto aos seus apoiadores, como aos seus opositores. No que se seguiu após as eleições no Amazonas, o projeto de expansão do PTB e das políticas trabalhistas com Plínio progrediram massivamente no Estado. Inspirado copiosamente nas políticas varguistas, Coelho implantou uma política econômica apoiada na intervenção estatal, com maior assistência à população, bem como programas nacionalistas e sindicais com investimento na industrialização da região.

Da mesma forma, a imprensa também foi atingida por esta “herança” de Getúlio. Tendo sido ela um importante instrumento de informação e provocação durante todos os anos do governo e passou a sofrer seus ataques após a inesperada virada. Em suas páginas caracterizou tais manifestações populares, marcadas pela comoção, como resultado de rebeldes e baderneiros. Nesse movimento é que devemos compreender as relações políticas envolvidas e seus atores. Sendo ele o guia dos interesses da imprensa em caracterizar essas expressões populares como meros desordem, ou, até mesmo invisibilizar essas ações.

²⁵⁴ JUNIOR, Amaury Oliveira Pio. Álvaro Botelho Maia: um caboclo na política amazônica. In Trajetórias políticas na Amazônia Republicana. – Organizado por Auxiliomar Silva Ugarte; César Augusto Bubolz Queirós. – Manaus: Editora Valer, 2019; p. 78.

3. Capítulo 3 – O estado do Amazonas após o suicídio de Getúlio Vargas

A trágica morte de Getúlio Vargas reverberou intensamente nos recantos mais remotos do Brasil, trazendo consigo uma onda de mudanças e incertezas. Este acontecimento ímpar na história política brasileira marcou o término de uma era e o início de um período de reavaliação e reorganização do cenário político nacional. Ao mesmo tempo, desencadeou uma série de reflexões sobre o legado deixado por Vargas e os caminhos que a nação deveria seguir após sua partida. Neste contexto de transição e instabilidade, é essencial compreender as diversas facetas das repercussões desse evento emblemático e as implicações que teve para o destino do Brasil nas décadas seguintes, incluindo os impactos na vida política do Amazonas, especialmente no contexto das eleições iminentes. A política amazonense não ficou imune às ondas de transformação desencadeadas pela morte de Vargas, e as eleições que se aproximavam foram profundamente influenciadas por esse cenário de mudança e incerteza.

Assim, este capítulo tem como objetivo realizar uma análise da construção do processo-político eleitoral na região amazônica em preparação para o pleito de 1954, juntamente com a investigação dos discursos políticos presentes nos jornais *Jornal do Comércio* e *A Crítica*. Adicionalmente, pretendemos examinar o impacto do suicídio de Getúlio Vargas nesse contexto, estabelecendo conexões orgânicas com o cenário nacional discutido no capítulo anterior. Ao explorar as implicações locais desse evento singular na história política brasileira, visamos compreender como ele influenciou a dinâmica política regional e o desfecho das eleições.

Ao compreendermos a complexidade desses eventos e suas repercussões no âmbito estadual, poderemos vislumbrar não apenas as transformações políticas, mas também as nuances sociais que caracterizaram o estado do Amazonas após o suicídio de Getúlio Vargas. Este capítulo serve como um convite à reflexão sobre as diversas facetas desse período crucial na história brasileira, proporcionando uma visão mais abrangente do cenário político e social que se desdobrou no rastro da partida de um dos líderes mais emblemáticos do país.

É inegável que a transição abrupta decorrente do fim do governo Vargas gerou uma atmosfera de incerteza e reconfiguração política no Brasil. Com o trágico desfecho do governo Vargas, a ascensão de Café Filho à presidência do Brasil trouxe consigo a

promessa de estabilidade e continuidade, mas também a inevitabilidade de adaptações e realinhamentos no cenário político nacional. Nesse contexto, a transferência de poder para o vice-presidente Café Filho revelou-se como um ponto de virada crucial para o Amazonas, moldando as relações políticas e influenciando as dinâmicas locais de maneira inédita.

Na complexa trama política que culminou na eleição de 1950, Café Filho ascendeu à vice-presidência por meio de um intrincado acordo costurado entre Adhemar de Barros²⁵⁵ e Getúlio Vargas. Durante as negociações que antecederam as eleições, Adhemar assegurou o apoio do Partido Social Progressista (PSP)²⁵⁶ à candidatura de Getúlio. Em contrapartida, Adhemar exigiu que a indicação do vice-presidência fosse do PSP e que, quando lançasse sua própria candidatura nas eleições presidenciais de 1955, obtivesse o respaldo de Vargas. Assim, na peculiar dinâmica eleitoral da época, em que as eleições para presidente e vice eram separadas, Café Filho conquistou a vice-presidência com 2.520.750 votos, superando os 175.979 de Odilon Braga (UDN).²⁵⁷

Apesar de compartilharem a mesma chapa, a relação entre Getúlio e Café Filho nunca foi marcada pela confiança mútua. Ao longo da carreira, Café Filho expressou críticas às políticas implementadas por Vargas. O momento crucial dessa tensão ocorreu durante a crise de agosto, quando Café Filho em reunião em Vargas no dia 21 de agosto, sugeriu uma renúncia dupla, permitindo que o Congresso elegeisse um sucessor temporário para finalizar o mandato e acalmar as crescentes tensões no país. No entanto, Vargas rejeitou a proposta, reafirmando sua determinação em permanecer no poder, declarando que só morto deixaria o Catete.

Após 2 dias, no emblemático dia 23 de agosto, véspera do suicídio, Café Filho formalmente rompeu com Getúlio em um discurso proferido no Senado²⁵⁸. Segundo

²⁵⁵Ademar de Barros (1901-1969) foi um proeminente político brasileiro, conhecido por seus mandatos como prefeito da capital paulista e governador do Estado de São Paulo por dois períodos distintos. Ele também concorreu à presidência da república em duas ocasiões, nas eleições de 1955 e 1960. Em 1934, Ademar foi eleito deputado pelo Partido Republicano Paulista. Mais tarde, fundou o Partido Republicano Progressista, que posteriormente se transformou no Partido Social Progressista (PSP). Durante o Estado Novo, ele atuou como interventor do Estado de São Paulo. Em 1947, foi eleito governador de São Paulo e possuía uma grande influência na política nacional. Em 1955, candidatou-se à presidência da República pelo PSP, mas foi derrotado.

Governador de São Paulo que possuía uma grande influência na política nacional.

²⁵⁶ Café Filho (PSP) fundou o partido junto de Adhemar de Barros em 1946.

²⁵⁷ CAFÉ Filho. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>. Acessado em 8 de dezembro de 2023.

²⁵⁸ A Constituição brasileira de 1946 estabelecia que o presidente do Senado Federal era o vice-presidente da República. Essa disposição estava no artigo 44, que estabelecia a composição do Congresso Nacional e suas respectivas funções

Thiago Fidelis, apesar de sua filiação ao PSP, nesta fase, Café Filho já estava alinhado com a UDN e estaria muito mais ligado às demandas políticas desse grupo do que a demandas trabalhistas e sociais de seu partido²⁵⁹. Em discurso, o vice-presidente afirmava:

Expliquei a S. Exa. as razões do meu gesto. Narrei-lhe, com a sinceridade que a hora exige dos homens públicos, o resultado de várias conferências que eu mantivera. Expus-lhe a situação real do Governo dentro do Senado, que conheço através do convívio que aqui tenho. Revelei-lhe o teor de uma conversa em que o líder Gustavo Capanema fez comigo um balanço das forças dentro da Câmara dos Deputados (...) Transmiti-lhe o que tinha ouvido de chefes militares, especialmente dos Ministros da Guerra e da Marinha. De nenhum desses líderes, tanto das forças políticas como das forças armadas, (...) Daí a decisão que assumi na tarde de sábado, dia 21, indo à presença do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, para oferecer a contribuição única que de mim dependia, com base na minha própria renúncia. Assim agi na convicção de estar cumprindo o meu dever para com a Nação. S. Exa., depois de ouvir-me, disse que precisava pensar e prometeu-me uma decisão, que ontem me foi transmitida de modo negativo (...)²⁶⁰

Esse movimento simbolizou a perda de apoio de uma ala significativa do governo, composta por membros que, mesmo em discordância ocasional, mantinham seus acordos de sustentação política. Notavelmente, Café Filho optou por não comparecer à reunião ministerial ocorrida na madrugada de 23 para 24 de agosto, deixando Vargas com poucos apoiadores para defender sua permanência no poder²⁶¹. Esse momento foi crucial para a dinâmica política da época, evidenciando as fissuras no governo e prenunciando eventos subsequentes.

No amanhecer do dia 24 de agosto, após intensa pressão dos militares para a renúncia, Vargas suicidou-se. O cenário nacional de intensa comoção, principalmente na capital carioca, acuou a ofensiva militar que pretendia tomar o governo e assegurou a transferência da presidência para Café Filho. No entanto, as desconfianças com o novo presidente fizeram de imediato Café Filho emitir suas primeiras declarações afirmando que faria um governo de “coalizão nacional”, ou seja, com participação de membros de todos os partidos.²⁶²

²⁵⁹ FIDELIS, Thiago. Ato Final: Os últimos momentos do Governo Vargas (1954) pelos jornais O Estado de S. Paulo (OESP) e Última Hora (UH). *Cordi. Dimensões do Regime Vargas*, São Paulo, n. 18, p. 202-242, jan/jun. 2017, p. 225.

²⁶⁰ FIDELIS, Thiago. Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954-1956) / Thiago Fidelis, - São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 166.

²⁶¹ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964). 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 178.

²⁶² *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

Na busca por estabelecer um governo de coalizão, Café Filho meticulosamente estruturou o novo gabinete, reunindo diversos líderes vinculados à UDN, em sua maioria figuras públicas com uma perspectiva moderadamente conservadora. O Brigadeiro Eduardo Gomes assumiu a liderança do Ministério da Aeronáutica, enquanto o Almirante Amorim do Vale encabeçou a Marinha do Brasil, ambos notórios líderes da conspiração que pleiteava a renúncia de Vargas. Raul Fernandes, co-fundador da UDN, foi designado para o Ministério das Relações Exteriores, e Cândido Mota Filho, membro da UDN, assumiu o cargo de Ministro da Educação.

No contexto nacional de uma nova configuração política, permeado por incertezas, destaca-se a capital amazonense como cenário fundamental para a compreensão do processo político-partidário em preparação para as eleições de 1954. Caracterizado por uma configuração eleitoral singular, moldada por disputas internas de poder e influência, a iminência das eleições representava um período crucial para as lideranças em busca de ampliar sua influência política. Nesse sentido, propõe-se uma análise dos discursos políticos veiculados nos periódicos locais, visando compreender suas implicações dentro do contexto nacional. Esta abordagem permitirá uma compreensão mais aprofundada das estratégias e agendas políticas adotadas pelas lideranças regionais, em consonância com os desafios e dinâmicas políticas nacionais da época.

3.1.Os discursos pelo legado político de Vargas e a postura dos jornais no *post mortem*

As mensagens encaminhadas nos periódicos durante a primeira semana após a trágica morte de Vargas são aqui submetidas a uma análise profunda, tratando-as como bússolas que apontam para os interesses intrínsecos presentes nelas. Elas constituem uma parcela de um projeto mais amplo, indo além da mera expressão de opiniões e condolências, refletindo, ou não, os interesses dos próprios periódicos ou de seus editores. Nesse contexto, vale ressaltar as palavras de Jorge Ferreira:

O curioso é observar que o suicídio determinou que seus adversários iniciassem imediatamente o retoque na imagem de Vargas. O perfil até então construído teve que ser refeito - não coincidia com os atos que agora se revelavam, O homem tinha também grandeza, patriotismo, honestidade, e para alguns era um estadista. Assim, com um intervalo

de algumas horas, um novo retrato de Vargas começava a ser apresentado ao público.²⁶³

Portanto, as mensagens que serão objeto de nossa análise devem ser contextualizadas no âmbito da intencionalidade, sendo compreendidas como partes que buscam ressignificar suas ações. Elas não são meros discursos proferidos e reescritos nas páginas jornalísticas sem um propósito definido, mas sim componentes de uma ferramenta que almeja, antes de tudo, manipular os interesses do público e produzir um sentido específico.

Como vimos no capítulo anterior, o jornal *A Crítica* no Amazonas fora um importante pilar na oposição contra Getúlio nos últimos anos. Os ataques dos últimos meses eram contundentes, as manchetes exigindo a renúncia eram uma constante nas capas diárias. Assim, a tentativa de seu empastelamento, bem como a consternação local e nacional delineavam o contexto de sua produção pelos próximos dias e meses:

Todos tinham sedimentado uma imagem de Getúlio Vargas que era basicamente a de um homem que amava o poder, a do caudilho que lutava pelo poder pelo prazer de manipular, de mandar. Mas então, como explicar o suicídio? Diante da perplexidade que tornou conta de todos os jornais, houve a tentativa, por parte de alguns, de minimizar o acontecimento, dando destaque não ao suicídio mas à posse de Café Filho, como se este outro evento significasse um alívio, representasse enfim a solução da crise que estava polarizada na pessoa de Vargas. A posse do vice-presidente garantiria o restabelecimento da ordem e da paz.

Acrescente-se, contudo, à surpresa pelo suicídio uma outra, a da reação popular. Até a véspera o povo parecia aceitar a imagem que a imprensa divulgava, a de um presidente conivente com a corrupção, desprestigiado, odiado. Agora esse mesmo povo chorava a morte de seu líder e desencadeava uma enorme reação contra os seus opositores.²⁶⁴

Conforme mencionado por Jorge Ferreira, observou-se que alguns periódicos, como o *Jornal do Comércio*, imediatamente destacaram a posse de Café Filho. As manchetes da primeira semana, dão ênfase à transferência de poder ao novo presidente, às diferentes manifestações nacionais e às inúmeras homenagens por ele recebidas. A reorganização de um novo quadro de dirigentes do país era imediatamente buscada para apaziguar o desnorreamento que deixou o falecido presidente. “João Café Filho constituirá o seu governo de membros de todos os partidos políticos”²⁶⁵ era a nota que

²⁶³ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994, p. 44.

²⁶⁴ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994, p. 39.

²⁶⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

saíra ainda em primeira página no dia posterior ao suicídio, juntamente com uma nota biográfica de quem era o novo presidente.

No dia seguinte, o periódico estampa com destaque em primeira página a fala do presidente da Câmara, Nereu Ramos: “Deve, o novo presidente, ser apoiado por todos”²⁶⁶. Mais uma vez, observa-se a prioridade deste periódico em focar, naquele momento imediato, a transição pacífica de poder, em detrimento da notícia do falecimento do presidente. Essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa do jornal de desviar a atenção desse tópico, considerando o clima sensível nacional e o potencial impacto adverso que a cobertura direta do evento poderia ter em sua reputação.

Entre algumas homenagens e declarações sobre o falecimento de Getúlio, encontra-se na 4ª página uma curiosa fala do jornalista Hilario F. Alvares Neto que se assemelhará a momentos posteriores da “canonização” de Vargas:

Tecer neste ligeiro comentário, feito em momento de tão intensa comoção, elogiosa ao caráter de Getúlio Vargas, às magnificentes qualidades que o notabilizaram como hábil estadista e “condottiere” emérito, a par de excelsas virtudes que caracterizaram a bondade de seu magnânimo coração, seria repetir tudo aquilo que todos, unanimemente reconheciam e exaltavam, com a sinceridade que a gratidão e o respeito lhes era permitido.²⁶⁷

Nesta breve exposição, é evidente a transformação da memória decorrente de um acontecimento traumático. O jornalista refere-se a uma unanimidade que, até o momento do suicídio, não existia. A memória, portanto, é moldada e reconfigurada pelo impacto desse evento traumático, e os discursos são adaptados para se alinharem a esse novo contexto.

Alvares Neto parece apontar para uma mudança significativa na percepção coletiva de Getúlio Vargas após o ato trágico de seu suicídio. Antes desse episódio, a visão sobre Vargas era menos unânime, mais diversificada. No entanto, o trauma da perda parece ter unificado as perspectivas, criando uma narrativa mais homogênea em torno da figura do ex-presidente.

Esse fenômeno ressalta a dinâmica complexa entre eventos traumáticos e a construção da memória coletiva. O impacto do suicídio de Vargas não apenas influenciou a percepção imediata, mas também contribuiu para uma reinterpretação do passado, moldando a forma como as pessoas recordavam e enalteciam o líder político. Continua o jornalista então:

²⁶⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 ago. 1954, p. 1

²⁶⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 4.

Getúlio Vargas, oferecendo em holocausto a sua própria vida para evitar inútil derramamento de sangue do valoroso e altivo povo do Brasil, deu como essa extrema atitude, a prova insofismável de seu grande patriotismo e inexaurível amor a causa do engrandecimento da Pátria, que foi em toda a sua vida, o anelo supremo que orientou sempre suas atitudes e realizações.

Desapareceu fisicamente o homem, mas espiritualmente ele permanecerá presente em todas as ocasiões como um símbolo maravilhoso de amor e altruísmo [...] ²⁶⁸

Incorporando a mensagem da Carta de Suicídio de Vargas, o autor estabelece uma poderosa analogia entre a atitude do ex-presidente e o sacrifício de Cristo em prol da nação, equiparando-o a um mártir que doou sua vida pelo bem do povo. Apesar do tom apaixonado que permeia esse trecho, é imperativo reconhecer sua natureza como uma perspectiva específica, enraizada em um contexto histórico singular.

Este discurso não apenas homenageia Vargas, mas também evidencia uma disputa de memória, onde a referência ao “divino” e à potencial expansão da influência de Getúlio por meio de sua presença imaterial representa uma estratégia adotada por aqueles que desejam reivindicar seu legado. Um exemplo claro dessa abordagem é observado no discurso do candidato Plínio Coelho que proclamou sua disposição de lutar sob a “tutela espiritual de Getúlio”. ²⁶⁹

É fundamental reconhecer que essas manifestações são intrinsecamente ligadas a um momento específico na história, moldadas por nuances políticas e sociais da época. Uma análise crítica deve considerar não apenas o tom elogioso, mas também questionar as motivações por trás da utilização de elementos religiosos e espirituais na construção da narrativa em torno de Getúlio Vargas.

Como vimos no capítulo anterior, os discursos nos jornais são principalmente de políticos locais prestando suas condolências com falas consternadas e também reforçando a necessidade de “manter a calma”, devido ao cenário nacional que se mostrava um caos pelas inúmeras manifestações. O total de vítimas contabilizadas em todo território nacional já havia contabilizado 4 mortos e 53 feridos desde o começo dos distúrbios nacionais.

O cortejo fúnebre na capital nacional é descrito como um momento crucial de despedida, destacando-se como um catalisador de intensas emoções de despedida. No entanto, o relato do *Jornal do Comércio* pinta uma imagem de agitação e tumulto durante esse evento, caracterizando-o como um instante marcado por atos desordenados.

²⁶⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 4.

²⁶⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 6.

Ao mencionar que o cortejo foi “agitado por elementos interessados na sublevação da ordem pública”, o jornal sugere que houve intervenção de grupos cujos interesses estavam em desacordo com a manutenção da ordem. A nota destaca a ousadia desses “grupos exaltados” que desafiaram os cordões de isolamento impostos pela aeronáutica, resultando em confrontos com as patrulhas encarregadas de manter a ordem.

O jornal relata a necessidade de ações repressoras, como disparos para o alto e uso de bombas de gás lacrimogêneo, para conter a agitação e restaurar a ordem durante o cortejo. A acusação de que elementos comunistas foram responsáveis pelos distúrbios adiciona um componente político à narrativa, sugerindo uma tensão ideológica subjacente ao tumulto²⁷⁰.

Uma curta homenagem do Supremo Tribunal Federal também fora feita ao presidente José Linhares²⁷¹ que dizia:

os tristes acontecimentos e as circunstâncias várias que levaram o chefe do poder executivo ao ato extremo, encerrando sua atuação excepcional, abrem ensejo para todos os brasileiros a escolha do caminho mais elevados para os destinos da Nação. Cabe-nos, todos do Poder Judiciário, principalmente, unidos em um só pensamento, assegurar o respeito a Constituição, para a garantia dos direitos nela consagrados, afim de que todos os brasileiros possam ter existência, paz e confiança na justiça²⁷².

Diferentemente da maioria das homenagens direcionadas a Vargas, que exaltavam sua atuação e caráter, a fala do presidente Linhares aproveita para destacar a responsabilidade coletiva dos cidadãos para moldar um futuro promissor, mas também destaca a responsabilidade do Poder Judiciário, afirmando que cabe a todos, especialmente a esse poder, unirem-se em um só pensamento. Essa união visa assegurar o respeito à Constituição e a garantia dos direitos nela consagrados. Esse apelo sugere ainda a importância de manter a estabilidade institucional e o devido processo legal em meio às incertezas decorrentes do acontecimento trágico.

Outra significativa instituição que prestou suas homenagens foi a Associação Comercial do Amazonas (ACA). Voltada para os interesses comerciais do Estado, a ACA mantinha uma ligação primordial com as classes empresariais. A relação entre a

²⁷⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 ago. 1954, p. 3.

²⁷¹ **José Linhares** nasceu no Ceará, em 1886, e filho do coronel Francisco Alves Linhares. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas na Faculdade de Direito de São Paulo em 1908. No Supremo Tribunal Federal, foi eleito, em sessão de 2 de fevereiro de 1946, para a Presidência, correspondente ao triênio 1946/1949. Posteriormente, foi eleito novamente Presidente da Corte, em sessão de 2 de maio de 1951, sendo empossado na mesma data, e reeleito em 28 de abril de 1954, permanecendo no cargo até 29 de janeiro de 1956, quando aposentado por implemento de idade.

²⁷² *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 ago. 1954, p. 1.

associação e Getúlio Vargas era complexa devido às frequentes divergências de interesses²⁷³. Em uma sessão especial realizada em sua sede, os diretores da instituição reuniram-se para expressar suas homenagens ao ilustre falecido.

O *Jornal do Comércio* relata esse momento, destacando que, após “exaltarem a personalidade do ilustre morto”, os diretores deliberaram o envio de dois telegramas. O primeiro foi direcionado à família de Vargas, e o segundo ao então Presidente da República, João Café Filho. No segundo telegrama, além de expressar condolências, a direção aproveitou a oportunidade para reforçar os laços de confiança, declarando que confiava plenamente que “o governo chefiado pelo eminente patricio restituirá à família brasileira um ambiente de tranquilidade indispensável ao prosseguimento normal da vida do país”.²⁷⁴

É crucial ressaltar que a manutenção de uma relação harmoniosa entre o governo nacional e a ACA era imperativa, considerando os benefícios potenciais que poderiam ser gerados para impulsionar o setor comercial do Estado. Essa harmonia não apenas refletia a importância da cooperação entre entidades governamentais e setores privados, mas também evidenciava a compreensão mútua de que o fortalecimento do comércio seria benéfico para o desenvolvimento econômico da região.

É perceptível que as instituições nacionais e locais prontamente expressaram suas notas de pesar. No entanto, não foi encontrada nenhuma menção aos trabalhadores nas páginas do *Jornal do Comércio*. A única referência a eles surgiu no jornal *A Crítica*, em uma pequena nota na segunda página da seção “Notícias Sindicais”. Essa seção tinha a responsabilidade de informar diariamente sobre as audiências trabalhistas realizadas pela Justiça do Trabalho, além de convidar os trabalhadores a se envolverem no sindicalismo, argumentando que “são entidades de classe que, das coesas, garantem os direitos operários e as reivindicações sociais”.²⁷⁵

No dia 27, além do informe padrão sobre as audiências a serem realizadas, foi comunicado o retorno das atividades da Justiça do Trabalho, que estavam suspensas devido à morte do presidente. Por fim, uma nota destacou a figura de Vargas, afirmando que:

²⁷³ Durante a visita de Vargas à sede da Associação Comercial do Amazonas em 1940, a Revista da Associação Comercial refletiu a expectativa positiva por mudanças no cenário de abandono da capital. No entanto, destaca-se a ausência de propostas concretas para modernizar a produção econômica local. VER: À espera de Vargas: a recepção do “Discurso do rio Amazonas” entre as classes patronais. – Anderson Vieira Moura.

²⁷⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 27 ago. 1954, p. 1.

²⁷⁵ *A Crítica*, Manaus, 24 ago. 1954, p. 4.

Os trabalhadores de todo o Brasil choram o desaparecimento do presidente Getulio Vargas, promotor da organização sindical brasileira e de leis de proteção aos operários, tais, como a Lei das Oito Horas, do Repouso remunerado, de Férias, de Indenização por dispensa injusta, de Aposentadoria, do Salário Mínimo, da Participação nos lucros das empresas, de Previdência Social, do Aviso Previo e outras que vieram melhorar consideravelmente a situação dos menos favorecidos pela fortuna.

Justo, portanto, é o pesar evidenciado pelas classes trabalhadoras do Brasil, que, tinham no eminente presidente Vargas, o seu patrono e amigo.²⁷⁶

É importante observar que no processo de mitificação de Vargas, que se desenvolveu ao longo de sua trajetória no governo, andou de mãos dadas com suas ações efetivas, especialmente aquelas direcionadas aos trabalhadores. Como Karen Nunes e Mônica Pegoraro destacaram, as campanhas publicitárias em prol dos direitos trabalhistas não teriam atingido êxito e prestígio sem a efetiva realização dessas medidas. Portanto, a homenagem prestada pelos trabalhadores verdadeiramente reconhece e descreve essas conquistas.²⁷⁷

No meio das homenagens póstumas que enalteciam a figura de Vargas, destacou-se um extenso protesto redigido por Alda Maria V. R. Leitão, membro da Ação Católica²⁷⁸. Sob o título expressivo “Protesto”, o texto manifesta considerável descontentamento em relação à “exploração que ultimamente, de maneira insistente, se avoluma em torno da Igreja, especialmente da Ação Católica, em benefício de interesses políticos e propaganda”²⁷⁹.

O texto defende a independência da Ação Católica em relação aos partidos políticos, afirmando que ela não era um partido e muito menos um “rotulário para explosões do momento”. Sem especificar quais políticos estavam envolvidos ou o que estavam dizendo, o texto busca denunciar partidos políticos que se aproveitavam do momento de consternação para falar em nome da Ação Católica. Acrescenta ainda que

“o futuro demonstrará á evidencia se o catolicismo de que tanto se orgulham em proclamar agora, é fruto apenas de um oportunismo inconfessável, de uma educação sentimental, ou resultado de convicções profundas, decididas a terçar armas a descoberto”²⁸⁰.

²⁷⁶ *A Crítica*, Manaus, 27 ago. 1954, p. 2.

²⁷⁷ NUNES, Karen Dayanne. PEGORARO, Mônica Renata Schmidt. O Ministério do Trabalho e o trabalhismo. In. *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio/ Organizadores: André Barbosa Fraga. Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2023, p. 216.*

²⁷⁸ Visava ampliar a influência da Igreja Católica na sociedade. Possuía membros como Leopoldo Peres, Antovilla Vieira, Felix Valois, Moacir Dantas.

²⁷⁹ *A Crítica*, Manaus, 27 ago. 1954, p. 4.

²⁸⁰ *A Crítica*, Manaus, 27 ago. 1954, p. 3.

Inicialmente, é desafiador mensurar qual seria o contexto desse “oportunismo” mencionado no protesto; no entanto, uma nota no dia seguinte pode nos dar uma dimensão do que estava acontecendo na cidade. A nota no periódico informa que a Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro divulgou anteriormente ter “fundamento canônico para a celebração de missas pela alma do Dr. Getúlio Vargas”, entretanto, a nota entrava em conflito com a atitude tomada pela autoridade Arquidiocesana de Manaus, que se recusava a permitir a celebração de exéquias solenes. Nessa nota, uma nova atitude é tomada pela Cúria do RJ permitindo as missas apenas em caráter particular, ou seja, “sem pompas litúrgicas e sem convites”, sendo os sacerdotes obrigados a recusá-las caso ocorressem.

Essa postura da Arquidiocese de Manaus se insere em um cenário mais amplo da Igreja Católica no Brasil, que, durante grande parte do século XX, mantinha uma visão estrita sobre o suicídio, conforme o entendimento canônico vigente. O suicídio era considerado um pecado mortal, o que justificava a restrição ou até a negação de certos sacramentos, como a missa de sétimo dia, para aqueles que haviam tirado a própria vida. Essa posição, que tinha suas raízes na moral católica tradicional, visava enfatizar a sacralidade da vida e a condenação de atos que interrompessem voluntariamente a existência.

No entanto, ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar o caráter político dessa decisão. A relação entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica passou por momentos de proximidade e distanciamento. Nos primeiros anos de seu governo, Vargas buscou o apoio da Igreja, introduzindo medidas que favoreciam a instituição, como o ensino religioso nas escolas públicas e a legitimação de casamentos religiosos. Contudo, à medida que o contexto político brasileiro se tornava mais instável, e especialmente durante os anos finais do Estado Novo, a relação entre Vargas e a hierarquia católica se tornou mais complexa e, em alguns casos, tensa.

Portanto, a decisão da Arquidiocese de tratar a morte de Vargas sem diferenciação reflete tanto o contexto doutrinário quanto o político da época. Enquanto a doutrina católica sobre o suicídio começaria a ser flexibilizada apenas nas décadas posteriores, a abordagem da Arquidiocese pode ser entendida também como uma tentativa de evitar qualquer implicação política ou privilégio, garantindo um tratamento igualitário a todos os cidadãos, conforme os preceitos da fé.

Os autores Giovane Balbino e Marco Balbin, afirmam que, durante o Estado Novo, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo como organizadora social

entre as camadas operárias. Buscou manter o operário sob a tutela da moral cristã, ao mesmo tempo em que o afastava das ideologias comunistas. Essa dinâmica complexa entre Vargas e a Igreja contribuiu para entender a postura adotada pela Arquidiocese de Manaus diante das celebrações em homenagem a Getúlio Vargas.²⁸¹

É evidente que, durante a primeira semana, ambos os periódicos se concentraram nas homenagens póstumas a Vargas. O *Jornal do Comércio* destacou principalmente notícias oficiais de instituições nacionais, dando destaque à transição de poder em vez do suicídio em si. Em contraste, o jornal *A Crítica* dedicou menos espaço à transição de poder, concentrando-se na exaltação da figura de Vargas por meio das homenagens locais.

Apesar dessas diferenças, ambos os jornais abordaram a reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado após os três dias oficiais de luto. Nessa ocasião, todas as bancadas expressaram seu pesar, enaltecendo a personalidade do extinto presidente e sua “bravura cívica”. O deputado Alexandre Montoril, representando a bancada do PSD, proferiu uma oração reconhecendo a grandiosidade de Vargas perante a História. Em seguida, citou o ensinamento que sua morte proporciona à nação, destacando que “a morte de Getúlio nos apresenta uma nova concepção de suicídio, quando este é praticado para salvar a honra e a dignidade de um povo e do regime democrático”.²⁸²

Outro discurso notável e escrito na íntegra em ambos os periódicos, foi o proferido pelo deputado Ney Raiol, líder do PDC na Assembleia Legislativa, que também interpretou o suicídio como um ato heroico para a nação. Ele declarou que “quaisquer que tenham sido as razões invocadas pelo ex-presidente e que o levaram ao ato extremo do suicídio, ressaltam sua bravura cívica e sua dignidade pessoal, nada obstante nunca terem sido postas em dúvida”²⁸³. O deputado prosseguiu o discurso exaltando a figura do presidente para pôr fim utiliza-lo como exemplo máximo de governança ao aconselhar dizendo que:

as últimas palavras do ínclito presidente Vargas sirvam de advertência aos homens que dirigem os destinos do Brasil e que transformem em amor, em renúncia, em virtudes, o ódio que tenha sobrepairado sobre a figura do homem cujo desaparecimento estamos lamentando nesta hora; e que o Brasil siga seu destino fulgurante, de trabalho e de progresso, pois êsse sempre foi o supremo ideal de Getúlio Vargas.²⁸⁴

²⁸¹ BALBINO, Giovane Silva. BALDIN, Marco Antonio. Igreja Católica. In. Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio/ Organizadores: André Barbosa Fraga. Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2023, p. 61.

²⁸² *A Crítica*, Manaus, 28 ago. 1954, p. 1.

²⁸³ *A Crítica*, Manaus, 28 ago. 1954, p. 2.

²⁸⁴ *A Crítica*, Manaus, 28 ago. 1954, p. 2.

Segundo o deputado, o ato extremo tomado pelo ex-presidente representou um sacrifício em prol de um bem maior, caracterizando-se como um ato de coragem, um gesto heroico e altruísta, onde a máxima era se sacrificar pelo povo. De acordo com a explicação de Bibiana Dias, referenciando Durkheim, o suicídio pode ser categorizado em três tipos: egoísta, anômico e altruísta. Neste caso, Vargas se enquadraria na categoria de suicidas altruístas, executando o ato ao abdicar de si mesmo, de sua vida, em nome do outro, no caso, do povo brasileiro.²⁸⁵

Para compreender a simbologia do heroísmo que justifica esses atos, podemos recorrer à lógica da honra heroica, onde para o herói é “tudo ou nada”:

“A pronta morte, quando assumida, tem sua contrafação: glória imortal, aquela que a gesta heroica louva. Ultrapassa-se a morte, acolhendo-a ao invés de a sofrer, tornando-a a aposta constante de uma vida que toma, assim, valor exemplar e que os homens a celebração. A verdadeira morte é o esquecimento, a obscura indignidade, a ausência de fama (...). Bela, a morte heroica é celebrada na cadeia contínua das gerações vindouras. A biografia que a morte conclui a torna inalterável. Tornada lendária, a figura do herói tece uma tradição.”²⁸⁶

Esse *valor exemplar* é atribuído ao presidente após o suicídio. A “glória imortal” fica evidente pelas falas aqui citadas, em especial às proferidas na Assembleia Legislativa que falava entre pares. Ressaltar o legado deixado por Vargas era evidenciar o caminho o qual deveriam seguir os homens públicos do Amazonas e do Brasil. E, conforme os discursos, manter os ideais políticos para seguimento da tradição trabalhista.

De modo geral, os dias subsequentes à morte do ex-presidente foram marcados pela busca pela restauração da estabilidade em meio às incertezas de um novo governo e pela sensibilidade diante de uma perda significativa. O mês de agosto chegava ao fim, renunciando as eleições de outubro, e os dias seguintes seriam cruciais para as movimentações das lideranças políticas locais, tornando-se o momento oportuno para a reestruturação das oposições. Mesmo com a partida de Vargas, veremos que sua influência política e midiática continuará latente por muitos anos.

3.2.O suicídio de Vargas: crise política e as eleições no Amazonas

²⁸⁵ DIAS, Bibiana Sodré. A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mistificação post-mortem no jornal Correio do Povo de Porto Alegre. 2011. 150 f. Dissertação (Dissertação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 78.

²⁸⁶ MATOS, Olgária Chain Féres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. Tempo Social, v. 6, n. 1-2, p. 83-90, 1994, p. 84.

A disputa política para o pleito de outubro já se encontrava em pleno vigor no Amazonas quando foi abruptamente interrompida pelo impacto do suicídio de Getúlio Vargas. Diante da incerteza que se instaurou, Café Filho assegurou à população que as eleições seriam mantidas. Nesse contexto, era apenas uma questão de tempo até que os candidatos retomassem suas agendas, adotando a devida cautela, e os veículos de comunicação voltassem a acompanhar de perto esse momento delicado.

A disputa, que tinha Ruy Araújo como candidato da coligação formada pela UDN, PSD, PDC e PTN, estava posicionada contra Plínio Coelho, candidato do PTB. Conforme mencionado anteriormente, o PTB e o PSD romperam ainda em 1951, desfazendo a aliança que havia elegido Álvaro Maia para o governo do Amazonas. Nesse contexto, Ruy Araújo emergia como o representante da continuidade política de Álvaro Maia, enquanto Plínio Coelho personificava o fortalecimento dos ideais trabalhistas, estruturados desde o início daquela década.

Para compreender adequadamente o impacto do suicídio de Vargas nas direções políticas do Amazonas, é essencial analisar os acordos e desacordos políticos que foram estabelecidos antes do pleito de outubro, bem como a posição dos periódicos. Para isso, utilizaremos como recursos os jornais *A Crítica* e o *Jornal do Comércio*²⁸⁷, os quais detalharam a formação das alianças partidárias para as eleições, assim como a postura adotada por esses jornais em relação aos candidatos

A imprensa amazonense desempenhou um papel ativo neste pleito eleitoral, desde a fase de organização até o desfecho final. O periódico *A Crítica*, ao tecer suas críticas à oposição, acompanhou de perto a formação das candidaturas de cada partido desde o início do ano.

As movimentações partidárias estavam em andamento desde o ano anterior, ficando cada vez mais claras no ano seguinte. Em uma nota datada de 3 de maio de 1954, o jornal relatou que os pessedistas ainda estavam em busca de um nome para lançar como candidato, considerando as opções de Nogueira da Mata e Paulo Marinho. Curiosamente, até aquele momento, o nome de Rui Araújo não havia sido mencionado. Ao mesmo tempo, a notícia informava sobre a agendada convenção do PTB para o dia 13 de maio, que oficializaria o candidato do partido. No entanto, a convenção foi adiada devido ao pedido do ex-ministro João Goulart, presidente do Diretório Nacional do PTB, solicitar o adiamento para o dia 22. O periódico também mencionou que Plínio Coelho estaria

²⁸⁷ Este será analisado a partir do mês de Julho apenas, que é a partir de quando está disponível na Hemeroteca Nacional.

acompanhando “Jango” em uma missão presidencial, evidenciando a proximidade entre o candidato amazonense e o ex-ministro do Trabalho de Vargas.²⁸⁸

Enquanto o PTB já dava sinais claros que Plínio Coelho seria o candidato do partido, o PSD buscava construir alianças que pudessem rivalizar com a força do candidato da oposição. Em entrevista, Álvaro Maia fora questionado se o partido já possuía candidatos, momento em que se deteve apenas em informar que a “a indicação do governo do Estado aos postos eletivos cabe ao diretório do partido. No caso do PSD como está nas conclusões do convenio entre PSD-UDN, o nome do candidato deverá ser consultado ao partido aliançado”²⁸⁹. Fica claro que o partido estava ainda analisando um nome de grande influência que desse continuidade ao projeto alvarista, e que pudesse ainda, fazer frente às forças trabalhistas do PTB. Essa era uma difícil missão visto que o nome de maior esteio do partido, até aquele momento, havia sido Álvaro Maia, que possuía grande prestígio entre as classes conservadoras do estado.

Conforme enfatizado por Eloína Santos, Álvaro Maia iniciou em 1930 como um “estranho no ninho”. No entanto, com uma economia voltada para o comércio e o extrativismo, ele conquistou amplo apoio das classes conservadoras. Sua relação com o Poder Judiciário, seu processo de reorganização política e suas tentativas de impulsionar a economia do Estado granjearam-lhe grande prestígio entre setores representativos, atraindo militares, políticos, jornalistas e intelectuais da época para seu círculo.²⁹⁰

Durante o Estado Novo, Maia implementou o projeto centralizador de Vargas, coordenando a nova economia extrativista. Devido a essa habilidade, Maia consolidou sua posição tanto no Estado quanto junto ao governo nacional. Assim, nas eleições de 1954, o desafio do partido era encontrar um candidato capaz de dar continuidade ao prestígio construído por Maia e ao legado do PSD, tornando-se, portanto, uma tarefa desafiadora para o partido.

Curiosamente, um dia antes dessa reportagem com Álvaro Maia, o jornal *A Crítica* passa a inserir diariamente, em sua segunda página, o título “Ruy Araujo. Possui franqueza e lealdade nas suas virtudes cívicas e morais, no seu respeito à família e à sociedade, no seu repúdio àqueles que furtam e que se venalizam – Um homem de brio

²⁸⁸ *A Crítica*, Manaus, 03 mai. 1954, p. 1.

²⁸⁹ *A Crítica*, Manaus, 15 mai. 1954, p. 1.

²⁹⁰ SANTOS, Eloína Monteiros dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Editora Universidade Federal do Amazonas, 1997, p. 143.

que diz apenas: SIM ou NÃO – Ruy Araujo – um CANDIDATO QUE MERECE O VOTO CONSCIENTE.”²⁹¹

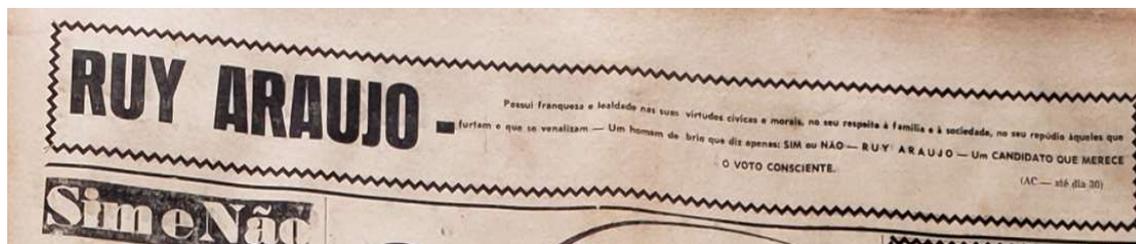


Figura 3- A Crítica, Manaus, 14 maio. 1954, p. 2.

Inicialmente sem vinculá-lo a qualquer partido político ou posição específica, o periódico endossa o candidato. Para compreender esse apoio, é imprescindível considerar a relação preexistente entre a família Calderaro e Ruy Araújo. Nesse contexto, a eventual vitória de Ruy Araújo traduziria benefícios para o jornal, pois, como vimos anteriormente, havia uma relação familiar envolvida, onde Ritta Araújo²⁹², era sobrinha de Ruy Araújo, relação essa que rendera bons frutos ao periódico anteriormente.

Com a candidatura de Plínio lançada em convenção do PTB no dia 22²⁹³ – sem a presença de João Goulart – era hora que acelerar o processo de escolhas dos outros partidos, principalmente PSD e UDN. Esta última, de acordo com o periódico, chegou a ser procurada pelo deputado Plínio Coelho, afim de efetuar um acordo entre trabalhistas e udenistas, onde era ofertado uma vaga na chapa para o Senado e o PTB entregaria ainda para “a UDN quatro lugares na deputação Federal”. Acordo esse que não fora aceito.²⁹⁴

Além da UDN, o periódico também abordou outros dois possíveis acordos buscados por Plínio: PSP e PDC. Conforme relato do jornal, este era considerado um “furo” de notícia, confirmado após uma entrevista com o deputado Aureo Melo, presidente do PTB. Durante a entrevista, Melo afirmou que “ambos os partidos possuem afinidades políticas com o PTB, e acredita que, unidos, as chances de vitória seriam ampliadas”. Ao ser questionado sobre um possível acordo entre PTB e PSD, sem qualquer

²⁹¹ A Crítica, Manaus, 14 mai. 1954, p. 1.

²⁹² Esposa de Umberto Calderaro. Ambos responsáveis pela criação do jornal.

²⁹³ Em uma nota sobre a Convenção do PTB, o jornal A Crítica concentra-se exclusivamente em destacar o descontentamento da Ala “Vivaldismo”. Segundo o periódico, a convenção não atingiu os resultados desejados pelos convencionais, pois os membros da Ala Vivaldista perceberam uma “tendência de eliminação”. E, se isso fosse verdadeiro, Plínio ficaria significativamente “desfalcado”.

²⁹⁴ A Crítica, Manaus, 26 mai. 1954, p. 1.

comentário, ele respondeu apenas que a pergunta era “ociosa”. Por fim, a entrevista conclui exaltando a candidatura de Plínio, afirmando que a “plataforma política apresentada por Plínio Coelho, que será brevemente publicada, deve ser lida e meditada por todos os que, baseados no seu passado impoluto, desejarem dias melhores para o Amazonas”.²⁹⁵

É importante observarmos os eventos políticos no Amazonas durante as eleições de 1950, quando as alianças entre PTB e PSD levaram à eleição de Álvaro Maia para o governo estadual e Plínio Coelho como deputado. Entretanto, essa aliança, que posteriormente se desfez, teve implicações significativas para a nova conjuntura em 1954. Com o rompimento desses acordos e o crescimento do trabalhismo, o PTB buscou novas alianças para enfrentar a influência do PSD, que por tantos anos esteve consolidada no estado.

Movimentos como esses de rupturas de antigas alianças formadas no pleito de 1950 não foram exclusivas no Amazonas. O historiador Daniel Francisco da Silva analisando as organizações e reorganizações políticas de Pernambuco em 1954, nos fornece um importante material de comparação. Naquele ano, UDN e PTB firmaram uma aliança que fora construída desde o último pleito, após o rompimento de Agamenon Magalhães (PSD) com Getúlio Vargas. As articulações dos partidos, apesar de antagônicos no cenário nacional, visavam fazer frente à hegemonia do PSD no Estado, representado pela figura de Agamenon, Etelvino Lins (sucessor de Agamenon após seu falecimento em 1952) e Cordeiro Farias – candidato ao pleito de 1954 pelo PSD – contra João Cleofas, representando a coligação UDN-PTB.²⁹⁶

Dessa forma, as dinâmicas regionais devem ser compreendidas à luz de suas articulações políticas específicas, que se entrelaçam e desvinculam a cada novo pleito, orientadas por interesses particulares.

Enquanto PTB já possuía seus candidatos à sucessão, PSD ainda buscava um nome para a sucessão de Álvaro Maia ao governo do estado, um nome que, de acordo com o jornal *A Crítica*, não fosse “inferior aos candidatos da oposição”²⁹⁷. Por outro lado,

²⁹⁵ *A Crítica*, Manaus, 29 mai. 1954, p. 1.

²⁹⁶ Silva, Daniel Francisco da. Os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Pernambuco*: a (re) organização política em Pernambuco após a morte de Getúlio Vargas em 1954. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

²⁹⁷ *A Crítica*, Manaus, 11 jun. 1954, p. 1.

para o senado, o nome de Maia já estava certo, contando ainda o apoio de Getúlio, como afirma o periódico:



Figura 4: A Crítica, Manaus, 11 de Junho. 1954, p. 1.²⁹⁸

Fica evidente as cisões internas do PTB quando Vivaldo Lima, um ferrenho getulista, declara apoio a Maia, ainda que este fosse de outro partido. Novamente a dinâmica partidária fica alheia em relação as disputas internas inerentes ao contexto político que se formara desde o último pleito. Essa divisão custara caro ao PTB que se via em uma constante instabilidade interna.

É interessante notar que, até o início do mês de junho, tanto os representantes do Partido Social Democrático (PSD) quanto os do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) incluíam o nome de Vargas em suas campanhas políticas. Segundo relatos de Tavares Neto, em um telegrama datado de 7 de junho enviado por Leopoldo Melo e Plínio Coelho a Vargas, os representantes do PTB estavam ativamente envolvidos em campanhas no interior do Estado, em municípios como Itacoatiara, Parintins, Maués e Borba, exaltando a figura de Vargas.

²⁹⁸ RIO, 10 – URGENTE – (Telepress) – Conferenciaram demoradamente hoje, no Senado, os srs. Severiano Nunes e Vivaldo Lima. O senador trabalhista informou ao sr. Severiano Nunes, que estava em conversações com o Presidente Getúlio Vargas, acerca do momento político do Amazonas. O Senador Vivaldo Lima, não deixará o P.T.B.A mas, a sua posição política será de apoio ao Governador Álvaro Maia, mesmo porque o próprio presidente Vargas, virá apoiar o chefe do Executivo Amazonense.

Ao vincularem suas campanhas à figura do presidente, os representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) buscavam, de forma estratégica, dissociá-lo de Álvaro Maia, que há anos mantinha uma estreita associação com Vargas. No entanto, em 11 de junho, conforme evidenciado pela manchete anteriormente mencionada, observa-se o apoio de Vargas a Maia. Essa disputa pela imagem do presidente torna-se menos proeminente à medida que ele perde apoio no cenário nacional. Nos meses seguintes, os candidatos deixam de mencionar Vargas em suas campanhas, indicando um distanciamento gradual do legado político do presidente que estava cada vez mais perdendo apoio nacional.

Findando o mês de junho ainda sem divulgar oficialmente os candidatos, o PSD recebeu outro importante acordo: a UDN amazonense apoiaria Ruy Araújo, caso esse nome fosse apresentado pelo PSD na próxima convenção. Assim, em uma reunião ocorrida na noite do dia 21 naquele mês, os membros do diretório udenista juntamente com seu líder, Severiano Nunes, analisaram “com simpatia a candidatura Ruy Araújo ao governo do Estado”, e confirmaram seu apoio à esta candidatura. A nota que informara sobre essa reunião, finaliza afirmando que:

essa decisão que veio afastar possíveis dúvidas em torno à homologação da candidatura Ruy Araújo, veio movimentar os círculos políticos locais que aguardam com interesse a reunião a se realizar possivelmente a noite de hoje, na sede do Partido Social Democrático, quando deverá ser apresentado o nome do dr. Ruy Araújo para candidato ao Governo do Estado.²⁹⁹

Tudo indicava, então, que o nome de Ruy Araújo possuía influência tanto dentro do próprio partido quanto externamente. Esta era uma conquista importante, considerando que o PTB, liderado por Plínio Coelho, representava uma oposição robusta dentro do estado e seria necessário um amplo apoio para enfrentá-la. Assim, a candidatura de Ruy Araújo ao governo do Estado e de Maia ao Senado parecia ser um consenso que o partido havia alcançado, demonstrando uma posição que não era “inferior à oposição”.

Dessa forma, para concorrer ao senado pelo PSD, Álvaro Maia teve que deixar o cargo de governador do estado antes do término de seu mandato³⁰⁰. Analisando o telegrama enviado por Maia ao presidente da República, Tavares Neto relata que este expressou intensos elogios ao presidente e à sua “assistência prestada ao Amazonas”,

²⁹⁹ *A Crítica*, Manaus, 22 jun. 1954, p. 1.

³⁰⁰ O cargo vago foi assumido pelo presidente da Assembleia Legislativa, Raimundo Nicolau da Silva (PSD), que permaneceu no cargo até a realização das eleições indiretas em 26 de julho. Os candidatos nessas eleições eram Paulo Marinho e Philadelpho de Moraes, sendo Paulo Marinho o vencedor e encarregado de concluir o mandato de Álvaro Maia como governador.

indicando certo interesse em esperava receber de volta, o apoio para sua candidatura ao Senado.³⁰¹

Elogios exuberantes também foram direcionados a Maia pelo periódico *A Crítica* ao noticiar sua saída. “Serenos e justo, certo do dever cumprido, Álvaro Maia deixa hoje o governo de sua terra”, é como sua saída é anunciada, em um texto repleto de elogios à sua atuação. Ele é descrito como um “governador e homem do povo”, sendo que, segundo o periódico, ele alcançou excelência em ambas as funções, graças à sua maturidade.³⁰² Por fim, um cartaz em homenagem à Álvaro Maia que toma uma página inteira é publicado na última página:



Figura 5: *A Crítica*, Manaus, 25 de Junho, 1954, p. 6

Contrapondo a afirmação do jornal, o último governo de Maia foi marcado por graves problemas financeiros. A produção da borracha ainda era o principal esteio econômico, o que causava grande instabilidade devido à sua queda nos últimos anos. A persistência em uma economia extrativista, em contraposição a um projeto nacional de industrialização, abria espaço para críticas contundentes da oposição, que passou a utilizar o desequilíbrio financeiro como argumento nas campanhas.

De toda forma, o PSD estava construindo sua coligação para atingir o sucesso nas eleições de outubro. Assim, após confirmado o nome de Ruy Araújo como candidato pelo PSD-UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC) resolve, por unanimidade, declarar apoio

³⁰¹ TAVARES NETO, Tavares Neto. Os momentos finais do Estado Novo no Amazonas: movimento queremista, reordenamento político-partidário e as eleições de 02 de dezembro de 1945. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 139-158, jan./abr. 2022, p. 92.

³⁰² *A Crítica*, Manaus, 25 jun. 1954, p. 1.

à candidatura de Araújo, afirmando que o partido reconhecia “naquele digno cidadão um candidato capaz de, se eleito, conduzir o nosso Estado a bons destinos, com as graças de Deus”.³⁰³

Fica evidente pela doutrina do partido, bem como pela fala de Fueth Paulo Mourão, presidente do PDC, que os princípios cristãos eram considerados. Tendo em vista as frequentes acusações nos últimos anos de Plínio Coelho ser comunista, esse aspecto tornava-se crucial para justificar o apoio declarado e a formação da coligação proposta.

Observa-se ainda, que é a partir desse novo acordo com o PDC que dar-se início ao apelo cristão à candidatura de Ruy Araújo. Buscou-se nesse momento relacionar a figura de Araújo como um fiel à igreja, em contraposição a Plínio, o “comunista” que era contra os valores da família. Isso fica evidente na pequena nota no final da primeira página do periódico que passa a ser veiculada diariamente:



Figura 6: A Crítica, Manaus, 02 jul. 1954, p. 1.³⁰⁴

Percebe-se que as representações anticomunistas eram empregadas por grupos conservadores com o intuito de criar uma narrativa de um inimigo a ser combatido. Essa estratégia se valia de aspectos negativos para caracterizar seus opositores e minar sua credibilidade perante a sociedade. Conforme afirmado por Davi Abreu, considerando o comunismo como um movimento ateu e a igreja como defensora da cristandade, o conflito entre ambas as ideologias era evidente desde sua concepção³⁰⁵. Portanto, essa profunda divergência era explorada pelos meios de comunicação ao retratar seus candidatos para o pleito de outubro.

Por outro lado, assim como no âmbito nacional a aliança entre PSP e PTB estava delineada, os partidos locais buscavam negociar para que o PSP aceitasse apoiar a candidatura de Plínio Coelho. O periódico *Jornal do Comércio* chega a veicular uma notícia acompanhando as negociações. Na nota é informado que os partidos estavam em

³⁰³ *A Crítica*, Manaus, 28 jun. 1954, p. 1.

³⁰⁴ O comunismo lutarã com todas as forças de Que Possa lançar mão para impedir a eleição de RUY ARAUJO ao Governo do Amazonas. Eleitor amazonense, pensa na tua família, no futuro de teus filhos, na tranquilidade do teu lar, votando em RUY ARAUJO, o candidato que, acima de tudo, obedece ao lema: Deus e Família.

³⁰⁵ ABREU, D. M. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). *TEMPORALIDADES*, v. 12 n. 3, p. 408-435, 2020, p. 416.

entendimento a respeito do apoio, e que o PSP fazia grandes exigências, tais como a Prefeitura e as Secretarias do Interior e Justiça e Educação e Saúde, bem como os respectivos Departamento, além da presidência da Assembleia, uma vaga de senador e três deputados federais. Por outro lado, a contraproposta do PTB era a Secretaria da Prefeitura, vice-presidência da Assembleia e a 1º secretaria, a Chefia de Polícia e o Departamento de Educação e Cultura³⁰⁶. Os partidos não conseguiram entrar em acordo, de forma que o PSP indicou o nome de José Francisco da Gama e Silva ao governo.

Fica claro que o PTB não conseguira ancorar nenhuma aliança partidária para aquele pleito. Para Tavares Neto isso se deve devido a instabilidade que caracterizou o partido nos últimos anos, marcado por constantes cisões internas e externas, logo, não havia garantias que os acordos partidários seriam de fato cumpridos³⁰⁷. Adicionalmente, é plausível considerar a apreensão que envolvia a figura de Coelho. Notadamente identificado como um candidato alinhado aos princípios trabalhistas, seu perfil suscitava inquietações em um contexto marcado por uma postura anticomunista proeminente, sendo frequentemente objeto de questionamentos quanto a suas práticas políticas, percebidas como passíveis de serem associadas ao ideário comunista.

Após um longo período de negociações entre os partidos, permeado de especulações e acordos, as negociações para o pleito se concretizaram, por fim, no dia 10 de julho. Neste dia fora realizada a convenção que oficializou a coligação PSD/UDN/PTN/PDC, nomeada de Aliança pela Democracia Cristã. O pessedista Ruy Araújo concorreria ao governo do estado, enquanto Álvaro Maia e Severiano Nunes disputariam para o senado.

É a partir desse momento, quando se concretizam os respectivos adversários, que as disputas ficaram mais evidentes com constantes acusações nas páginas jornalísticas. Cinco dias depois, a partir do dia 15 de julho, o periódico *A Crítica* inaugura uma nova sessão em suas páginas, intitulada “PELA DEMOCRACIA CRISTÃ. RESPONSABILIDADE: PSD, UDN, PDC, PTN”. Nessa sessão é onde ficara localizado às campanhas de promoção da imagem de Ruy Araújo, mas, mais ainda as inúmeras acusações à oposição, marcadamente na figura de Plínio Coelho e o trabalhismo.

³⁰⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 02 jul. 1954, p. 1.

³⁰⁷ TAVARES NETO, Tavares Neto. *Entre Democracia e Autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967)*. 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, p. 97.

O início dos insultos se dá no dia 15, com o título “Recalques do Trabalhismo”. Sem mencionar o nome do seu adversário, a nota fala a respeito de calúnias feitas pela oposição a respeito da recente convenção. Aproveitando para elevar a figura do “grande líder Álvaro Maia”, os partidos prometem uma campanha limpa, que fugirá dos “ataques pessoais”, “insultos inúteis que nada constroem”. Por fim, finaliza clamando pela “causa cristã”, afirmando que “muitos e muitos, às escuras, embuçados, trama contra a vida de nossa Pátria e estes estão protegidos pela legenda adversaria. Cuidado”.³⁰⁸

Com a delimitação dos territórios políticos e o aprofundamento das campanhas, torna-se factível não apenas discernir as propostas políticas de cada partido e seus respectivos programas de desenvolvimento, mas também identificar os pontos frágeis que serão explorados como estratégias pela oposição. O processo eleitoral se revela multifacetado, destacando-se, entre suas nuances, a habilidade de escrutinar o passado e empregá-lo como instrumento de ataque contra o adversário. Ao analisar o processo das eleições a partir da perspectiva da nova história política, René Rémond aprofunda-se em alguns aspectos essenciais que só o estudo das eleições pode nos trazer, afirmando assim que:

[...] o político está longe de estar ausente do seu campo de observação, e as eleições têm direito a um lugar privilegiado como um elemento incomparável de informações sobre os movimentos de opinião. Ao contrário das histórias gerais, que não descem ao exame das eleições locais, nossos autores estendem às vezes sua curiosidade às eleições municipais ou cantonais, geralmente bastante desprezadas.

[...] evidencia-se a complexidade do fenômeno eleitoral: ela é de tal monta que desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique.³⁰⁹

Outro aspecto crucial, destacado por Reymond e de grande relevância no estudo da história política, especialmente no contexto das eleições, são as campanhas políticas. Para ele, a campanha eleitoral não se resume apenas à divulgação dos candidatos e de seus projetos. Mais do que isso, ela é a “entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças”³¹⁰. Dessa forma, a compreensão desses processos não apenas enriquece nossa análise histórica, mas também lança luz sobre as complexidades e nuances das eleições e da democracia como um todo.

³⁰⁸ *A Crítica*, Manaus, 15 jul. 1954, p. 1

³⁰⁹ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 43.

³¹⁰ RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 49.

Conforme o pleito se aproximava, os embates eram marcados por inúmeras acusações com o intuito de desmoralizar a oposição. Utilizando da sessão disponível no jornal *A Crítica*, os pessedistas enumeravam as qualidades negativas de Coelho como inconstante, antidemocrático e de “tendências esquerdistas”. Utilizando do apelo cristão, Plínio era, para a oposição, um candidato que ia contra os valores morais da família e da Igreja Católica, mais ainda, era ele o “candidato do Diabo”:

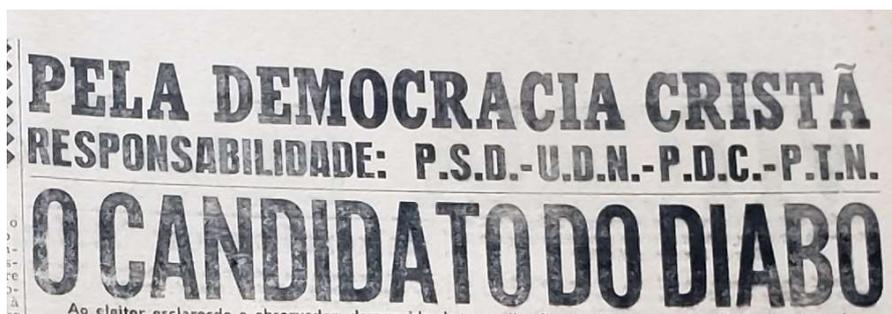


Figura 7 - *A Crítica*, Manaus, 20 jul. 1954, p. 1.

Para além das coberturas jornalísticas, registraram-se episódios de violência nas vias públicas e durante os comícios políticos. Os representantes de cada facção partidária imputavam à oposição a responsabilidade por interferências nos discursos e pela infiltração de disruptores em seus eventos. Em um momento específico, durante um comício do PSD, foi relatado que “alguns indivíduos remunerados pelo deputado Jackson” tentaram obstruir o evento. Os membros do partido, conforme reportado pelo veículo de imprensa, atribuíram tais ações subversivas aos “plinianos”, afirmando que tal comportamento nunca fora observado entre seus próprios partidários durante o comício do seu adversário³¹¹. Por outro lado, Plínio utilizava como “arma de campanha” a decadência econômica deixada no Estado por Álvaro Maia, acusando-o de corrupção e descaso com o Estado.

Com a chegada do mês de agosto, torna-se evidente o aumento da tensão entre as agremiações partidárias de oposição. Nesse cenário, a oposição intensifica as acusações à Plínio de ser contrário ao casamento religioso e aos sacramentos católicos, aumentando os esforços para associá-lo ao comunismo. Essas acusações não se limitam apenas a Plínio, mas se estendem a todo o PTB, que é rotulado como guardião de elementos contrários aos valores cristãos fundamentais: Deus, Família e Democracia. Coelho e o PTB são pintados como inimigos da Igreja e da Pátria, sendo considerados “indignos dos votos dos amazonenses”.

³¹¹ *A Crítica*, Manaus, 21 jul. 1954, p. 1.

Além disso, durante esse período, uma nova caracterização se destaca em Plínio: sua oposição ao comércio³¹². Tanto no jornal *A Crítica* quanto no *Jornal do Comércio*, são veiculadas declarações do deputado atacando a Associação Comercial do Amazonas (ACA). Em uma dessas publicações, Plínio é citado chamando o comércio amazonense de “rapinagem legalizada”, e é relatado que em outras ocasiões ele também criticou a classe comercial. Ademais, ele é caracterizado como “inimigo dos seringalistas”, apesar de sua intenção de superar a dependência comercial extrativista³¹³.

Assim, as acusações de opositoristas buscavam minar a reputação não apenas do candidato, mas de todo o partido, explorando questões sensíveis como valores religiosos e interesses comerciais. Enquanto isso, Plínio emergia como uma figura controversa, enfrentando acusações de múltiplos fronts. Sua resistência ao status quo do Alvarismo e sua busca por alternativas à dependência extrativista poderiam representar um desafio para os interesses estabelecidos, mas também sugeriam uma tentativa de renovação e mudança na política regional.

Se no mês de julho não se viam mais relações dos candidatos amazonenses com Getúlio, tampouco ocorreu em agosto, com o recrudescimento da crise nacional e o atentado da rua Tonelero. Como visto anteriormente, a caça aos envolvidos no fundo buscava encontrar envolvimento do presidente ou pessoas ligadas a ele. Inicialmente, a cobertura da imprensa não ousava acusar diretamente Vargas, mas induzia caminhos de represália ao governo que àquela altura não oferecia grandes riscos quanto anos atrás. A então caçada contra os pistoleiros era excepcional, mas, mais importante ainda era a caçada ao mandante.

Assim, com a imagem de Vargas manchada, seus aliados se afastavam e buscavam não relacionar suas imagens ao presidente. Esse foi o caso do PTB, que fora provocado pelo jornal *A Crítica*, ao veicular uma nota nacional do *A Noite* do Rio de Janeiro. No tópico, intitulado “Cadê o PTB” o periódico provocara o sumiço do partido de Vargas durante o momento de crise citando vários dos seus aliados, por fim, finaliza afirmando:

Estar com o govêrno nos bons momentos, quando financiamentos podem ser conseguidos nos Institutos e emprêgos arrançados para afilhados ou afilhados de cabos eleitorais é muito fácil, muito tranquilo e até mesmo muito proveitoso para futuros pleitos, para novas caçadas de votos. Mas, aguenta o barco quando ondas rebeldes se arrebetam, quando a borrasca se manifesta – isso é difícil. [...]. Bem, o resto do PTB foi silêncio. Pode ser que agora apareçam pela Câmara, todos aqueles eleitos sob a legenda trabalhista e que se diziam amigos de

³¹² *Jornal do Comércio*, Manaus, 03 ago. 1954, p. 6.

³¹³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 03 ago. 1954, p. 1.

Vargas. Incondicionais, amigos de Vargas. Pode ser que falem, mas também pode ser que continuem silenciosos, esquecidos dos benefícios passados, de quando afirmavam intimidades “com o velho” e lealdade absoluta ao Dr. Getúlio.³¹⁴

Apesar da nota se referir ao PTB, é perceptível que no Amazonas, o PSD e seus aliados também havia se afastado de Vargas. Essa característica irá se transformar após o inesperado suicídio do presidente.

3.3.O suicídio de Vargas e a reorganização política no Amazonas

Como vimos anteriormente, o suicídio de Vargas pegou de surpresa todo o país. As eleições de outubro de 1954 apresentavam-se diante de uma conjuntura que havia se construído em um cenário anterior ao suicídio, em outras circunstâncias que jamais vislumbrara esse trágico fim. A morte de Getúlio Vargas não só chocou a nação, mas também desencadeou uma série de eventos políticos e sociais de grande magnitude. Para entendermos o impacto desse evento nas eleições locais, é fundamental analisar como os candidatos e suas campanhas foram afetados e como se deu a reorganização do cenário político, especialmente no contexto do Amazonas.

Diante do cenário que estava posto, era necessária uma reorganização das estratégias de campanha e uma reorganização dos candidatos para chegar ao poder. Continuamente, a imprensa fazia seu papel ativo de delinear esse novo momento, dessa vez, com mais cautela. Era hora de guardar suas armas e recalcular a rota antes de dar o próximo passo. Assim, na sessão exclusiva de campanha dos aliançados no jornal *A Crítica* é posto a seguinte mensagem:

³¹⁴ *A Crítica*, Manaus, 16 ago. 1954, p. 3.

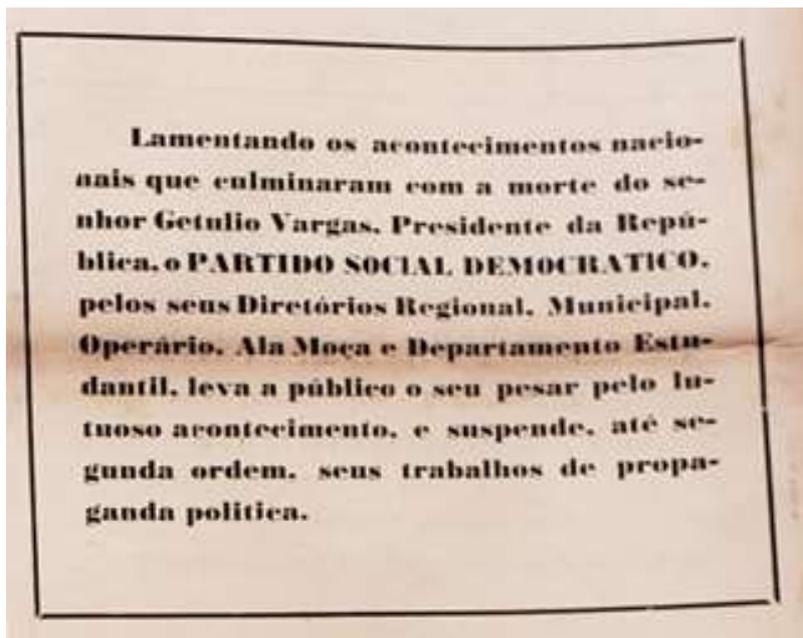


Figura 8 - A Crítica, Manaus, 26 ago. 1954, p. 3.

Até segunda ordem, as campanhas foram suspensas e passaram por um processo de reavaliação. Foi a partir desse momento que começamos a observar uma reaproximação da imagem do presidente falecido pelos candidatos amazonenses, especialmente por meio de homenagens póstumas, como fora discutido no último capítulo desta dissertação.

Como mencionado anteriormente, embora a morte do presidente tenha recebido ampla cobertura da imprensa local do Amazonas, não houve grandes manifestações de revolta nas ruas, como observado em outros estados. De qualquer forma, esse período foi marcado por um tom de moderação nas ações e nas declarações. A partir desse momento, os candidatos procuraram adotar uma postura mais comedida em suas campanhas, ao contrário do que vinha sendo observado nos meses anteriores.

No entanto, essa “pausa estratégica” nos embates políticos cessou no início de setembro, quando, em meio à realização de comícios nos diversos bairros de Manaus, os aliados retomaram os ataques contra Plínio Coelho com a mesma veemência anteriormente observada. Tal recrudescimento dos embates pode ser compreendido como uma reação à proximidade das eleições, quando se tornava imperativo intensificar a mobilização em todas as frentes. Bairros como Raiz, Praça dos Remédios, Vila Amazonas (Parque 10), Bairro da Boa Sorte e Duque de Caxias com Santa Isabel foram algumas das localidades contempladas pelos comícios aliados. Diariamente, um novo bairro era alvo de um comício, ao passo que o periódico *A Crítica* persistia em seus ataques contra Plínio.

Ademais, uma caravana foi organizada para percorrer o interior do Amazonas, abrangendo cidades como Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Coari e Codajás³¹⁵. Nesse momento, mais do que nunca, os partidos aliados se viram compelidos a angariar eleitores.

É pertinente também recordar que a União Democrática Nacional (UDN) estava sofrendo um processo de ostracismo e marginalização no panorama político nacional, decorrente dos eventos recentes. Embora seja desafiador mensurar o impacto desse cenário nos partidos aliados do Amazonas, era necessário agir com celeridade e potencializar os candidatos visando um resultado positivo nas eleições agendadas para 3 de outubro. Nesse contexto, um novo foco de ataque foi direcionado à oposição, especialmente ao trabalhismo de Gregório Fortunato, cuja pessoa foi acusada de orquestrar o atentado contra Carlos Lacerda:



Figura 9: *A Crítica*, Manaus, 06 Set. 1954, p. 1.³¹⁶

Essa estratégia visava desvalorizar o movimento trabalhista naquele contexto específico. Com cautela para evitar a associação do trabalhismo com o presidente falecido, os aliados, por meio do periódico *A Crítica*, depreciaram o trabalhismo de Gregório Fortunato, o mesmo movimento que era apoiado pelo adversário Plínio Coelho no Amazonas.

³¹⁵ *A Crítica*, Manaus, 02 set. 1954, p. 3.

³¹⁶ “O trabalhismo de Gregorio era roubar. Enquanto o trabalhador passa fome!” (Div. da Coligação Democrata Cristã)

Uma crítica semelhante ocorreu na Praça do Congresso durante o I Congresso Diocesano de Manaus, quando a ocasião foi aproveitada como palanque pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em uma nota, os aliados expressaram descontentamento com a utilização da imagem de Nossa Senhora para promover o PTB. Em nota os aliados dizem que a imagem

ficou cercada de candidatos do PTB, isto é, de comunistas, janguista, de anti-religiosos, e de péssimos pais de família e de tante gente que são tudo menos católico ou cristã. Estavam lá xingando e dizendo impérios e achincalhando a Deus e ao mundo. *Explorando como abutres a morte do Senhor Presidente Vargas. Além do mais mentindo.*

317

Pelo que se observa, os membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) haviam começado a explorar a imagem de Vargas em suas campanhas, uma estratégia que foi criticada pelos aliados, os quais, até então, haviam se concentrado principalmente em homenagens póstumas. Situação semelhante ocorreu em Pernambuco, conforme relatado pelo historiador Daniel Francisco da Silva:

Destarte, após o suicídio de Getúlio Vargas, o grupo formado pelas dissidências dos partidos passaram a disputar pela hegemonia do varguista. [...] . Em meio ao cenário político após o suicídio de Getúlio Vargas, Pernambuco e o Brasil passaram por uma reorganização política nos espaços de poder. Para isso acontecer, foi preciso a garantia do direito ao povo de escolherem seus representantes.³¹⁸

Para o leitor que se limitasse a consultar apenas as fontes aliancistas, como o jornal *A Crítica*, seria naturalmente conduzido à convicção absoluta da vitória dos seus candidatos, uma vez que a figura de Plínio era progressivamente desacreditada, sendo retratado como um candidato cujos eleitores pareciam meramente fictícios, como insinuava a nota “Deixem as urnas rolar”, que questionava: “possuirá o PTB a Fôrça Que Alardeia, ou Tudo Não Passa de Balela de um Eleitorado Fantasma?”³¹⁹. O argumento da oposição era de que o PTB mobilizava “as mesmas pessoas para todos os comícios que realizavam, a fim de dar a impressão de que, de fato, o povo estava ao seu lado”³²⁰. Essa estratégia, mais uma vez, tinha a intensão de conduzir o eleitor do PTB que este não possuía a menor chance de vitória, que a mobilização partidária da oposição não passava de ilusão.

³¹⁷ *A Crítica*, Manaus, 06 set. 1954, p. 6. Grifo meu.

³¹⁸ Silva, Daniel Francisco da. Os jornais Correio do Povo e Diário de Pernambuco: a (re) organização política em Pernambuco após a morte de Getúlio Vargas em 1954. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 92.

³¹⁹ *A Crítica*, Manaus, 13 set. 1954, p. 1.

³²⁰ *A Crítica*, Manaus, 14 set. 1954, p. 4.

Diante da proximidade das eleições, era momento de apostar tudo ou nada, assim, a descredibilização da campanha da oposição e a associação dela ao comunismo eram as estratégias mais recorrentes. Durante este período, houve intensa retórica de ataque e pouca apresentação dos reais projetos políticos dos candidatos. As campanhas foram marcadas por confrontos e violência, culminando no dia 03 de outubro com grandes expectativas, devido à trajetória de ambos os candidatos.

Contrariando a perspectiva dos aliados, as eleições consolidaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Amazonas. Com 31.750 votos, Plínio emergiu como vencedor das eleições para governador, derrotando Ruy Araújo, que obteve 24.278 votos. No Senado, os vitoriosos também foram ambos do PTB: Antovila Vieira e Leopoldo da Cunha Melo, contra Álvaro Maia e Severiano Nunes. Das sete vagas para deputados federais, quatro foram conquistadas pelo PTB (Josué Cláudio de Souza, Alberico Antunes de Oliveira, Aureo Bringel de Melo e Antero Ferreira Riça Junior), além de onze das 30 vagas para deputados estaduais.

O clima de tensão entre os candidatos, que já se fazia presente antes do pleito, intensificou-se com o início das apurações. Segundo o jornal *A Crítica*, após conhecido resultado das primeiras urnas, que apontava uma “margem de maioria bem ridícula para o candidato trabalhista”, o candidato Ruy Araújo foi alvo de tentativas de ataques por parte dos trabalhistas, momento em que sacou um revólver e repeliu os agressores³²¹. Essa ação pareceu indicar uma postura que seria adotada dali em diante para enfrentar qualquer tipo de ataque. Portanto, apesar da inicial vitória de Coelho, a oposição demonstrou sua determinação em continuar fazendo frente às suas políticas, o que contribuiu para aumentar a instabilidade política no Estado nos anos seguintes.

Além disso, com o prenúncio de uma derrota dos aliados, houve diversas tentativas de justificar o resultado. Sem culpar diretamente a Justiça Eleitoral, os aliados destacaram alguns pontos que os prejudicaram, como a falta de revisão eleitoral, o clima de desordem promovido pelos trabalhistas, a escassez de transporte e a suposta irresponsabilidade dos mesários e presidentes de mesa³²². Diante da certeza que tinham da vitória, a derrota exigia uma justificativa plausível, e, portanto, essas falhas foram utilizadas como argumentos para explicar o resultado.

Aproximando-se do fim das apurações, o candidato ao senado Álvaro Maia resolveu recolher-se à sua terra, Humaitá, possivelmente prevendo o resultado que iria se

³²¹ *A Crítica*, Manaus, 05 out. 1954, p. 1.

³²² *A Crítica*, Manaus, 05 out. 1954, p. 1.

instalar e afastando-se de possíveis embates como ocorrera com Ruy Araújo³²³. Este último, por sua vez, seguiu no dia seguinte para o Rio de Janeiro, para reassumir a sua cadeira de deputado federal. Segundo o jornal amazonense, em meio à perplexidade da derrota, a culpa das mazelas recairia sobre o povo, pois:

O destino traça suas telas e nos altos desígnios da providência talvez o povo fácil precise sofrer em sua carne e em seu espírito para então a honra, o trabalho, a compostura a lealdade e a dignidade tenham morada nesta terra, de maneira definitiva com a figura de Ruy Araujo – um homem a serviço do Amazonas, mas UM HOMEM.³²⁴

Essas vitórias massivas demonstraram o expressivo crescimento que o PTB alcançara nos últimos anos. Como afirmou Tavares Neto, o resultado desta eleição foi o resultado da combinação de ambos os candidatos³²⁵. Com sua postura combativa e, por vezes, agressiva, Coelho enfrentou a oligarquia Alvarista, que dominara o Estado por anos e cujo governo enfrentava um grave déficit econômico com poucos êxitos recentes.

Por outro lado, as modestas vitórias do Partido Social Democrático (PSD), que elegeu apenas oito deputados estaduais e dois deputados federais, refletem um conjunto multifatorial de aspectos políticos e econômicos. As dificuldades econômicas e a precária situação em que se encontravam os amazonenses após o último governo de Maia tiveram impacto nesse resultado. Além disso, a crise e posterior morte de Vargas, que por anos fora um importante apoio para o governo Alvarista, também contribuíram para esse cenário.

Um acontecimento político dessa natureza demanda ser interpretado à luz das ideologias subjacentes. A derrota inesperada frequentemente suscita indignação e uma resposta imediata para remediar as incertezas que surgem. Nesse sentido, a contribuição de Ecléa Bosi é valiosa para os historiadores, pois ajuda a compreender os laços entre memória e ideologia, elementos fundamentais na construção de narrativas e interpretações individuais de eventos políticos de grande relevância. É imprescindível considerar as ideologias dos autores e analisar suas ações para uma compreensão mais profunda do panorama político.

No contexto político em que o periódico estava inserido, a vitória dos candidatos também representaria ganhos significativos para si, como observado em anos anteriores.

³²³ *A Crítica*, Manaus, 13 out. 1954, p. 1.

³²⁴ *A Crítica*, Manaus, 14 out. 1954, p. 1.

³²⁵ TAVARES NETO, Tavares Neto. Entre Democracia e Autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais) - CPDOC/FGV, p. 103.

Assim, diante da falta do resultado esperado dos candidatos aliançados no pleito, é comum que busquem atribuir a culpa a terceiros, antes de refletir sobre suas próprias deficiências e responsabilidades.

Ecléa Bosi nos adverte para além do que é explicitamente apresentado, direcionando nossa atenção para o que fica relegado ao esquecimento. Considerando que os jornais selecionados para análise privilegiam determinados discursos, eles estão ativamente envolvidos na construção da memória coletiva e na seleção do que é deixado para trás na obscuridade. Nesse contexto, é incumbência dos historiadores questionar por que os jornais *A Crítica* e *Jornal do Comércio* não concederam espaço para a manifestação da oposição. Além disso, é fundamental investigar se Plínio era de fato comunista e qual era o posicionamento dos comunistas no cenário político em questão. Os jornais moldaram seus discursos de acordo com seus próprios interesses, e é importante problematizar o que foi esquecido ou silenciado.

Contudo, ambos os periódicos tinham posições claras: eleger Ruy Araújo e manter as oligarquias políticas do Estado. Tendo em vista que, das poucas vezes que se manifestara, o *Jornal do Comércio* estava a favor de Araújo, ficara evidente que Assis Chateaubriand e o *Diário dos Associados*, tinham as mesmas posições políticas a respeito dos comunistas.

Evidentemente, apesar de inseridos no mesmo partido político e compartilharem das mesmas ideologias políticas, Ruy Araújo e Álvaro Maia eram diferentes peças no jogo políticos do Estado. No entanto, quando interpretados como parte do mesmo jogo, evidentemente Ruy era lançado aos desgostos deixados por Maia, e pagando o preço pela aliança. Em uma longa carta enviada pelo amigo Nero Lúcio e publicada no *O Jornal*, ainda no mês de agosto, este buscara alertar Araújo dos perigos de se envolver com o PSD. O amigo aproveita para realçar a figura de Araújo como bom pai, filho, esposo e cidadão, mas que estava em perigo ao aceitar se candidatar ao lado de Maia:

Sabe Sr. que êste govêrno falhou aos mais sérios compromissos com o seu povo. Arrazou o Estado. Perddou escândalos. Deixou que assaltassem os cofres públicos através de leis monstruosas. [...]. O Sr. sabe de tudo isso, sabe melhor do que eu, e não se revolta, não participa da revolta que lavra em todos os corações sendiveis à moralidade e aceita a sua candidatura patrocinada por êsse cidadão. E faz mais. Vai o Sr. à praça pública, em Manaus e no interior, fazer o elogio dêsse homem, recomendando-o ao eleitorado ingênuo e ignorante do que se passa. Por que o Sr. faz isso? Por que, se toda a sua vida tem sido um modêlo de equilíbrio, de decência, de dignidade? Por que?³²⁶

³²⁶ *O Jornal*, Manaus, 08 Ago. 1954.

Dessa maneira, constatamos que não apenas a morte de Vargas afastou o Partido Social Democrático (PSD) dos holofotes governamentais, mas também o conjunto de fatores construídos durante seu governo. Essa questão é multifatorial e tem raízes no contexto local, antes mesmo do fator nacional.

Considerações finais

Tendo como princípio o entrelaçar da trajetória política amazonense sob o governo Vargas e suas nuances, nos propomos, neste trabalho, analisar os processos históricos perpassados em cada contexto dos diferentes “Vargas”, reconhecendo as dinâmicas locais em convergências e divergências da lógica nacional. Assim, esta pesquisa busca seu lugar no preenchimento de lacunas no campo dos estudos acerca da política amazonense e seus avanços durante o contexto de transformações do governo Vargas, bem como suas imediatas mudanças diante do impacto do suicídio de Getúlio.

Atendendo aos objetivos propostos, o primeiro capítulo compreendeu as inúmeras transformações no cenário político amazonense a partir da interventoria de Álvaro Maia, que ao buscar alinhar às demandas nacionais do Governo Federal, adotou uma política mais centralizadora e reorganizou a máquina administrativa do estado. Assim, medidas impopulares foram tomadas para conter a crise econômica que se alastrava, o que gerou fortes oposições à Maia em um cenário fortemente marcado pelas elites econômicas tradicionais da Primeira República. Nesse ínterim de transformações, salientamos o impacto do movimento queremista para o surgimento de novas direções políticas amazonenses como o PTB e suas disputas internas. O papel da imprensa pôde ainda iluminar questões pertinentes na relação entre Vargas e os periódicos locais, relação essa que se estreita e dilata em diversos momentos, revelando a complexidade dos diferentes autores em contextos políticos distintos.

Como observado, os periódicos de origens distintas comportavam-se de acordo com suas demandas internas e adaptavam suas relações conforme as agendas políticas. O jornal “*A Crítica*”, de Umberto Calderaro e sua esposa Ritta Araújo, por exemplo, estava intimamente ligado ao governo de Álvaro Maia devido a laços familiares, e não escondia suas preferências e adversidades políticas. Na verdade, o periódico explicitava suas críticas por meio de campanhas políticas fervorosas e sátiras bem elaboradas.

Por outro lado, o “Jornal do Comércio”, vinculado à rede de Assis Chateaubriand, os Diários Associados, detinha uma posição de prestígio nacional. Alinhado às elites e ciente da força de sua influência política, o periódico adotava uma postura mais contida em suas publicações. Diferentemente do jornal “*A Crítica*”, o “*Jornal do Comércio*” manifestava-se apenas em momentos estratégicos, evitando maiores envolvimento. Essa postura refletia um jornalismo mais moderado e calculado, que procurava manter uma

imagem de imparcialidade e respeito às normas editoriais de uma publicação de grande circulação.

O segundo capítulo, por sua vez, nos conduziu a uma análise mais ampla, considerando a crise nacional e a visão de Vargas como político. A eleição de 1950 e os desafios enfrentados pelo país fornecem contexto para compreender a profundidade da crise que culminou em seu suicídio. Nesse sentido, este capítulo se deteve em compreender essa crise no contexto nacional, mas também no contexto local, dos desafios econômicos, sociais e políticos enfrentados por Álvaro Maia no governo amazonense e o repentino abalo pelo suicídio de Vargas às vésperas da disputa eleitoral. Por meio de uma análise aprofundada, entendemos as particularidades do cenário local, que, embora inserido no contexto nacional, possui sua própria interpretação e consequências dos eventos.

Entretanto, não nos propomos simplesmente em narrar uma história dos acontecimentos sequenciais. Mais importante que buscar uma “causa-consequência” em um cenário de repentina mudança, é compreender os discursos dos sujeitos que partem de uma intencionalidade permeada de emoções e interesses. Discursos esses que se expandem e reverberam ao público, recriando realidades e abrindo espaço para novas possibilidades.

Getúlio Vargas e Álvaro Maia foram políticos cujas imagens foram habilmente construídas pela mídia ao longo de duas décadas. A morte de Vargas teve um impacto significativo, alterando a lógica dos poderes estabelecidos. Dessa forma, a mídia se viu obrigada a reinterpretar seu papel e suas narrativas, refletindo e moldando as percepções públicas sobre a política brasileira e o legado de Vargas.

Nesse sentido, nosso terceiro capítulo delinea os discursos pelo legado político de Vargas e a transposição das posturas dos jornais no *post mortem*. Discursos esses que reverberam o clima de adversidades que se sentia e a cautela para lidar com os mesmos. O suicídio de Vargas às vésperas das eleições amazonenses, anulam verdadeiras intenções ao mesmo tempo em que reconstróem a imagem de Vargas. Esse aspecto, como uma onda avassaladora, se perpetuou por muitos anos construindo e reconstruindo a imagem de Vargas como um herói do povo.

Continuamente, percebemos a mudança dos discursos nos periódicos amazonense, por outro lado, o suicídio de Vargas não transforma drasticamente as estruturas políticas amazonenses, permanecendo lógicas locais e seus contextos, acima do nacional. A organização do pleito, que se construía e reconstruía anos antes ao pleito,

levava em consideração suas próprias demandas e influências políticas locais, como Ruy Araújo e Plínio Coelho. Longe de dizer que a influência de Vargas não existira na condução da política amazonense, no entanto, é importante alertar para os seus limites, privilegiando a lógica local e suas conduções.

Essa dinâmica se torna evidente ao analisarmos os partidos políticos locais e suas articulações para o pleito. A coligação formada por PSD, UDN, PTN e PDC, ao desafiar a lógica nacional ao reunir partidos com ideologias distintas, apoiava Ruy Araújo em oposição a Plínio Coelho, do PTB, um partido que ganhava crescente destaque no estado. No decorrer da preparação para o pleito, foi possível observar o afastamento gradual das figuras políticas locais da imagem de Vargas, à medida que ele perdia prestígio nacional, culminando em um desvinculamento quase completo, ao menos na mídia, até a morte do presidente.

Conforme afirma Bibiana Dias, Vargas, que já era divinizado durante o Estado Novo, ganhou um novo elemento no processo de mitificação: o "sangue derramado". Esse evento inseriu um novo estigma ao processo de criação e recriação da memória, que se estende até os dias atuais. Esse processo reverberou de diferentes formas nos estados, incluindo o Amazonas. A morte de Vargas alterou os discursos, que por sua vez, recriaram sua memória, divinizaram sua figura e atenuaram rivalidades.

A trágica morte de um presidente do país sempre foi uma das maiores curiosidades que me acompanhou desde a primeira vez que ouvi falar sobre Vargas. Essa curiosidade foi a semente desta dissertação, e, por vezes, me conduzirá a outros caminhos de pesquisa, talvez inesperados, mas igualmente enriquecedores. Transformar o que era apenas uma curiosidade em um trabalho final, a partir de um olhar amazonense, foi uma experiência gratificante. Esse olhar regional abre espaço para refletir sobre as transformações nacionais a partir de perspectivas locais. Privilegiar o olhar local sobre o nacional é preservar a história amazonense por ela mesma; é falar e olhar por nós mesmos como sujeitos transformadores, e não apenas "transformados".

Embora possa parecer que esta pesquisa se encerra aqui, o oposto é verdadeiro. Ainda há muitas perguntas a serem respondidas. O conhecimento sobre a história do Amazonas continua a ser escrito e rescrito pelo seu povo.

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, M. C. (Org.) As instituições brasileiras da Era Vargas. Rio de Janeiro: FGV; Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

ABREU, D. M. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). *TEMPORALIDADES*, v. 12 n. 3, p. 408-435, 2020, p. 416.

ABREU, Luciano Aronne de. Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALMEIDA, João Victor Villaverde de. Controle do soberano: como evoluiu a aplicação da lei do impeachment no Brasil?/ João Victor Villaverde de Almeida- 2019- Dissertação de Mestrado – Fundação Getúlio Vargas.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da investigação histórica. In: *História em Revista*, V. 7, 93-115, dezembro/2021, p. 5.

ANDRADE, Rômulo de Paula Andrade. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a flores”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.5, n.2, p. 453-468, maio-ago. 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ARAÚJO, Maria Celina D'. O Estado Novo – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

BALBINO, Giovane Silva. BALDIN, Marco Antonio. Igreja Católica. In. *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio/ Organizadores: André Barbosa Fraga. Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2023.*

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A crise política de 1954: uma abordagem sociológica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 36, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

CAFÉ Filho. Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>. Acessado em 8 de dezembro de 2023.

- CAMARA, José Sette. 24 de agosto/ José Sette Câmara; - São Paulo: Siciliano, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. Dados, vol. 61, núm. 4, 2018.
- CORAZZA, G. Vargas: o capitalismo em construção. Resenha de FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989. Ensaio FEE, Porto Alegre, 10 (2), 1989, p. 355-360.
- CORRÊA, Vilas Boas. Eu vi. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo Governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política. 2.ed. São Paulo: Ática, 1992. 206p. (Série Fundamentos; 90).
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Vargas. A herança de Vargas: a crise de 1954 e a carta testamento. – FGV. CPDOC: Centro de pesquisa e documentação de História contemporânea do Brasil, 2017.
- Delgado, Márcio de Paiva. 2006. “Lacerdismo: A mídia Como veículo De oposição Na Experiência democrática (1946-1964)”. Locus: Revista De História 12 (2).; LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano. São Paulo: Senac, 1998.; MENDONÇA, Marina Gusmão de. O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002.
- DELGADO, Marcio de Paiva. O “golpismo democrático” Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964). Dissertação de Mestrado/UFMG – PPGH, 2006.
- DIAS, Bibiana Sodré. A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mistificação post-mortem no jornal Correio do Povo de Porto Alegre. 2011. 150 f. Dissertação (Dissertação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, p. 29, 1999.
- DUARTE, Durango Martins. A Imprensa Amazonense: chantagem, politicagem e lama. 1ªed., Manaus: DDC Comunicações LTDA-EPP, 2015.
- DUARTE, Jéssica Cristine de Jesus. Trabalho e cidade em Manaus nos anos de 1930: O patronato e as relações de trabalho. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

FAUSTO, Boris, 1930. História do Brasil. – 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org). Vargas e a Crise dos anos 50. Rio de Janeiro – RJ: Relume Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, JUNIOR. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís.V.1, Niterói. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta. *CHATEAUBRIAND, Assis*. <Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CHATEAUBRIAND,%20Assis.pdf>> Acesso em 29 de Outubro de 2023

FIDELIS, Thiago. Ato Final: Os últimos momentos do Governo Vargas (1954) pelos jornais O Estado de S. Paulo (OESP) e Última Hora (UH). *Cordi*. Dimensões do Regime Vargas, São Paulo, n. 18, p. 202-242, jan/jun. 2017.

FIDELIS, Thiago. Preto no Branco: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954-1956) / Thiago Fidelis, - São Paulo: Editora Dialética, 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Nem Ortodoxia nem Populismo: O Segundo Governo Vargas e a economia brasileira”. Dossiê: 1946-1964: A Experiência Democrática no Brasil, Tempo.

Getúlio Vargas/ organização, Maria Celina D’Araujo. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 793p. – (Série perfis parlamentares; n.62), p. 296-297.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Gomes, Ângela de Castro; Araújo, Maria Celina d'. Getulismo e Trabalhismo. São Paulo: Editora Ática- Série Princípios. 1989.

JUNIOR, Amaury Oliveira Pio. Álvaro Botelho Maia: um caboclo na política amazônica. In Trajetórias políticas na Amazônia Republicana. – Organizado por Auxiliomar Silva Ugarte; César Augusto Bubolz Queirós. – Manaus: Editora Valer, 2019.

JUNIOR, Jorge Ferreira. A notícia da morte de Getúlio Vargas nos jornais de São Luís. In: VI Congresso Nacional de História Mídia – 200 anos de mídia no Brasil, 2008, Niterói. V.1.

LAMARÃO, Sergio. Manifesto dos coronéis. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>.

LIMA, Daniel Rodrigues de. Elites em confronto: as disputas pelo poder político durante a belle époque no Amazonas (1889-1912). 2023. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

LOURENCO NETO, S. O Itamaraty no início da Guerra Fria. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas., 2014, Rio de Janeiro. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. v. 1. p. 1-9.

MAIA, ÁLVARO. Canção de Fé e esperança. Academia Amazonense de Letras, Manaus-1923. Biblioteca Pública Mário Ypiranga.

MATOS, Olgária Chain Féres. Construção e desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. Tempo Social, v. 6, n. 1-2, p. 83-90, 1994.

MOURA, Anderson Vieira. “Delirante manifestação popular”: o comício de Getúlio Vargas em Manaus (agosto de 1950). In: César Augusto Bubolz Queirós; Davi Avelino Leal; Anderson Vieira Moura. (Org.). Amazônia republicana: estudos sobre poder, política e trabalho. 1ed.Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 1, p. 90.

NUNES, Karen Dayanne. PEGORARO, Mônica Renata Schmidt. O Ministério do Trabalho e o trabalhismo. In. Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio/ Organizadores: André Barbosa Fraga. Mayra Coan Lago e Thiago Cavaliere Mourelle. – 1. Ed. – Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2023, p. 216.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Regionalismo e centralização política. Coord. Ângela Maria de Castro Gomes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 347.

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. Jornal do Commercio de Manaus: uma História centenária no coração da Amazônia. Inédito, p. 111.

PESSOA, Alba Barbosa. Pequenos construtores da nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). 2018. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 47-48.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. A experiência democrática no Amazonas: a formação do PTB e a consolidação do Trabalhismo (1945/1964). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1–23, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. *Revista Mundos do Trabalho(online)*, v. 8, 2017.

QUEIRÓS, CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: César Augusto B. Queirós; Auxiliomar Ugarte. (Org.). *Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana*. 1ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

QUEIROZ DE CAMPOS, F. A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização. *Faces de Clio*, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 237–257, 2023.

QUEIROZ, José Francisco da Silva. Amazônia: inferno verde ou paraíso perdido? Cenário e território na literatura escrita por Alberto Rangel e Euclides da Cunha. *Nova Revista Amazônica*, v. 5, n. 3, p. 13-35, 2017.

QUEIROZ, Thiago da Rocha de. *Jornal A Crítica*, uma breve história. In: *Histórias impressas: imprensa e periodismo na região Norte (1930-1988)*. Manaus: Editora Valer, 2022.

QUEIROZ, Thiago Rocha. O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974). 2013. 165. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 43.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966). In: *XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017.

Revista Sociedade Militar. Disponível em <https://www.sociedademilitar.com.br/2013/09/manifesto-dos-coroneis-da-ativa.html>.

SANTOS, Camilo Manoel. Conselho aos brasileiros, 1948. IN: CABRAL, Geovanni Gomes. *Getúlio Vargas nos folhetos de cordel: história e poesia (1945- 1954)* – Recife: Ed. UFPE, 2018.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996.

Schilling, Voltaire. *Brasil: 1954-1964 do suicídio de Vargas ao golpe militar*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

SCHWARCZ, Lilia. APUD: MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH, RS, 2004.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “Espaços Vazios” no governo Vargas: do discurso do Rio Amazonas à saga dos Soldados da Borracha. V.40. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 2007.

SILVA, Daniel Francisco da. Os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Pernambuco*: a (re) organização política em Pernambuco após a morte de Getúlio Vargas em 1954. 2019. 175

f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964/Thomas E. Skidmore; apresentação de Francisco de Assis; tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. – 7ªed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES NETO, João R. Entre democracia e autoritarismo: sistema político-partidário e a formação de governos no Amazonas (1945-1967). 2022. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea- CPDOC, 2022.

Vargas, Getúlio, 1883-1954. Getúlio Vargas [recurso eletrônico] / ensaio biográfico e organização Maria Celina D'Araujo. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série perfis parlamentares; n. 72).

VARGAS, Getúlio. A campanha presidencial. São Paulo: Editora José Olympio, 1951.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Revista Brasileira de Geografia. Abril-Junho de 1942. Vol. 4, Nº2. P. 259-262, p. 259.

Anexos

O POVO CONSAGRA

O maior dos brasileiros - VARGAS



O povo brasileiro manifestou-se nas urnas, de maneira desacommodada e patriótica, a favor da candidatura de senador Getulio Vargas, para a presidência da República.

A eleição do Solitário de Itú é bem uma lição da gente brasileira: aqueles que ainda não acreditavam na fibra e na grandiosidade do povo nacional, bem como uma demonstração de ojeriza e indiferença em manifestações de coação dos poderes públicos.

Tinham os adversários políticos de Getulio Vargas a certeza de que os votos a serem adquiridos pelo chefe do Estado Novo seriam a sua origem nos trabalhadores do Brasil e nos classes menos favorecidas pela fortuna. Mas dizem, sem nenhuma ignorância de pensar, que a elite não apoiaria o futuro presidente da República. Enganaram-se no entanto, porque o senador Getulio Vargas penetrou, com a sua vitoriosa candidatura, em todos os setores eleitorais do Brasil e foi arrancando estrondosa votação em rincões nacionais onde era quase certa a vitória dos outros candidatos.

Com o resultado do pleito eleito de 3 milhões de urnas, manifestaram a sua confiança, das vantagens concedidas aos funcionários públicos, do trabalho para dar à nossa Pátria um maior parque industrial, do aproveitamento das riquezas naturais do solo brasileiro, de uma política de paz e tranquilidade entre todas as Nações, de uma colaboração mais íntima entre a União e os Estados da Federação e de tantos outros motivos que o levaram a merecer a honra de ver o seu nome consagrado com uma votação simplesmente espetacular.

Pensando sempre em dar ao Brasil um clima de segurança e de pacificação política, o futuro presidente já assegurou, por intermédio de fontes autorizadas, que dirigirá o Brasil de acordo com o espírito da Constituição de 1934.

A Crítica, Manaus, 9 out. 1950, p.1.

O BRASIL CAMINHA PARA O CAOS

Altas Patentes da Aeronautica Exigiram a Renuncia de Getulio Vargas Tendo Este Afirmado Que Governará Até o Fim de Seu Mandato -- O Condutor Das Forças Armadas Solidarizou-se Com o Chefe da Nação -- Alarmante a Situação do País

DE MAOS DADAS COM O BRUVO

A Crítica

DIREÇÃO DE UMBERTO GALDIERARCI FILHO

ANO VI - Manaus, 23 de Agosto de 1954 - N. 2855

GRANDE FESTA CRISTÃ EM APARECIDA

Fruto de Um Estudo Nacional DOS PROBLEMAS SOCIO-ECONOMICOS DA COMUNA - O VEREADOR WALTER RAYOL ESTÁ ELABORANDO UM PROJETO REORGANISANDO OS SERVICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

Estamos seguramente informados que o vereador Walter Rayol, presidente atual da Câmara Municipal, desta capital, e profundo conhecedor dos problemas da Comuna, está redigindo um projeto de reorganização dos Serviços Municipais.

Estabelecendo, outrossim, criação de Departamento Regional, Divisão Siguatá, Divisão de Orçamento e a instalação de Sub-Prefeituras nas Vias do Carreiro e Aldeia, as quais funcionarão até que aquelas localidades sejam transformadas em Prefeitura municipal, segundo esclarecimentos.

A Crítica, Manaus, 9 ago. 1954, p. 1.

Carlos Lacerda Escreve:

COMEÇOU A IMPOSTURA DOS MANDANTES

RIO, 8 (Telegraph) - Logo entregue, na tarde-feira passada, ao presidente da República, pelo sr. Artur Viana, diretor geral do D.A.M.F., o plano de classificação de cargos e revisão de salários de funcionários federais. Tal plano a respeito dos salários de funcionários federais, que a mão do chefe da Nação, será providenciada sua transformação em legislação, para...

A Crítica, Manaus, 23 ago. 1954, p.1.

CAIU GETULIO VARGAS

Depois da Reunião Ministerial Getulio Pediu Licença -- As Forças Armadas Fizeram Verdadeira Revolução Branca -- Zenóbio Querir o Derrame de Sangue -- Renunciou o Ministério -- Outros Detalhes

RIO, 24 (Telegraph) - Urgente - O Sr. Getulio Vargas acaba de achar uma forma de sair da Presidência da República. Depois de ter reunido...

se aos seus aposentos acompanhado das srs. Ovídio Araújo, Benjamin Vargas e Lourival Fuster. As 4:30 horas, os srs. Getulio Vargas e Ovídio Araújo...

OS GENERAIS APÓIAM OS MILITARES ARGUMENTANDO PERÍGULO DE REINVESTIDURA DE GETULIO VARGAS. NEM MÚLTIPLA NÃO PODE ENTRAR NO CATELÃO. RIO, 24 (Telegraph) - Urgente - O ex-ministro Nelson...

A Crítica, Manaus, 24 ago. 1954, p.1.

Rio. (Urgente) -- A Rádio Nacional anuncia que o sr. Getúlio Vargas suicidou-se, as 8:35 horas, em seus aposentos.

A Crítica, Manaus, 24 ago. 1954, p.1.

EDIÇÃO DE HOJE 6 PÁGINAS **JORNAL DO COMERCIO** NÚMERO AVULSO C\$ 1,00
 Origem dos DIÁRIOS ASSOCIADOS Publicado em 8 de Janeiro de 1954
 ANO 1 Manaus, terça-feira, 24 de Agosto de 1954 N. 13.389

Resolveram, os estudantes, realizar uma passeata

Disposto, o presidente da República, a derramar sangue para defender seu mandato
 Os moços paulistas invadem o Rio para pedir a renúncia do presidente Vargas
 Renúncia: o distico dos

Jornal do Comércio, Manaus, 24 ago. 1954, p.1.

ANO 1 Manaus, quarta-feira, 25 de Agosto de 1954 N. 13.601

Deplora a Nação o suicídio de Getúlio Vargas

O lutuoso acontecimento sacode e comove o país em toda a sua extensão

Jornal do Comércio, Manaus, 25 ago. 1954, p.1.